



Spínola não escreveu "Portugal e o Futuro"

António de Spínola, efémero presidente da República no pós-25 de Abril, tornou-se verdadeiramente conhecido do grande público com um livro que afinal não escreveu: «Portugal e o Futuro». Como Kennedy, como Nixon, ele tinha um «escritor-fantasma», com a diferença sensível de que, no caso do ex-general, o trabalho de escrita desse «Sr. X» era praticamente o que acabava por vir a lume.

«Diário de Lisboa» inicia hoje a publicação de excertos de um longo depoimento do homem que também redigiu para Spínola respostas a entrevistas, o discurso de renúncia em Setembro de 1974 e, pasme-se, a «Proclamação» prevista para o abortado 11 de Março de 1975.

LER NA PÁG. 5

Com o não reconhecimento da R.P. de Angola

DIFICULDADES PARA A ECONOMIA DE PORTUGAL

A posição do actual Governo de Lisboa no que se refere ao reconhecimento da República Popular de Angola, pondo em causa as relações com as ex-colónias portuguesas, pode levar à perda de importantes posições económicas, as quais são disputadas por outros Estados, muitas vezes auxiliados por capitalistas portugueses que abandonaram o País em consequência do 25 de Abril.

O sector dos Transportes (Marinha Mercante e TAP) sofre o peso de graves ameaças, ao lado de outros sectores ligados ao abastecimento do mercado interno português já afectados, tais como, por exemplo, o café e o pescado.

Quanto à Marinha Mercante portuguesa há conhecimento de manobras que vêm sendo desenvolvidas no Brasil por elementos da família Melo, visando substituir-se-lhe nos fretes com as ex-colónias, os quais eram quase totalmente

dominados pela frota nacional. A estas tentativas não seria estranho o próprio Governo brasileiro, cujo rápido reconhecimento de um Governo ideologicamente tão oposto como o do MPLA dá clara indicação das suas intenções. Igual medida foi tomada pelo Brasil relativamente a Moçambique, com cujo Governo estabeleceu recentemente relações diplomáticas ao nível de embaixador. Para todas estas «operações» o Brasil encontra-se relativamente bem colocado devido à afinidade linguísticas com as jovens nações e à experiência de actuação que ali ganhou no tempo do regime fascista português, factores estes reforçados pelas dificuldades crescentes que a questão angolana levanta ao Governo de Lisboa.

Os problemas agora surgidos com os voos TAP para Moçambique — devido a um desentendimento entre Lisboa e Lourenço Marques — pode-

rão também ser habilmente explorados. Neste caso é de notar que a Varig, que iniciou voos para Luanda ao tempo do regime de Marcelo Caetano e encetou, na altura, negociações com vista a estendê-los até Moçambique, mantém carreiras regulares para Joanesburgo, a escassos 45 minutos de voo da capital moçambicana.

Outro sintoma das dificuldades que o caso de Angola levanta a Portugal surge do recente desentendimento havido quanto à actividade de barcos de pesca portugueses em águas da Mauritânia.

É importante recordar que o Governo de Nouakchott apoia o MPLA, encontrando-se entre as 23 nações africanas que já reconheceram a República Popular de Angola. Para Portugal as águas da Mauritânia poderiam substituir as de Angola, até há pouco ocupando um lugar importante no abastecimento, com pescado, do mer-

cado do nosso país.

A toda esta situação há ainda que juntar uma certa dependência em que Portugal se encontrava relativamente a Angola e outras ex-colónias quanto ao abastecimento de certos produtos, tais como o café e o tabaco.

Estes problemas têm sido claramente sentidos por responsáveis políticos portugueses, quer nas negociações que se arrastam com os antigos territórios coloniais, quer na abertura diplomática à África independente, e deles tem sido dado conhecimento aos mais altos órgãos do País. É assim que elementos responsáveis do Conselho da Revolução, e até da Presidência da República, se mostram favoráveis ao reconhecimento por Portugal da República Popular de Angola, deparando, no entanto, com a oposição de certos sectores governamentais com afinidades partidárias bem marcadas.

Na abertura do período pré-eleitoral

ALMEIDA E COSTA APELA AOS PARTIDOS

Em cerimónia solene realizada esta manhã no salão nobre do Ministério da Administração Interna, foi declarado aberto o período eleitoral, que começará com os trabalhos de actualização do recenseamento feito no ano passado por ocasião das eleições para a Assembleia Constituinte.

Além do titular daquele ministério, comandante Almeida e Costa, o acto contou com a presença de directores-gerais do M.A.I. e de vários governadores civis. Como no ano passado, as operações eleitorais são da responsabilidade do Secretariado Técnico de Assuntos Políticos e Eleitorais, órgão do Ministério da Administração Interna sob a direcção do comandante Costa Correia.

Após a cerimónia de abertura Almeida e Costa reuniu-se com os governadores civis, tendo sido examinados diver-

sos aspectos da Lei Eleitoral e determinada a função que cada um deveria exercer durante esse período, pois este ano foi introduzida uma alteração na orgânica de orientação dos trabalhos: os contactos do M.A.I. incidiram mais sobre as camaras do que sobre os governadores civis.

Num breve discurso de cinco minutos Almeida e Costa recordou que, por força da lei, a máquina técnico-administrativa que possibilitará o recenseamento geral dos cidadãos para as eleições ficará sob a superintendência do M.A.I. e que este ano, como já foi divulgado, bastará proceder-se à actualização do recenseamento geral realizado para as eleições da Assembleia Constituinte.

«Somos forçados a reconhecer que a experiência vivida pelo povo português no ano

passado nos permite desde já avaliar e encarar esperançadamente os próximos trabalhos que, em sector de tanta importância, vão começar a funcionar.»

Almeida e Costa lembrou a intensa participação dos cidadãos nas últimas eleições, os quais, por vontade própria e com sacrifícios, formaram assembleias e secções de voto e, em número de dezenas de milhares, fizeram funcionar as inúmeras comissões de recenseamento.

O ministro, dirigindo-se finalmente aos partidos políticos, lançou-lhes um apelo para que, «como se espera, intervenham no desenvolvimento e consciencialização política de todo o povo português, por forma a que este possa expressar com dignidade a própria vontade e defender os seus verdadeiros interesses.»



Operários da construção civil fizeram esta manhã, entre as 9 e as 11 horas, uma paralisação de trabalho. Objectivo: a revisão da tabela salarial, que é a mesma que já vem sendo praticada desde 1971. (Ler na pág. 9)

"Antiprémio" para tiranos

ROMA, 16 — (ANOP e F.P.)

Um «Antiprémio» para a tirania será atribuído anualmente, a partir do próximo mês de Dezembro, a «dez tiranos de todos os continentes, pelas suas violações sistemáticas dos direitos fundamentais dos povos, através de agressão, genocídio, genocídio cultural ou qualquer outra forma de opressão».

Este «anti-prémio» terá o nome do dirigente socialista italiano Lelio Basso e denominar-se-á Antiprémio Lelio Basso contra a Tirania.

A decisão foi divulgada ontem à noite no final das sessões do Tribunal Russel II, reunido desde sábado, em Roma, sob a presidência do senador Lelio Basso, para examinar e julgar os casos de violação dos direitos humanos e a penetração do imperialismo nos países latino-americanos.

O Tribunal dedicou uma das suas sessões à Argentina. Foram ouvidos os depoimentos de numerosas «testemunhas» que se referiram a múltiplas e repetidas violações dos Direitos do Homem naquele país e à existência de um conluio entre o Governo, o exército ar-

Continua na pág. 20

Nacional



ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

"P.P.D. é inimigo mortal da classe operária"

— disse um deputado do P.S.

O P. P. D. é o inimigo mortal das aspirações da classe operária ao socialismo. Antes do 25 de Novembro o P. P. D. batia com a mão no peito e fingia um piedoso interesse pelas camadas mais desfavorecidas da população, mas esta máscara burguesa caiu com o 25 de Novembro, quando o P. P. D. pensou que tinha chegado o seu momento e que as condições políticas eram favoráveis às ambições dos seus chefes e à recuperação dos interesses que a burguesia perdeu com a Reforma Agrária, as nacionalizações e a supremacia cultural e política da esquerda. Estas palavras de Agostinho do Vale (P. S.) dirigidas ontem ao partido de Sá Carneiro, no período anterior à Ordem do Dia não faziam prever que, logo a seguir, na discussão e aprovação do articulado sobre o Poder Local, o seu partido viesse a tomar uma posição tão hostil à capacidade de intervenção social e política das organizações populares de base.

Com efeito, ao repudiar quer a proposta de Vital Moreira (P. C. P.), que permitia às comissões de moradores, comissões de trabalhadores, conselhos de aldeia e outros órgãos populares, apresentar candidaturas para as eleições dos órgãos das autarquias locais, quer ao votar a eliminação pura e simples da do n.º 3 do artigo 5.º que além dos partidos e de grupos de cidadãos, concedia a outras or-

ganizações, nos termos estabelecidos pela Lei, a apresentação dessas candidaturas, o Partido Socialista contradizia-se sucintamente reações enérgicas do P. C. P. e, sobretudo, do M. D. P./C. D. E.

Levy Baptista diria pelo M. D. P. que a posição do seu partido «parte da ideia de que a estrutura fascista do nosso viver colectivo só pode ser eficaz e completamente destruída pela participação integral das populações em todos os actos da vida das comunidades que lhes digam directamente respeito».

«Não nos podemos esquecer — disse também Levy Baptista — que mais do que sob a figura tutelar de um tirano o fascismo pôde aguentar-se no nosso país por quase meio século, apoiado numa apertada rede de tiranetes locais». Acrescentaria ainda que a destruição do tiranete local, do cacique «só é possível dinamizando e democratizando as estruturas do poder local (...). Para nós, a democratização da vida nacional só tem sentido se for feita a partir da base. E isso exige que em cada circunscrição territorial, em cada autarquia todos possam intervir de forma integral».

Não adiantou o aviso do M. D. P./C. D. E. O Partido Socialista como afirmara anteontem Vital Moreira tem «horror às organizações populares de base».

MINISTÉRIO DO TRABALHO?

No período dos requerimentos sobressaíram os de Manuel Gusmão e Avelino Gonçalves, ambos do P. C. P. O primeiro perguntou ao Governo e ao C. R. se «é verdade que o capitão Maltês Soares foi agora libertado», e se é verdade que foi mandado apresentar na direcção da Arma de Infantaria e com que fins». O deputado comunista lembraria a propósito o palmarés do capitão Maltês um dos mais «empreendedores agentes de condução de múltiplas acções violentas contra trabalhadores, estudantes, democratas e revolucionários».

Avelino Gonçalves fez uma documentada denúncia da política dos actuais responsáveis do Ministério do Trabalho, sublinhando que após o 25 de Novembro se acentuou «o sentido antioperário e a viragem à direita» do referido Ministério. Denunciando o congelamento da contratação colectiva de trabalho e as tentativas de alterar a lei do controlo operário, o deputado do P. C. P. considerou que tal política representa «um grave desvio do Ministério num sentido de defesa e recuperação do capitalismo e correspondem as propostas do grande atronato representado pela C. I. P.».

Referindo depois «as ameaças à restrição ao direito à greve», violações abertas da autonomia dos sindicatos perante o Estado

(exemplo: farmacêuticos e químicos), o cancelamento das credenciais habilitando comissões de trabalhadores para a gestão de empresas, abandonadas e recuperadas à custa do esforço dos trabalhadores, Avelino Gonçalves acentuou que, a manter-se, tal política «redundará em maiores prejuízos e exploração para os trabalhadores e colocará em perigo as conquistas revolucionárias que caracterizam uma sociedade democrática apontando ao socialismo».

Responsabilizando ainda os responsáveis do Ministério pelo «previsível e inevitável agravamento das tensões e conflitos sociais» aquele deputado denunciaria ainda «os saneamentos à esquerda e a repressão contra trabalhadores progressistas do Ministério». Citou as suspensões dos drs. Barros Moura e Eugénio Rosa, «pessoas que seriam um sério obstáculo à política antioperária porque sempre defenderam consequentemente os trabalhadores muito antes da queda do fascismo». Denunciou igualmente a substituição do director dos Serviços de Relações Colectivas de Trabalho do Porto e seus dois adjuntos, e os delegados do Ministério em Bragança, Braga, Viseu, Coimbra e Santarém» homens de diversas filiações partidárias ou sem partido mesmo e que — conforme acentuou — abandonaram outras ocupações mais rendosas e tranquilas pra se dedicarem na sua região a uma tarefa de apoio à luta dos trabalhadores e suportaram os maiores ataques, incluindo ameaças à sua vida e integridade física».

«Engana-se — concluiu Avelino Gonçalves — quem julga conter a reacção da direita fazendo anticomunismo, atacando a esquerda e cedendo à direita (...) e se os cálculos são eleitorais pode ser um desastre...».

E.A.

Juristas militares vão averiguar as violências de Custóias

PORTO, 16 — Serão juristas militares os elementos que constituirão a Comissão de Inquérito que averiguará as alegadas violências e actos ilegais que teriam sido cometidos sobre pessoas detidas (civis ou militares), sob foro militar, no período decorrente entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975 — confirmou o capitão Sousa e Castro, do Conselho da Revolução. Esta comissão, cuja criação deverá ser apreciada na próxima reunião do Conselho da Revolução, deverá proceder ainda a averiguações sobre alguns dos acontecimentos político-militares ocorridos no referido período.

DETIDOS CONTINUAM IMPEDIDOS DE PASSAR PROCURAÇÕES

Em complemento da notícia que inserimos na nossa edição de ontem sobre as diligências feitas pela Comissão de Advogados que se propõe tratar, nos termos das leis vigentes, dos problemas relacionados com os antifascistas detidos em Custóias, e que para o efeito se deslocaram àquela Cadeia acompanhados de um funcionário notarial da respectiva comarca (Matosinhos) podemos informar que dessa diligência nada resultou de positivo. Assim, vários dos detidos continuam impossibilitados de passarem as necessárias procurações, algumas das quais carecem mesmo de poderes especiais, uma vez que os detidos têm necessidade de conceder determinadas autorizações para o normal andamento de diligências e transacções que entretanto tem que ser feitas por familiares ou outras pessoas devidamente autorizadas.

Os advogados deslocaram-se a Custóias de manhã e de tarde para o efeito. De manhã deixaram um requerimento para o comandante da Casa da Reclusão renovando mais uma vez as suas pretensões de contactarem com os presos e obterem as procurações. O director da Cadeia, dr. Pinheiro Torres, informou telefonicamente que o problema o ultrapassava e dependia das entidades militares (Casa de Reclusão do Porto). Todavia, e conforme nos foi dado ver em fotocópia, existe uma ordem de serviço avulsa (n.º 5) daquela Cadeia, a que já fizemos referência (impossibilidade de os detidos serem visitados por famílias que, eventualmente, sejam advogados ou magistrados), e que se encontra assinada pelo director substituto da Cadeia, o qual, informam-nos os advogados, é o próprio dr. Pinheiro Torres.

CERTIFICADO NOTARIAL

Na parte da tarde os advogados deslocaram-se de novo a Custóias, com um funcionário notarial. Das diligências efectuadas e do modo como se tornou impossível obter as procurações legais pretendidas, narra o próprio funcionário que, em serviço oficial, lavrou e assinou no local o certificado que se transcreve:

«Manuel dos Santos, terceiro ajudante da Secretaria Notarial do concelho de Matosinhos, em serviço do primeiro cartório, encontrando-me presente no estabelecimento pri-

sional do Porto, situado na freguesia de Custóias, do concelho de Matosinhos a solicitação dos srs. advogados Margarida Carmona, Fernanda da Bernarda, Orlando Mesquita, Orlando Cardoso e Sousa e Castro, a fim de passar diversas procurações com poderes forenses gerais e especiais para apresentar denúncia pública contra diversas autoridades, nomeadamente o governador civil do Porto, em nome dos presos militares e civis detidos nesta cadeia após os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975.

«Mais me declararam os mencionados advogados que necessitavam de se certificarem de quais os referidos presos que o desejavam fazer em conformidade com a notícia inserta na Imprensa após a tragédia do dia 1 de Janeiro de 1976, ocorrida junto desta mesma cadeia e com implicações que se desconhecem pormenorizadamente, no interior da mesma. Declararam ainda ter já em seu poder algumas procurações com simples poderes forenses de vários daqueles revolucionários, acrescentando que não obstante isso sempre têm sido impedidos de contactar com os mesmos e que lhe faltam ainda procurações de vários outros devido a obstáculos os mais diversos que não têm igualmente podido remover. Necessitarão de procuração com poderes especiais para apresentar denúncia como é de lei e de conferenciar com os constituintes para poderem desempenhar cabalmente o seu mandato, se for caso disso».

«Chegados à cadeia cerca das 15 e 15, fomos todos conduzidos ao controlo desta e ali foi-nos dito que o sr. director se encontrava ausente, embora os srs. advogados afirmassem que de manhã, tendo estado aqui vários deles juntamente com outros colegas, um guarda prisional a todos assegurou que o sr. director se encontrava às duas da tarde ali.

«No controlo acabámos por ser atendidos por um sr. capitão que se não identificou pelo nome, mas disse ser da Polícia Judiciária Militar, ocasionalmente aqui para levantar vários autos que não especificou e por um outro sr. oficial que se identificou como sendo o sr. tenente miliciano Fernando Baptista, e que será, segundo disse, o elemento de ligação entre a Cadeia e a Casa da Reclusão no tocante àqueles presos. Ambos disseram não terem poderes para consentir a passagem das procurações ou contactos dos advogados com os presos seus constituintes ou não, nem autorização do respectivo comandante, acabando porém por se ausentarem dizendo que iriam procurar entrar em contacto com ele.

«Decorridos cerca de 45 minutos, a solicitação dos srs. advogados, e com a interferência de um guarda prisional de nome Jesus, compareceu de novo no controlo o sr. tenente miliciano Fernando Baptista, que, depois de esclarecer ser o oficial não identificado o segundo comandante da Casa da Reclusão, disse que não havia telefonado nem telefonaria para lá, pelo que se constatou assim a impossibilidade material absoluta de executar a diligência para que tinha sido solicitado, ou seja, a outorga das referidas procurações.»

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34 - 1.º — LISBOA - 1
Telefones: 770274 - 763276 - 770066

CONVOCATÓRIA

Considerando que os trabalhadores não podem limitar-se a ser espectadores perante a política antioperária e antipopular dos órgãos governamentais, convocam-se todos os sócios deste Sindicato e todos os trabalhadores em geral, para a concentração a realizar no dia 17 de Janeiro, pelas 16 horas, no Estádio 1.º de Maio

CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

CONTRA O CONGELAMENTO DE SALÁRIOS

PELO REFORÇO DA UNIDADE PELA CONSOLIDAÇÃO DAS CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS

PARTICIPA A LUTA CONTINUA

PELA DIRECÇÃO Rogério Torres

Zenha em Sines

O ministro das Finanças, Francisco Salgado Zenha, esteve ontem em Sines, para se inteirar dos problemas que se levantam em torno do em-

preendimento em curso naquele local e sua área.

Acompanhava Salgado Zenha o secretário de Estado dos Investimentos Públicos, Sousa Gomes.

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES (Zona da Grande Lisboa)

Colocações (1.ª fase) e Recolocações (ensino liceal nocturno) — CPES e ES

AVISO

Na sequência de uma audiência concedida pela Secretaria de Estado da Administração Escolar à CDP, Direcção Provisória da Zona Norte e Executivo de Coimbra, no dia 12/1/76, a CDP informa que:

1 — A Secretaria de Estado da Administração Escolar comprometeu-se a só considerar encerrada a 1.ª fase das colocações quando todos os candidatos ao concurso de Maio tiverem sido colocados, estando suspensa a fase intercalar por período ainda não determinado pela SEAE.

2 — Os concorrentes ao concurso de Maio ainda não colocados, tenham razões fundamentais para apresentar reclamação, deverão com toda a urgência entregar na sede do Sindicato, Rua das Gaivotas, 6, relatórios da sua situação.

3 — A recolocação e transferências dos professores do ensino liceal nocturno que leccionaram em 74/75 processar-se-ão, em igualdade de circunstâncias com os restantes professores que prestaram serviço no ano lectivo passado, ao abrigo da legislação em vigor, dado que foi assinado em 30/12/75 um despacho ministerial conjunto que ao assegurar-lhes o pagamento nos meses de Agosto e Setembro lhes concede o estatuto de professores eventuais.

Assina: A COMISSÃO DIRECTIVA

post scriptum

De boca fechada não se avança

A cena passa-se numa carruagem de segunda classe. Intervinentes: Uma septuagenária, dona de largos latifúndios, hectares de terra para aqui, hectares de terra para acolá, extremamente religiosa, toda vestida de negro, incluindo um gorro caucasiano que lhe protegia os cabelos; e um homem, rondando os sessenta e poucos anos, pedreiro de profissão, reformado (uma reforma da miséria: dois mil e tal escudos por mês), ateu até à medula, espírito azedo, arrevesado, cheio de recalcamientos. O diálogo durou todo o tempo que o comboio gastou a cobrir o percurso. Foi um diálogo acalorado, às vezes virulento, às vezes fraterno (mais vezes virulento que fraterno) entre dois intervenientes que representam duas classes opostas e antagónicas: de um lado, o proletário, o explorado, o homem para quem a vida tem sido mais que madrastra; do outro, a sra. latifundiária, que nasceu já comodamente instalada na vida, que nunca teve problemas de dinheiro para pagar a renda da casa, arrumar a conta da mercearia ou comprar um par de sapatos. Foi um diálogo que simboliza milhões de diálogos que, diariamente, se travam por esse País fora. No fim, nenhum se deu por vencido. A septuagenária, rosto bondoso, sorrindo sempre, não desceu do alto da «sua» razão; o homem, rosto endurecido, olhos em fogo, anos e anos de trabalho por uma cêdea, poço de pequenas raivas, profundas recalcamientos, não cedeu um milímetro da «sua» razão. E, no fundo, ambos tinham a «sua» razão. Há, contudo, uma «terceira» razão que se lhes opõe: o homem novo que se pretende venha a ser o sr. desta terra, não pode ser filho de recalcamientos milenares nem deve aguardar que Deus lhe resolva os seus problemas. Consciente, responsável, capaz de levar «uma carta para Grãcia», deve ser liberto de todo o peso das lutas passadas de classe, depois dos preconceitos que amaram o Homem há séculos. O Homem de amanhã, o homem do futuro não poder ser filho daquele pedreiro de espírito azedo, virulento, capaz de deitar o fogo ao Mundo, nem daquela velhinha de olhar dócil o sorriso suave que atribui à vontade de Deus tudo o que lhe tem sucedido, de bom ou de mau, mesmo a ocupação violenta dos seus latifúndios.

Por isso, estes diálogos são necessários. É deste confronto de ideias contrárias que nascerão ideias novas. Se a confrontação violenta, pelas armas, é reprovável, o interchoque das ideias, das palavras é sempre desejável. Mesmo nos casos em que cada um chega ao fim e fica senhor dos seus pergaminhos, cliente da sua razão. Mesmo nesses casos, o diálogo é frutuoso, necessário. De boca fechada é que se não avança um passo nos caminhos do futuro. Promovam-se, pois, discussões colectivas dos problemas nacionais. Deixe-se falar os homens.

Luis Rocha — Évora

Fechar os olhos e apertar o cinto

Sou dona de casa e como tal vou às compras todos os dias, o trabalho diário mais difícil das donas de casa, e actualmente não sei quem resiste ou faz compras. O dinheiro do mês gasta-se numa semana ou então regressa-se a casa de alcafoa vazia. Acontece que ultimamente encontramos donas de casa cada vez mais revoltadas como nós, com o acelerado aumento do custo de vida, e de quando em vez aparece-nos uma pessoa a dizer-nos que andamos a pagar aquilo que os outros fizeram. Eu até aqui não tenho ligado mas acontece que agora na TV sempre que falam do aumento do custo de vida vêm com a mesma cantiga e eu já estou farta.

Eu pergunto: será que os outros agora é que pagam para estes ficarem com capa de salvadores? Desde o 25 de Abril, que me lembre, em todos os Governos estiveram presentes em maioria os partidos que hoje estão no VI. Será que nos outros Governos as medidas de austeridade não eram para ser assim aplicadas? Provavelmente o plano de austeridade do dr. Mário Teixeira iria afectar outras classes, e assim estas medidas de austeridade prejudicam aqueles que nunca foram privilegiados neste País. É preciso é tapar os olhos e apertar o cinto.

Maria F. Rolo Duarte — Lisboa

Quem vai pagar a bomba na R. R.?

Como cidadão e pagador das despesas públicas, sinto o direito de perguntar quem vai pagar aquelas destruições na Rádio Renascença — o povo trabalhador que se viu privado de um órgão de comunicação ao seu serviço, ou o Conselho da Revolução que ordenou a sua efectivação?

Armindo S. Carvalho — Coimbra

O último direito que a «democracia» concede

Já que a democracia burguesa apenas concede o direito de se queixarem àqueles que sufoca com a sua monstruosa garra, aproveitemos esse derradeiro direito (enquanto não nos for retirado também).

É que a onda de discursos demagógicos, cheios de veneno e de calúnias começa realmente a sufocar até os mais optimistas e pacientes dos portugueses não enfiados a uma política de obscurantismo e estupidificação colectiva.

Mais uma vez o dr. Salgado Zenha entrou pela casa adentro, vendeu o seu peixe, fez a sua campainha e, como não podia deixar de ser, o seu ataque pessoal a Vasco Gonçalves. Se já é vergonhoso que o VI Governo justifique as desgraças deste País com os erros causados pelos IV e V Governos, aproveitar todos os contactos com o público para caluniar essa figura de português que é Vasco Gonçalves, é uma atitude sem classe.

Arcelinda Reis Pereira — Lisboa

CHILE

OS MILITARES ANTIFASCISTAS NÃO TÊM PROJECTO COMUM

Os quotidianos pro-governamentais — mas desde o golpe de Estado de 11 de Setembro de 1973 que não existem outros no Chile — acham que nestes últimos tempos só houve «peripécias totalmente rotineiras» no seio das Forças Armadas. Por outro lado, o Governo de Santiago e o general Leigh, membro da Junta, desmentiram as informações do «Sunday Times» de Londres, segundo as quais dez generais teriam pedido ao chefe do Estado, general Pinochet, que modificasse radicalmente a sua política. Mas poder-se-á falar de peripécia a propósito da demissão do general Sergio Arellano Stark do seu posto de chefe do Estado-Maior da Defesa Nacional?

Nem a idade — tem cinquenta e três anos, nem o cansaço — só recebeu a terceira estrela há um ano e só ocupou o último posto em Março de 1975, — nem um súbito desinteresse pela coisa pública — os seus contactos com os responsáveis democratas-cristãos são notórios —, explicam esta súbita demissão.

Um comunicado publicado a 6 de Janeiro em Santiago assegura que essa demissão fora apresentada recentemente. Na realidade o episódio vem de fins de Outubro de 1975. Nessa época o general Pinochet «ofereceu» o posto de embaixador em Madrid ao general Arellano. Segundo informações provenientes dos meios diplomáticos ingleses, teria chegado aos ouvidos do general Pinochet que havia um «complot» que tencionava substituí-lo por um triunvirato que compreendia não só o general Arellano, mas também o almirante Horacio Justiniano e o general de aviação José Berdivsky. O general Arellano recusava o posto de representante do seu país em Espanha. O presidente da República, comandante-em-chefe do Exército de terra, pediu-lhe então que apresentasse a sua demissão, o que ele logo fez. A ironia da história quizesse que o general Arellano viajasse em todo o caso, para Madrid. Ao dirigir-se a Espanha para assistir à cerimónia de juramento de Juan Carlos I, a 22 de Novembro, o general Pinochet não quisera deixar em Santiago um rival potencial. Levou portanto consigo o chefe do Estado-Maior demissionário.

UMA CERTA «ABERTURA»

O general Arellano Stark não tinha nada de uma «pomba». Comandante-em-chefe das forças terrestres em Santiago a 11 de Setembro de 1973, manifestara uma particular determinação na redução das bolsas de resistência operária da capital. Ele realizara, dias depois, uma tournée pelo Norte do país, ordenando em vários lugares o fuzilamento dos partidários de Salvador Allende.

Em todo o caso, o seu passado de ajudante de campo do antigo presidente democrata-cristão Eduardo Frei — a que o liga, ao que parece, uma amizade de escola — e também certas declarações humanistas, valeram-lhe ser classificado, no «sombrio panorama chileno, como um dos oficiais susceptíveis de promover uma certa abertura política. Por alturas do primeiro aniversário de 13 de Setembro, falava-se muito, em Santiago, do grupo formado pelos generais Bonil-

la, Arellano e Palacios. Alguns meios de esquerda chilena tendem a pensar que o general Arellano Stark poderia fazer aceitar aos seus pares uma solução para a ditadura do general Pinochet: um Governo de que o democrata-cristão Eduardo Frei seria o pivô e cujo programa teria uma certa liberalização política.

Numa entrevista publicada em Dezembro de 1973 no se-

a quem, para mais, pode censurar o facto de ter reduzido a Junta governamental, organismo colegial, à situação de câmara de registos.

Os dez signatários do ultimatum, para além de uma mudança dos seus métodos, demasiado pessoais, de Governo, teriam pedido em especial ao



Os familiares de antifascistas presos num estádio de futebol, pela Junta de Pinochet, fazem vigília diante do presidio

manário Ercilla, próximo da D.C., o general Arellano mostrara a sua estima por Frei, **homem extraordinário no plano humano e intelectual.** Ele referia a Alemanha Federal, o Japão e os Estados Unidos, entre os países cuja organização económica e social admirava. Diria que o desenvolvimento não podia realizar-se sem **justiça social a favor das classes mais desfavorecidas.**

O FASCISMO MAIS CONSEQUENTE

O caso do ultimatum dos dez generais ao chefe de Estado mostra mais incertezas do que a demissão do general Arellano Stark. Acha-se, no entanto, nos meios chilenos de oposição, em Paris, que as informações do «Sunday Times» são, no seu essencial, exactas. Recordar-se que elas seguiram de perto a chamada, de Londres, do embaixador britânico em Santiago, após as revelações da doutora Sheila Cassidy sobre as torturas de que foi vítima no Chile. Em contrapartida nessas informações não se identificam com certeza os dez signatários, mesmo que alguns nomes sejam pronunciados com mais frequência do que outros — principalmente o do general Gustavo Leigh, comandante-em-chefe da Aviação e por isso membro da Junta militar. Este desmentiu vivamente que tivesse havido «a menor divergência» no seio da Junta.

Todos os elementos de um conflito entre os generais Leigh e Pinochet existiam há já vários meses e era notórios. O comandante da Aviação criticara com azedume no passado mês de Agosto, a política económica do general Pinochet, causa de **grande sofrimento para as classes mais deserdadas do país,** e factor de ruína para os pequenos e médios empreiteiros e comerciantes chilenos. Pedira também uma certa liberalização do regime. É portanto plausível que o general Leigh tenha tomado a iniciativa de fazer aprovar por alguns colegas, um documento hostil ao general Pinochet —

JEAN-PIERRE CLERC

lo menos dois projectos estão subjacentes às diversas peripécias que a Armada chilena conheceu nestas últimas semanas — dois projectos bem diferentes, talvez temporariamente ligados entre si pela hostilidade comum dos que os propõem, ao general Pinochet, à unidade popular. Com efeito, a intenção atribuída ao general Arellano Stark de colocar de novo no poder o antigo presidente Frei, não estaria de acordo com a do general Leigh: promoção de um regime fascista mais subtil, mais consequente do que a **nova democracia** com que sonha o general Pinochet.

Este não disse, de resto, a sua última palavra: o oficial que ele acaba de nomear general de Divisão, a fim de substituir o chefe de Estado-Maior demissionário — general Washington Carrasco — é considerado um dos seus fiéis. Os seus sustentáculos no seio do Exército de Terra, são poderosos. Recordar-se, por outro lado, nos meios chilenos, que o chefe do Estado já pôs um termos antecipado, desde o golpe de Estado, à carreira de, pelo menos, vinte e dois generais, a quase totalidade dos quais havia no entanto contribuído para a queda de Salvador Allende. Em Fevereiro de 1975, o general Bonilla conseguira atrair a maioria da Junta dos generais do Exército de terra. Ele pedia ao chefe de Estado que a Dina deixasse de ser um instrumento ao seu serviço. Dias depois o general Bonilla morria num acidente de helicóptero um tanto ou quanto suspeito.

O DECLÍNIO DO HOMEM PROVIDENCIAL

O general Pinochet também pode tentar dar satisfações aparentes aos descontentes. Já a 31 de Dezembro, instalou em grande pompa um conselho de Estado — primeiro elemento de uma institucionalização do regime que prosseguirá, prometeu ele, nos meses próximos, e será coroada em meados de 1976 pela promulgação de uma nova Constituição. De resto, vê-se facilmente como o general Pinochet poderia satisfazer os seus pares em dois pontos precisos e capitais: a supressão da Dina, seu principal instrumento de poder, e uma modificação substancial da linha económica hiperliberal que, em corolário ao seu antimarxismo, é o próprio fundamento da sua política.

Se o futuro da democracia se mantiver problemático no Chile, a força do general Pinochet só poderá decrescer.

A Igreja, a democracia-cristã, as classes médias, os próprios Estados Unidos, todas as forças que, em dada altura, tinham visto no actual chefe do Estado um gládio contra o comunismo, deixaram de o considerar, uns após outros, como o homem providencial. Se os próprios generais chilenos deram um prazo ao general Pinochet — até Março, a acreditar no «Sunday Times» — é que, algo mudou: **Não se pode esperar de uma política política que ela torture com tanta eficácia, quando sabe que os dias do seu senhor talvez estejam contados,** declarava-nos com optimismo um simpatizante da unidade popular.

Pode assim supor-se que pe-

© «Le Monde»

Nacional

EXTERNATO SENECA

COOPERATIVA DE ENSINO E CULTURA

Ciclo - Liceal - Computadores - Línguas

SALAS DE ESTUDO

MANHÃ • TARDE • NOITE

AV. ALMIRANTE REIS, 73 - 1.º E 2.º — LISBOA - 1
Telefone 4 00 92 (METRO ANJOS)

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SEGUROS DO SUL

Largo Intendente Pina Manique, 35 - 1.º Lisboa-1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

(Continuação)

De harmonia com o Art.º 33.º, N.º 1 alínea b) dos Estatutos convocam-se os sócios deste Sindicato para a continuação, em 20 de Janeiro de 1976, às 21.00 horas, na «VOZ DO OPERÁRIO» R. Voz do Operário, em Lisboa — da Assembleia Geral Extraordinária, sendo a Ordem de Trabalhos, aprovada na 1.ª sessão, de 13/1/76, a seguinte:

Ponto Único — Reestruturação da Indústria Seguradora

- Decretos-Leis sobre a Gestão da Reestruturação
- Aspectos Gerais
- Aspectos Particulares

Pel'O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Jorge Nuno Gomes Lopes Simões
(O Secretário)

BOM APETITE



DECLARADO DE UTILIDADE TURÍSTICA
ESTRADA DA TORRE — TELEF. 790169 — LUMIAR
SALAS PRIVATIVAS PARA CONFRATERNIZAÇÕES
E LANCHES DE CASAMENTO
AOS DOMINGOS ALMOÇOS DANÇANTES
Parque automóvel (Encerrado às 2.ª feiras)

RESTAURANTE
QUINTA DE S. VICENTE
TELHEIRAS DE CIMA 144 (Campo Grande)
CHURRASQUEIRA — ADEGA TÍPICA
PARQUE AUTOMÓVEL PRIVATIVO
Encerrado às 2.ª feiras a partir das 16 h
e 3.ª feiras todo o dia

LEÃO D'OURO
(RENOVADO)
ALMOCE E JANTE NESTE
RESTAURANTE
AR CONDICIONADO
Rua 1.º de Dezembro, n.º 93 Telef. 326195

Cinco apartamentos destruídos pela violência dos senhorios

Quem esta manhã visitasse o antigo 350 da Estrada de Benfica teria argumentos suficientes para testemunhar a onda de violência que atingiu os moradores de cinco apartamentos do referido prédio.

Cerca das 15 horas de ontem, os senhorios, Alfredo Castanheira e Santos Garcia, acompanhados de outros construtores civis e de vários indivíduos, entre os quais cinco mulheres e adolescentes, num total de cerca de meia centena, desalojaram, de arma em punho, os inquilinos.

Os móveis foram destruídos, as loiças partidas e todo o recheio colocado na rua perante os protestos dos atingidos. A Polícia da esquadra, que fica a 200 metros, foi avisada, mas só compareceu no local quatro horas depois. Os

apartamentos estavam ocupados desde Agosto do ano passado e as respectivas rendas eram depositadas, mensalmente, na Caixa Geral de Depósitos.

Esta decisão fora tomada pela comissão de inquilinos em resposta aos preços exigidos pelos senhorios: cinco e quatro mil e quinhentos escudos por duas assoalhadas. Segundo nos declarou o porteiro do

prédio, uma das vítimas, todos os inquilinos depositam as rendas acordadas com a comissão de inquilinos na Caixa, numa conta comum.

Entretanto, os proprietários e clientes das lojas em frente interrogavam-se esta manhã sobre este acto de violência, salientando alguns que os móveis postos na rua traduziam um nível de vida que não se poderá apelar de própria-

mente modesto. Quanto à Pró-Comissão de Moradores de Benfica, afirmou um comunicado em que afirma nada ter a ver com os inquilinos desalojados.

Sabe-se ainda que, entre os objectos destruídos e remexidos pelos senhorios, foi encontrada uma arma de calibre 7,65. A Comissão de Inquilinos vai decidir sobre as futuras acções que serão empreendidas.



Todo o recheio foi trazido para a rua e a maior parte dele destruído

JOSÉ SIMÕES PIRES JUNIOR



FALECEU

Maria Beatriz Moraes de Gouveia Simões Pires, irmã, cunhada, sobrinha e demais família cumprem o doloroso dever de participar o falecimento do seu querido marido, irmão, cunhado, tio e parente e que o funeral se realiza amanhã dia 17 às 10.30 horas, saindo da Igreja de S. João de Deus para o cemitério do Alto S. João.

Agência Magno Telef. 534167

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

Greve geral a partir de quarta-feira?

Relativamente ao conflito gerado na Câmara Municipal de Cascais, efectuou-se simultaneamente, ontem à tarde, uma conferência de imprensa e um plenário de trabalhadores, com vista ao esclarecimento do diferendo, que opõe a comissão representativa dos trabalhadores (C. R. T.) à comissão administrativa daquele município.

Presentes no plenário 200 trabalhadores (dos 900 existentes nos serviços dependentes

da Câmara). A posição da C. R. T., na sua luta «contra uma C. A. que só faz caso da voz dos trabalhadores quando lhe convém» foi apoiada por unanimidade. Foi igualmente decidido por esmagadora maioria (dois votos contra), iniciar a partir de hoje uma greve de duas horas progressivas, que poderá transformar-se em greve total a partir do próximo dia 21, se entretanto não forem sa-

tisfeitas as reivindicações apresentadas. Por vontade expressa dos trabalhadores, esta paralisação não afectará os serviços considerados essenciais.

No plenário foram também dadas a conhecer as diligências efectuadas junto do governador civil de Lisboa, das quais não se obtiveram resultados positivos, referindo-se a propósito existir por parte do Governo «um lavar de mãos» em relação a este caso. Até agora, e de acordo com a C. R. T., os únicos apoios recebidos provêm da secção do P. S. de Cascais e da comissão de luta constituída quando os acontecimentos eclodiram, na terça-feira.

CURSOS

- DACTILOGRAFIA
- MECANOLOGIA
- Perfuração/Verificação
- Sistemas: IBM e UNIVAC
- Início dos cursos: 23 Janeiro
- Informações e Matrículas no EXTERNATO CONTINENTAL
- Telef. 32 56 52
- Rua do Arsenal, 100 - 1

“Mãos no ar e passa para cá a massa”

Dois indivíduos que aparentavam entre 25 e 30 anos assaltaram o empregado das bombas de gasolina da Garagem S. Cristovão, na Rua Bordalo Pinheiro. O assalto começou com o tradicional «mãos ao ar, passa para cá a massa». Um dos assaltantes ficou à porta, o outro entendia-se com a vítima e segurava uma arma caçadeira de canos cortados.

Face às circunstâncias o empregado fez a entrega da bolsa, com 4780 escudos e de um porta-moedas com 400 escudos. Os assaltantes estranharam o porta-moedas e houve diálogo:

«Isto é seu?»
O homem respondeu:
«Sim, isso é meu.»
«Então guarde-o. Só queremos o que é do patrão.»
Segundos depois puseram-se em fuga no mesmo carro em que tinham chagado: um «Mercedes-Benz» preto. O empregado da bomba só decorou as letras da matrícula... MBA, indicativas de Moçambique.

TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS

ÓPERAS E CONCERTOS A PREÇOS POPULARES

TEMPORADA DE INVERNO DE 1976

(Homenagem a VERDI e WAGNER)

INAUGURAÇÃO NO DOMINGO, 18 DE JANEIRO, AS 21 HORAS, COM A RÉCITA EXTRAORDINÁRIA:

AIDA

(G. VERDI)

ELENCO:

GILDA CRUZ-ROMO, FIORENZA COSSOTTO - GILBERT PY, BENITO DI BELLA, IVO VINCÓ, CARLOS FONSECA, ELIZETTE BAYAN, FERNANDO SERAFIM.

DIRECÇÃO MUSICAL: SILVA PEREIRA
ENCENAÇÃO: GIUSEPPE DE TOMASI
ORQUESTRA DO TEATRO DE S. CARLOS

HORARIO DA BILHETEIRA:

As bilheteiras funcionam das 13 às 19 horas dos dias úteis e desde uma hora antes até uma hora depois do começo de cada espectáculo.

Spínola e o "escritor-fantasma"

Tudo começou com um relatório em 1969

Um telex datado de Paris dizia-nos anteontem que António de Spínola, chegado no domingo à noite a França, reside desde então junto ao Marne, a alguns quilómetros da capital francesa, num hotel luxuoso, o Winston, em Saint-Maur des Fosses. A notícia referia ainda que o ex-general se rodeou da maior discrição possível e que os empregados do hotel «permanecem mudos face a todas as perguntas que se lhes possam fazer».

A vinda do ex-general para a Europa tem um objectivo: voltar ao nosso País. Considera mesmo que tal facto não levará muito tempo. Ao «Comércio do Porto» afirmou ter esperanças, «até porque» — ele o diz — «o País não aguenta. Entrámos num plano inclinado...»

Ora, acerca da figura de António de Spínola, para muitos um candidato à «pinchete» em Portugal, melhor poderá falar o homem que lhe escreveu as entrevistas, os principais discursos, a famosa «Proclamação» para o golpe de 11 de Março e (espantoso) o próprio «Portugal e o Futuro», livro que deu fama e proveito ao ex-general.

Em três preciosos depoimentos sobre a figura de Spínola, o verdadeiro autor de «Portugal e o Futuro» dá-nos, pois, uma outra imagem, pouco conhecida, da personalidade do observador na frente nazi em 1944 e invasor de Conakry. Fala-nos também dos projectos de Spínola no 11 de Março e das forças que então, segundo ele, o apoiavam.

Iniciamos a publicação dos excertos mais significativos destes depoimentos com as circunstâncias e o relato do modo como foi elaborado «Portugal e o Futuro», e também como eram produzidos os discursos e entrevistas.

A FORMA DE REDIGIR

«Foi em Março de 1969 que vi pela primeira vez o ex-general Spínola. Havia-me mandado convidar para pertencer ao então Gabinete Militar do Comando-Chefe da Guiné sem me conhecer, apenas com base, ao que presumo, em referências profissionais que lhe teriam sido dadas, no que não constitui caso único.

«Também talvez em meados de 1969 o ex-general encarregou-me de redigir um relatório qualquer sobre a situação militar, a ser enviado para Lisboa; e recordo-me de se haver agrado do relatório, referindo-me ser a minha forma de redigir muito semelhante à sua.

«Daí em diante começou o processo, progressivamente mais carregado, de se socorrer de mim para elaboração dos seus escritos: documentos oficiais e relatórios primeiro, depois também discursos, entrevistas e até cartas de maior melindre para Marcelo Caetano e Sá Viana Rebelo. Elaborava estes trabalhos e entregava-lhos depois de os mandar dactilografar, até que a dada altura me instou para lhe entregar directamente os manuscritos, pois percebia bem qualquer caligrafia. Assim passei a proceder, tendo uma vez observado que, depois de emendar um manuscrito meu, o ditava ao seu secretário com o cuidado de preservar, das vistas deste último, a caligrafia original. Presumo, nesta base, que

me foi feita qualquer descrição dessas actividades, pelas quais, aliás, também não sentia particular curiosidade.

«Quando as entrevistas eram encomendadas especificamente, as perguntas eram-me dadas dactilografadas. De um modo geral era-me deixada a iniciativa para as respostas, limitando-se o ex-general a dizer-me que as redigisse *conforme o costume, dentro da sua ideia*. Outras vezes era-me encomendado que acentuasse bem qualquer ponto ou frase que queria vincar, de conceito que pretendia fosse desenvolvido.»

Depois de referir outros tipos de trabalhos que lhe eram encomendados pelo ex-general, nomeadamente a «preparação de improvisos para publicação», e afirmar que tal tipo de colaboração continuou mesmo durante o período em que Spínola estava na Guiné e ele (o autor) se encontrava em Lisboa, prossegue:

«As encomendas eram-me enviadas em envelope fechado, que me era entregue pela sobrinha, D. Maria Luísa Campos Coelho, onde vinham as tais ideias soltas, questionários de entrevistas, recortes de imprensa, literatura, enquadramento — o género já descrito. Depois de prontos, os trabalhos eram entregues, por sua ordem expressa, em envelope fechado à mesma senhora, que os fazia chegar ao ex-general.»

E passa-se aos discursos: «Nesta altura apareceu também um novo género de trabalho: eram-me por vezes enviados textos já dactilografados de discursos com a incumbência para mim de arrumar melhor a sequência lógica do texto, adequar, onde necessário, a redacção ao meu estilo e cortar e recoluir as disposições ou substituições de texto que entendessem com vista àquela ordenação e adequação.»

«PORTUGAL E O FUTURO»

Surge então a encomenda do «famoso livro», pelo qual António de Spínola pagou ao verdadeiro autor algumas de-



António de Spínola autografando um exemplar do «seu» célebre livro «Portugal e o Futuro». Afinal de contas havia um «escritor-fantasma» utilizado desde os tempos da Guiné

zenas de contos. Conta o «ghost-writer»:

«O autor do depoimento — a sua obsessão possessiva daqueles que podiam servi-lo sempre me fizeram pensar que, vingativo como era, procuraria anular-me, e não tenho dúvidas de que o faria se lhe oferecesse motivo bastante. Eu só desejava viver a minha vida profissional e dedicar-me à família, e aguardava apenas a oportunidade de, tendo-me afirmado e ganhado créditos como profissional em ordem a fazer «currículo», manter o emprego assegurado. Foi o que sucedeu por volta de Fevereiro do ano passado, altura em que finalmente pude cortar de todo com o ex-general, como fiz.»

Em síntese, e como o autor a si mesmo se classifica: eis «alguém de quem o ex-general se serviu».

«Numa das suas vindas a Lisboa, entre Maio de 1972 e o Verão desse ano, encomendou-me o «Portugal e o Futuro». O ex-general Spínola chamou-me várias vezes durante essa estadia, dando-me os seus pontos de vista sobre o livro, a intenção que lhe presidia e algumas ideias, recomendando uma crítica à política portuguesa de então e a sugestão da tese federativa como princípio de solução do problema colonial. Recordo-me de ter escrito o livro durante a minha licença de Verão desse ano, 1972. Uns tempos depois mandou-me o texto dactilografado, achando-o pequeno e recomendando-me que o engrossasse e acrescentasse um capítulo com a transformação das estruturas governativas, segundo uns esboços que me enviou. Tive então que retomar o texto inicial, glosar alguns dos seus temas, acrescentar outros, enfim, aumentando o volume de páginas e acentuando o que parecia de acentuar. Devolvi-lho de novo, depois de elaborado, e assim ficou a minha participação no livro.»

«A partir de 25 de Abril, até à sua resignação» — conta também o «ghost-writer» — «apenas me recordo de me ter encomendado dois trabalhos: ambos do género *tesoura e cola*. De um recordo-me bem, pois tratava-se da *mensagem de renúncia*, que me chamou a Belém para rever, cortar, recolocar e adequar a redacção ao meu estilo de redigir. O outro foi um discurso importante sobre a questão colonial. Durante esse período chamou-me várias vezes a Belém, exercendo sobre mim pressões constantes para que aceitasse *ir para lá*. Nunca perguntei o que significava ou para que lugar se referia a sua expressão *vir para aqui*, pois eu não tinha interesse algum nisso e sempre recusava deixar a minha actividade profissional. Recordo-me do sobresalto em que passei a andar quando um dia, perante a minha recusa, ele me pôe a pergunta: *e se eu o mandar apressar?*»

(Amanhã: revelações sobre o 11 de Março.)

Quem é o autor dos depoimentos

O autor dos depoimentos, cujo nome, por motivos óbvios, não divulgamos, confessa-se «um homem simples e sem outras ambições que não sejam a de poder educar cinco filhos e permitir à família uma vida sem luxos nem gastos supérfluos, mas onde o dia-a-dia não seja carregado pelo peso de constantes privações. A modestia aliás da minha vida de família e da casa onde vivo bem o poderão testemunhar. Não tendo fortuna, e sendo eu o único sustento da família, apenas gostaria de poder dar-lhes esse mínimo.

«Desde há muito alimentava apenas uma ambição: deixar a carreira militar e viver a minha vida dedicando-me à família» — declara o autor dos depoimentos publicados em primei-

ra mão pelo nosso jornal.

«As circunstâncias de então cerravam-me cada vez mais contra essa minha única vontade de realização; daí que a passagem à reserva, ou mesmo a obtenção da exoneração e a possibilidade de me colocar como técnico economista de gestão de projectos ou de empresas, fosse para mim uma obsessão.»

«O general Spínola — diz noutro passo — «ajudara-me na passagem à reserva, e mais tarde na obtenção de um emprego como «project manager» numa empresa do grupo CUF, a que concorri em resposta a um anúncio sem de todo saber sequer, quando respondi ao anúncio, qual o género de empresa a que concorria.»

«O conhecimento da sua personalidade» — prossegue o

Nacional

"Manif" amanhã no Porto

S. A.A.L./Norte protesta contra a bomba com pré-aviso

PORTO, 16 — Como resposta ao acto bombista que destruiu as instalações do SAAL/Norte, está convocada para amanhã, às 17.00 horas, uma manifestação de protesto por aquele atentado. Palavras de ordem: «Casas sim, barricadas não», «Medidas de austeridade só para a burguesia», «Fim à repressão», «Fim ao terrorismo fascista», «Fim imediato à subida do custo de vida», «Libertação imediata dos antifascistas presos», e «Morte ao fascismo, liberdade para o povo». A decisão foi tomada durante um Plenário de Comissões de Moradores ligadas ao processo SAAL, realizada no anfiteatro da Escola de Belas Artes do Porto que se tornou pequeno para comportar todos os presentes. Centenas de moradores representantes de 50 Comissões de Base, do Porto e dos concelhos limítrofes de Gaia, Matosinhos e Gondomar, participaram activamente manifestando um vigor que já há muito se não via em tais reuniões.

Entre as várias manifestações de repúdio pelo atentado bombista e pela impunidade dos seus autores, um dos moradores presentes afirmou que o petardo foi «a maior provocação feita ao movimento de massas, aos moradores e a todos os trabalhadores».

«AUSTERIDADE CONTRA A BURGUESIA»

Q. Durante o plenário foi aprovada uma moção a enviar ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução e ao Primeiro-Ministro, na qual se exige do Governo «medidas de austeridade, mas contra a burguesia, contra os exploradores» e «imediata solução para todos os processos do SAAL/Norte, nomeadamente os que estão a ser boicotados nas autarquias locais», finalizando deste modo: «Caso as nossas reivindicações não sejam atendidas, os moradores presentes são unânimes em atribuir aos governantes a res-

pensabilidade directa ou indirecta do atentado de que foram vítimas».

Foi também criado um Comité de Luta com representantes de 36 Comissões de Moradores, o qual tratará de todos os problemas relacionados com a paralização da actividade do SAAL/Norte e determinará as formas de luta para se enfrentar a vaga terrorista que ultimamente se tem verificado e que culminou com a deflagração nas instalações do SAAL, causando prejuízos que se elevam a cerca de mil contos. Ontem à noite o Comité efectuou uma reunião na nova sede, à Rua Álvares Cabral, 159, com o objectivo de organizar a «Manif» de sábado.

«O FASCISMO NÃO PASSARÁ»

Durante o plenário foi também lido um comunicado dos

trabalhadores do SAAL/Norte, no qual aqueles, depois de considerarem que «como todos os fascistas, a organização terrorista que actuou nas nossas instalações não olha a meios para atingir os fins», adiantam «temos a certeza de que a bomba vai ser para nós um incentivo para um trabalho mais árduo», e finalmente:

«A bomba é outra face do parecer elaborado em Dezembro último pelo Ministério da Administração Interna que sagazmente concluiu da não existência legal das Comissões de Moradores. Da bomba sabemos os objectivos: confundir, atemorizar, desmobilizar as organizações dos moradores pobres. E também os resultados: novo alento para o combate, nova força e nova determinação de avançar».

Por sua vez o Secretariado do Conselho Revolucionário de

Moradores, que havia estado reunido nas instalações do SAAL até cerca de três quartos de hora antes do rebentamento, fez saber a sua posição: «Os fascistas, não conseguindo conter o movimento popular por métodos pacíficos, tentam agora destruí-lo à bomba. A burguesia tem medo da organização popular e tenta assustar os explorados e aqueles que os apoiam».

O atentado tem de ser enquadrado num movimento mais vasto que é o avanço do fascismo no nosso país».

Entre a solidariedade que tem sido manifestada ao SAAL/Norte foi anunciada a preparação de uma «Manif» em Faro, promovida por Comissões de Moradores da capital algarvia em apoio aos moradores do Porto. «O fascismo não passará» foi o grito que encerrou o plenário.

Câmara de Gondomar

P.C.P. tem outra ideia

PORTO, 16 — Rectificando informações segundo as quais representantes do P. C. P. não teriam participado na indicação da nova comissão administrativa da Câmara Municipal de Gondomar, a direcção da Organização Regional do Norte deste Partido, emitiu um comunicado em que sublinha ter a situação existente sido «criada pela demissão voluntária de alguns elementos da comissão administrativa». E acrescenta que «a única solução que ela comporta é a indicação pelos partidos respectivos de novos representantes».

Em seguida o comunicado sintetiza do seguinte modo os pontos de vista apresentados pelos representantes do P. C. P.: «Como alternativa face à eventual recusa daqueles, propõe que sejam as organizações populares locais a indicar nomes para o preenchimento dos lugares vagos. Esta

proposta de solução é justificada não só pela génese da própria situação, mas também pelo apoio que os elementos vigentes da comissão administrativa encontram nas organizações populares, como foi demonstrado entre outros factos, pela moção aprovada na primeira assembleia popular de Gondomar, realizada a 13 de Dezembro e na qual participaram cerca de 90 estruturas populares, cuja actividade, nomeadamente em prol da resolução de alguns dos mais instantes problemas do concelho as tem credenciado como legítimos representantes da população local.

Como já divulgamos, e segundo se depreende do texto, a discordância do P. S. e do P. P. D., em relação àquela posição, levou o governador civil a remeter o caso para o ministro da Administração Interna.

Tribunal Cível da Comarca de Lisboa

2.º JUÍZO ANUNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilatação de vinte dias, que se começará a contar da data da segunda e última publicação deste anúncio.

Execução de sentença (sumária) n.º 5723-B 2.ª secção
Exequentes — Vilarinha e Sobrinho, Lda.

Executado — Alberto José Nunes de Oliveira, residente na Avenida Duque de Loulé, n.º 58, 2.º, Dt.º em Lisboa.

Lisboa, 19 de Dezembro de 1975.

O Juiz de Direito. (Manuel Luís Pinto Sá Ferreira)

O Escrivão de Direito. (Luís Loureiro)

Em ALVERCA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA FERREIRA Rua Manuel Maria, Vieira, 7

Em Fátima

P.S. DENUNCIA

"ACTOS FASCISTAS"

«Caciques fascistas atacaram representantes do Ministério da Educação» — é o título de um comunicado divulgado na edição de anteontem do semanário «Portugal Socialista», órgão central do P.S., referente a graves incidentes ocorridos recentemente em Fátima.

Segundo o comunicado, emitido pela Federação Distrital de Santarém, daquele Partido, tudo começou com a ida a Fátima de uma inspecção, nomeada pelo Ministério da Educação e Cultura, com a finalidade de fazer um inquérito no colégio de S. Miguel, onde se tinham verificado conflitos de trabalho entre o padre Ventura e trabalhadores ao serviço daquele estabelecimento de ensino.

Caciques reaccionários locais, descontentes com tal inspecção, moveram então uma campanha contra o prof. Gouveia militante do P. S., acusando-o de instigador do inquérito e apelidando-o de comunista,

«numa manobra tendenciosa, cuja finalidade era a de impedir o trabalho da inspecção, o que viria a verificar-se, com a agravante de os membros da comissão inquiridora terem sido, selvaticamente, agredidos e destruída a sua viatura».

«Em consequência desta acusação — prossegue o comunicado — foi explorado o anticomunismo local aliciando-se grupos de irresponsáveis que violaram o domicílio do professor Gouveia tendo-lhe sido roubados e destruídos bens», obrigando-o, juntamente com a sua família, a refugiar-se no posto da Polícia local a fim de fugirem à fúria dos agressores.

Depois de condenar a violência demagógica, o golpismo e o aventureirismo, não tolerando que os factos ocorridos sejam aproveitados pela reacção, o P.S. exige um rigoroso inquérito e o exemplar castigo dos culpados.

"Pluralismo" anónimo engana a população em Sever do Vouga

PORTO, 16 — «À semelhança do que está a acontecer noutras localidades, nomeadamente nos Açores, na Madeira, S. Pedro do Sul, Vouzela e outros pontos da Metrópole, o povo da nossa terra vai varrer na próxima quarta-feira, radical e definitivamente, a canalha comunista que ainda saltita e vagueia na nossa terra, sugando criminosamente o pão que nós trabalhamos e todo o resultado do nosso labor» — dizia um panfleto anónimo distribuído na região de Sever do Vouga, na passada semana.

A informação que nos foi dada por pessoa daquela localidade junta-se uma notícia recente de «O Primeiro de Janeiro», segundo a qual uma centena de pessoas apareceu na tal quarta-feira, dia 7 último, diante dos Paços do Concelho de Sever do Vouga, «olhando umas para as outras a ver o que aquilo dava e à espera também da chegada dos promotores anónimos das ameaças feitas no panfleto». Após algum tempo de espera («Final que gente é essa que não mostra a cara?» — comentaria uma pessoa da terra) e com a chegada de uma pequena força da G. N. R., os que foram até ao local anunciado acabaram por ir à sua vida. O «espectáculo» prometido, e em que alguns talvez estivessem dispostos a «actuar» se a população da terra andasse à boa vida e estivesse disposta a dar «cobertura» a coisas como esta, acabou por se lograr.

Note-se, no entanto, que a convocatória anónima se dirigia ao povo da localidade com uma linguagem primária, fazendo os possíveis por aliciar uma população essencialmente rural, política e culturalmente pouco defendida deste tipo de demagogia à sombra da qual os reaccionários têm feito o que se sabe. Para se fazer

uma ideia do respeito que as camadas menos favorecidas deste povo merecem aos autores «anónimos» de panfletos como os distribuídos em Sever do Vouga, transcrevemos uma passagem: «Se faltares trairás a tua terra, os teus avós, a tua liberdade e as cores da tua bandeira que é de todos nós se for a portuguesa».

Tudo o panfleto utiliza a linguagem com que ainda é fácil acenar às multidões, quer se fale do Terreiro do Paço, da Televisão ou de cima de uma pedra em qualquer esquecido povoado da Beira Alta.

Expressões como «dignidade», «dignidade do povo», «formação moral» e outras aparecem no panfleto de Sever do

Vouga encobrindo ameaças como estas. «Saneamento imediato e sem qualquer contemplação da mulher que presta serviço nos Serviços de Saúde e Previdência na vila (...), pois a sua presença nestes Serviços faz perigar a formação moral das nossas filhas e das nossas mulheres». Mais: «Saneamento imediato dos locais comunistas que trabalham em estabelecimentos fabris e outros (...) «Localização dos locais de Moscovo notórios que terão de justificar publicamente a razão do seu comportamento em prejuízo da dignidade do povo do nosso concelho».

O panfleto referia-se ainda a «saneamentos radicais e inatáveis já programados».

Sem telhas e sem persianas por causa do senhorio

GONDOMAR, 16 — Em consequência de um conflito com o senhorio, está, desde ontem, sem telhado e sem persianas na casa que habita há anos, o sr. José Neves da Silva, do lugar da Gandra, S. Pedro da Cova, Gondomar.

Apresentou queixa na G. N. R. de Gondomar, tendo decla-

rado que o proprietário da casa (emigrante) se recusava a receber a renda, pelo que esta vinha sendo depositada desde Setembro de 1972 na Caixa Geral de Depósitos. Do conflito surgiu uma ordem de despejo, mas o sr. Neves da Silva prova estar inválido para o trabalho e que tem dois filhos menores.

Moradores destituem a sua comissão

Os moradores da freguesia de São João de Deus, reunidos em plenário, decidiram a imediata destituição da comissão de moradores e a sua substituição por uma comissão provisória, eleita no mesmo plenário, bem como a exigência de demissão da actual comissão administrativa da Junta de Freguesia, a apresentar ao Governador Civil de Lisboa.

Francisco Carapinha

Eva Carapinha e filhos, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente por falta de endereços, vêm por este meio agradecer a todos quantos acompanharam o funeral de seu marido e pai, Francisco Alberto de Oliveira Caparinha

Em ALJUSTREL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFE ALIANÇA

NATURA

FOI POSTO À VENDA O N.º 256
REFERENTE A JANEIRO

Se deseja evitar a doença e curar-vos dos vossos males pelos meios puramente naturais, assina já esta utilíssima revista de Higiene Geral e Alimentar de Saúde e Cultura Integral, podendo estar certos de que pelos seus ensinamentos recuperarás mais Bem-Estar e Alegria de Viver.

Director e Proprietário: DR. INDIVERI COLLUCI

Do sumário destacamos os seguintes artigos:

- O Caminho da Esperança.
- A pressa de «Curar» os doentes.
- Cancro, Nutrição e outros problemas.
- Em prol de uma verdadeira Ciência da Vida.
- Algumas verdades médicas acerca da Diabetes.
- Dismenorreia — Cólicas dolorosas.
- A levedura alimentar e as suas propriedades.
- A cegueira evitável.
- Visão e vitaminas.
- O que se deve saber acerca do Cancro.
- Etc.

Todos os pedidos devem ser dirigidos a esta Administração:

Rua Antero do Quental, 35-1.º, Dt.º (ao Intendente)
Telefone 55 64 93

Assinatura anual: 160\$00; Semestral: 80\$00; Estrangeiro e Ultramar: 250\$00; Número avulso: 17\$50

SE ADQUIRIR UM NÚMERO A TÍTULO DE EXPERIÊNCIA FICARÁ LOGO NOSSO ASSINANTE

CUNHAL EM ALGÉS

"Impõe-se um entendimento entre comunistas e socialistas"

«O ano de 1976, embora ainda no início, apresenta-se carregado de ameaças, mas também prometedor de novos êxitos da classe operária, das massas populares, das forças progressistas» — afirmou Álvaro Cunhal, secretário-geral do P. C. P., durante um comício realizado ontem à noite em Algés, no qual fez uma análise da situação política e apelou para um entendimento («se possível») entre socialistas e comunistas.

«O caminho da Revolução portuguesa — declarou — continua a ser irregular, difícil, incerto e perigoso. Mas continuam a existir as condições essenciais para levar por diante, com sucesso, a nossa luta pela liberdade, a democracia, a independência nacional e o socialismo.»

Após referir notícias de certos jornais afirmando que o P. C. P. preparava um «golpe» que ocorreria no mês de Janeiro,

ro, Álvaro Cunhal, declarou ser necessário «estarmos atentos à provocação, a fim de desmascarar qualquer suposto «golpe» da esquerda fabricado para justificar um golpe da direita», concluindo que «perigo degolpedaextrema-direita existe e é o único que realmente existe», o que poria em perigo, não apenas o P.C.P., mas também todo o «movimento operário», atingindo assim todas as forças progressistas, todos os «elementos antifascistas, civis e militares».

COMBATER O ESQUERDISMO

Afirmando em seguida que «para combater o perigo da direita reaccionária é necessário combater também o esquerdismo», pois este é «o caminho não da vitória, mas da derrota e do desastre», o secretário-geral do P.C.P. declarou que «a situação poderia ser ho-

jeincomparavelmente mais vantajosa para as forças progressistas se não tivessem sido as influências e as actividades esquerdistas pseudo-revolucionárias».

Numa outra fase do discurso, Álvaro Cunhal debruçou-se sobre o VI Governo afirmando a posição do P.C.P., que o considera como única alternativa de esquerda, referindo-se em seguida à política económica que chamou de «política de aperta-o-cinto», contrária às posições do P. C. P., que defendem «reformas antimonopolistas, na defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária, assente nos interesses dos trabalhadores, fazendo pagar mais a quem pode pagar e não uma política de recuperação monopolista, de autoridade para os pobres e de regabofe para os ricos».

E depois de outras considerações:

«A aproximação, o entendimento, se possível a unidade de comunistas e socialistas deve ser a preocupação constante do momento presente se queremos impedir o regresso ao passado e assegurar a construção da democracia.»

Delegação do C.P.P.C. visita a Polónia

A convite do Comité Polaco da Paz, partiu para Varsóvia, devendo permanecer uma semana na Polónia, uma delegação do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

A delegação é composta pelo prof. Luis Severo, da Universidade de Aveiro; dr.ª Laura Lopes, advogada, do C. P. P. C.; padre Joaquim Pereira de Sampaio, do Porto; Nuno Teixeira Neves, escritor e redactor do «Jornal de Notícias», do Secretariado do C. P. P. C. (Porto); António Manuel Porfírio, encarregado fabril, do núcleo do C. P. P. C. (Barreiro); o comandante Duarte Lima, da Marinha e do M. F. A.

A visita enquadra-se num programa de intercâmbio do C. P. P. C. com idênticas organizações de opinião pública progressistas de outros países, para estreitar relações de cooperação mutuamente vantajosas e impulsionar iniciativas concretas de solidariedade com a Revolução portuguesa, bem como contribuir para a causa da Paz.

Comício do P.C.P.

PORTO, 16 — Efectua-se hoje no Palácio de Cristal, um comício promovido pelo P. C. P., estando presente Álvaro Cunhal. Tema: «Os perigos do fascismo aumentaram».

CHANCELER AREILZA ESPERADO EM LISBOA

José Maria de Areilza, ministro dos Assuntos Exteriores (Negócios Estrangeiros) de Espanha, deverá deslocar-se a Lisboa no próximo mês de Fevereiro. A informação provém do diário madrilenho «Ya», a que a Anop deu seguimento. Não se conhece a data da visita.

Entretanto o «Ya» noticiou

Marcelo Rebelo de Sousa na Comissão Política Distrital do P.P.D.

Marcelo Rebelo de Sousa foi eleito presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa do P.P.D. O nome foi escolhido no decurso de uma assembleia de delegados realizada ontem à noite na sede do partido.

Presente cerca de uma centena de delegados, estes elegeram, além do subdirector do jornal «Expresso», e mais elementos que passam a integrar a referida comissão, outro órgão a nível distrital e de Lisboa: a Comissão de Admissões. O primeiro nome dos eleitos para esta comissão é o de António Patrício Gouveia.

ENCONTRO NO FIM-DE-SEMANA

Dissidentes do P. P. D. vão encontrar-se no próximo

fim-de-semana algures no Centro do País, muito provavelmente na Curia, para reflexão em conjunto e debate sobre o seu futuro como grupo na cena política portuguesa.

Trata-se de um encontro de certo modo informal. Em qualquer caso, deve ser abordada a situação política actual e examinadas as responsabilidades para que esta os solicite. Os dissidentes do P.P.D. poderão começar a encarar, em forma, a possibilidade de se constituírem, não em partido, hipótese que aparece muito remota ou mesmo posta de parte, mas em organização, hipótese que os dissidentes poderão considerar, além de plausível, necessária.

Informações que temos per-



Com a saída de Emídio Guerreiro, o PPD abriu uma brecha nas suas fileiras

mitem-nos afirmar que a segunda possibilidade é a mais forte e apoiada.

Dissidências na L.U.A.R.

Três membros da Comissão Política e Executiva Nacional da LUAR abandonaram aquele órgão e esta organização: Agostinho Pessanha Gonçalves, António Marciano e Fernando Pereira Marques.

A decisão consumou-se no decurso de um encontro, a

nível nacional, de militantes-delegados dos núcleos e sectores dos serviços centrais da liga, recentemente realizada. Entre as razões invocadas figuram «a indefinição política do secretário-geral face à social-democracia e as demais ambiguidades que se refletiam na impossibilidade de a

organização definir uma prática coerente».

Os três dissidentes invocam ainda, num texto entretanto emitido e posto a circular, «as contradições existentes no seio da organização em que uma prática guerrilheirista e espontaneísta — dizem — relegou para segundo plano todo o trabalho de massas e a consequente necessidade de formação política dos militantes que o mesmo exige.»

O texto fala ainda da «caótica situação financeira» e, enfim, da «incapacidade da LUAR, nestas circunstâncias, corresponder nos momentos decisivos aos anseios e esperanças talvez nela depositados pelas classes trabalhadoras de acordo com as responsabilidades perante elas assumidas» — de que, aliás, os próprios dissidentes se autocriticam como também implicados.

Alterações na L.C.I.

A Liga Comunista Internacionalista (L. C. I.) vai tornar públicas na próxima semana as teses aprovadas no passado fim-de-semana durante os trabalhos do seu III Congresso. Não se conhecem a letra os textos aprovados, mas, a julgar por declarações feitas por dirigentes da organização numa conferência de imprensa dada na terça-feira na sua sede em Lisboa, elas definem uma orientação diferente para a política que o partido vai seguir doravante, depois de examinada a situação actual, principalmente caracterizada pelas consequências do «25 de Novembro». Uma das ideias centrais do conjunto dos textos aprovados é a de que a unidade do movimento operário, necessário e possível, constitui factor decisivo para o processo de recuperação do terreno que a classe operária recentemente perdeu com o avanço da burguesia.

Entretanto, e quando da realização da mesma conferência, a Liga divulgou um documento, resultante do Congresso, onde procede à análise da situação política actual e autocritica-se em relação ao que foi a sua participação na F. U. R. durante cerca de três meses. A este propósito, a L. C. I. invoca erros próprios cometidos por altura do seu II Congresso, pouco antes da assinatura da plataforma de 25 de Agosto.

O Congresso do último

fim-de-semana reuniu cerca de três centenas de delegados, e operou ainda algumas alterações ao nível da direcção do partido.

«BASE»: PELA AUTONOMIA

«Um movimento político autónomo para a tomada do Poder pelos próprios trabalhadores», assim se declara Base-F. U. T., (Frente Unitária de Trabalhadores), num texto elaborado sobre as conclusões de uma reunião efectuada na Foz do Arelho no último fim-de-semana, com a presença de cerca de centena e meia de delegados, entre os quais estrangeiros.

A organização, como a própria designação indica, «privilegia a actuação no terreno sindical com as organizações unitárias de base.»

Base-F. U. T. diz — «passa apenas a admitir no seu seio trabalhadores que exerçam actividade em unidades colectivas de produção dos sectores industrial, agrícola e piscatório e em unidades colectivas de serviço. Fica apenas uma excepção para os trabalhadores manuais que exerçam a profissão isoladamente e os pequenos e médios agricultores. Estão assim excluídos os que não vivem apenas do seu trabalho ou exerçam profissões liberais.»

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

HOSPITAL DE SANTA MARIA

GASES MEDICINAIS E OUTROS

Concurso Público n.º 14/76

COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS

Concurso Público n.º 15/76

As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas, excepto aos sábados das 9 às 12.30 horas, na secretaria do Serviço de Aquisições.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicados nos Cadernos de Encargos.

Lisboa e Hospital de Santa Maria, 13 de Janeiro de 1976.

PELA COMISSÃO INSTALADORA

a) Manuel Brício Pina
de Jesus

P.S. e P.P.D.

entendem-se nas Finanças

«A definição da competência da Secretaria de Estado das Finanças parece estar definitivamente resolvida» — disse à Anop um porta-voz do P. P. D., para acrescentar: «Pela nossa parte, consideramos o problema resolvido no sentido positivo.»

O acordo P. P. D.-P. S. foi conseguido ontem no fim de mais um encontro entre Salgado Zenha, ministro das Finanças, e Sá Carneiro, secretário-geral do P. P. D.. Posteriormente reuniu-se o Secretariado do P. P. D.. Até ao fim da manhã de hoje, não tinha sido emitido nenhum comunicado a sancionar, ao que se presume, o acordo a que ontem se chegou.

Entretanto o P.C.P. indicou os nomes do capitão da Marinha Mercante Fernando da Silva Pinheiro para o cargo de secretário de Estado da Marinha Mercante, e de Valdemar Quaresma para subsecretário de Estado do Comércio Externo.

Não se conheceram ainda os nomes dos secretários de Estado dos Retornados, da Saúde e da Cultura. Corre como muito provável o nome de Eduardo Pereira, do P.S., para o Ministério da Habitação.

Por outro lado, confirma-se que Vitor Louro tomará posse como secretário de Estado da Reestruturação Agrária. Substitui António Bica e foi indicado pelo P.C.P.

Segundo o M.R.P.P.:

"A Revolução dará novos passos"

«O movimento operário e popular vai dentro em breve rebenotar nas ruas. A questão que se nos põe a nós os comunistas é a de nos encontrarmos em medida de estar à sua cabeça no momento decisivo» — afirmou Fernando Rosas, do Comité Central do MRPP no encerramento da Conferência de Quadros e Activistas para a Imprensa Regional.

Com vista a cumprir as necessidades apontadas, os representantes de 12 jornais regionais elaboraram a política e tática que o MRPP vai seguir em toda a Imprensa Regional, considerada por este partido «da maior importância» e que agrupa actualmente 2.000 jornais com cerca de três milhões de leitores. Além dos onze novos órgãos regionais surgidos nestes últimos dez meses, foi anunciado o lançamento para breve de mais três, um dos quais nos Açores.

Foi vincado que «todos os jornais referidos não são «mini-Lutas Populares» mas «órgãos da Frente Única Democrática Popular onde portanto se devem expressar os pontos de vista dos operários, dos camponeses, da pequena

burguesia em dificuldades e até em certas zonas, da burguesia nacional, sob a direcção do proletariado». Foi também dito que estes jornais devem estar voltados para a expressão popular, para as tradições de cada zona de molde a dar-lhes uma orientação revolucionária.

Para resolver os problemas que se põem do lado das forças da Revolução, Fernando Rosas apontou então a necessidade de «organizar e concentrar as forças e não atacar atabalhoadamente».

Dentro desta linha, os três partidos do Governo, e em especial o PCP, foram atacados «depois de legislarem a fome e a miséria no palácio, virem para os jornais carpir-se e declarar que estão preocupados com a fome e miséria que eles próprios legizam». O dirigente do MRPP perguntou de seguida: «Como pode o PCP, que é co-autor das leis agora decretadas, vir no domingo para a rua levantar-se contra a fome e a miséria que acaba de legislar na mesa do orçamento e de que é o principal responsável?»

PUB

= AUTOCOOPE =

«cooperativa de táxis de lisboa»

Avenida Visconde Valmor, n.º 30 - 2.º, Dt.º

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os sócios da Auto-coope — Cooperativa de Táxis de Lisboa, S.C.A.R.L., para uma Assembleia Geral a realizar no dia 30 de Janeiro de 1976, pelas 21.30 horas, na Avenida Visconde Valmor, 34, 2.º andar em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Discussão e aprovação do relatório de contas
2. Marcação da data do acto eleitoral
3. Regulamentos internos

PARTICIPA!

NÃO FALTES!

Lisboa, 14 de Janeiro de 1976

O Presidente da Assembleia Geral
José Oliveira Madanças

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares dos Distritos de Lisboa, Santarém e Portalegre

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares dos Distritos de Lisboa, Santarém e Portalegre, solidariza-se com a grande concentração para o dia 17, às 16 horas, no Estádio 1.º de Maio.

Apelamos a todos os trabalhadores e a toda a classe operária a participarem nesta grande jornada de luta.

NÃO AO CONGELAMENTO DE SALÁRIOS
NÃO AO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

Os sócios deste Sindicato concentram-se na sede às 15 horas na:

Rua Actriz Virginia, 18-1.º (Ao Areeiro)

Lisboa, 8 de Janeiro de 1976.

A DIRECÇÃO

DOMINGO
ÚLTIMO DIA!

a Revista Espectáculo!

a CIA dos CARDEAIS

IV MÊS DE GARGALHADAS!!

ADOQUE teatro

2 Sessões
20.30 h.
22.30 h.

Dom., matinee, às 16 h.
Não acons. men. 18 a.)

NO MARTIM MONIZ - TEL. 87 42 80

Teatro para miúdos e graúdos

Bilhetes desde 20\$00

"O INDIÓZINHO RAIO DE LUAR"

"PEDRO E O LOBO"

TODOS OS SÁBADOS
Às 16 horas
(As crianças até 10 anos não pagam)

ADOQUE teatro

NO MARTIM MONIZ - TEL. 87 42 80

Trabalho

Marinha Grande, 42 anos depois

Vidreiros comemoram revolta em defesa das liberdades

Os operários vidreiros da Marinha Grande decidiram transformar as comemorações do 18 de Janeiro de 1934, marco histórico do movimento revolucionário do proletariado português ou uma jornada de luta em defesa das liberdades sindicais.

Esta ideia foi expressa numa conferência de imprensa realizada ontem nas instalações da Intersindical, com a presença de Juvelino Ferreira Colaço, presidente dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Vidreira. Aliás, comunga da mesma impressão o antigo dirigente sindical Manuel de Sousa Baridó, um homem que participou nos preparativos do 18 de Janeiro de 1934, que viveu os momentos decisivos da revolta, sentiu a ressaca da derrota, e sofreu 10 anos de prisão. Hoje, quarenta e dois anos depois, analisa as consequências que podem advir da falta de organização.

Recuando no tempo, Manuel Baridó faz um relato da situação em que se encontravam os operários vidreiros numa época que vai desde 1910 até 1934. Embora a indústria vidreira abrangesse apenas cerca de cinco mil operários, após a implantação da República surgiram Associações de Classe parceladas «com pouca expressão nas massas». Os operários vidreiros estavam divididos por sectores. A força organizada com maior importância era a C.G.T., de características anarco-sindicalistas. A crise de 1929, que eclodiu nos Estados Unidos e se repercutiu em todo o Mundo, veio agravar ainda mais as condições de vida dos operários vidreiros portugueses.

A indústria vidreira paralisada desencadeou uma onda de

desemprego e os operários são atirados para a mendicância. Então o Governo por intermédio do Ministério da Agricultura resolveu conceder verbas para que os operários vidreiros fossem trabalhar nos serviços florestais. Inicia-se um período de greves. Por influência do Sindicato de Lapidação do Vidro o Ofícios Correlativos começa a germinar a ideia da

1933 sai o decreto que iria institucionalizar a fascização dos Sindicatos.

«Foi em função desse decreto (acentua Baridó) que o Sindicato dos Vidreiros e a «Intersindical» da época, lado a lado com a C.G.T. lançaram a palavra de ordem para a greve geral.

Mas o radicalismo dos anarquistas e o espírito «putchista»



formação do Sindicato Unico.

Por volta de 1931 concretiza-se a Unidade. E os vidreiros, à custa das pressões reivindicativas conseguem, uma situação económica «talvez não igualada por qualquer outro sector industrial do País». Nessa altura, o fascismo, saído do golpe de Maio de 1926, ainda tinha poucos anos de vida. No entanto, em

de alguns militantes políticos e revolucionários depressa transformaram a ideia de greve geral em insurreição armada para derrubar o fascismo. Foi um erro. Não se mediu a correlação de forças...

Manuel Baridó descreveu os preparativos daquilo que mais tarde havia ser designada pelos historiadores do movimento operário como a «Comuna da Marinha Grande», as acções levadas a cabo e a repressão das forças fascistas que aniquilaram o movimento.

«... A aviação também entrou sobrevoando a vila e arredores. Foram centenas de revolucionários presos entre os quais

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

COMUNICADO

Tendo sido, por lapso, indevidamente assinada uma convocatória de uma reunião da Assembleia Geral para o dia 19 do corrente, comunica-se que fica aquela convocação sem efeito, marcando-se desde já uma reunião da Assembleia Geral para o dia 2 de Fevereiro de 1976, na Voz do Operário, às 21,30 horas, ao abrigo do Art.º 33.º dos Estatutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL PARA O ANO DE 1976

Lisboa, 14 de Janeiro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

a) JOSÉ CAROLINO SANTOS

ESTATUTOS DA COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA OS TRÊS UNIDOS, S.C.A.R.L.

Por escritura de 29.8.1975, lavrada no 17.º Cartório Notarial de Lisboa, publicada no «Diário do Governo», III.ª Série, n.º 254, de 3/11/1975, foi constituída uma cooperativa com a denominação social COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA OS TRÊS UNIDOS, S.C.A.R.L., com sede em Lisboa, no Centro Provisório da Qt.ª Grande, Charneca, em Lisboa.

O capital social mínimo é de 10.000\$00 e o máximo do capital que cada sócio poderá subscrever não poderá exceder o valor do fôgo que lhe venha a ser atribuído, adicionado da quota parte do equipamento comunitário que deve ser suportado pela Cooperativa.

Poderão ser sócios da COOPERATIVA todos os representantes de agregados familiares moradores nos actuais bairros da Quinta Grande, Quinta da Marquesa e Quinta de José Alvalade, ou outros que queiram aderir aos presentes estatutos.



se destacava o José Gregório e António Guerra. Constituíram-se tribunais especiais. As condições caíram sobre nós, severas. Houve morte e lágrimas.

Manuel Baridó concluiu que a unidade sindical é factor fundamental para a vitória do movimento operário. Hoje, à distância de 42 anos, o sobrevivente do 18 de Janeiro, que foi dirigente sindical e operário vidreiro na firma J. Ferreira Custódio, afirma com toda a convicção: «Continuo a lutar pela unidade sindical».

Juvelino Ferreira Colaço traçou um quadro das vitórias obtidas pelos trabalhadores vidreiros. Falou das suas lutas recentes, salientando: «é de lamentar que nos jornais se leia que o capitão Maltês, que tantas vezes comandou as forças repressivas contra a luta dos trabalhadores da Marinha Grande, tenha saído em liberdade». A Propósito das comemorações de 18 de Janeiro, o actual presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira salientou que esta jornada de luta pela defesa das liberdades sindicais foi organizada por um Secretariado que engloba os Químicos, Metalúrgicos e Vidreiros porque os trabalhadores destes Sindicatos também saíram para a rua no 18 de Janeiro.

Referindo às liberdades sindicais ameaçadas, Juvelino Ferreira frisou como indícios de que isso é realidade, o caso do congelamento dos salários, as interferências nos Sindicatos dos Químicos, o assassinato de um trabalhador vidreiro no Porto, o ataque dos reaccionários aos trabalhadores em greve nos Pousos (depois do 25 de Novembro), os despedimentos sem justa causa como aconteceu em Oliveira de Azeite.

Adérito Catalão, dirigente da Intersindical, presente no encontro com os órgãos de informação, acrescentou: «Não permitiremos que a unidade sindical seja desfeita. quer o ataque venha de forças individuais quer do próprio Governo».

DIA 1 DE FEVEREIRO SAI A

NOVA
plata

56 PAGINAS DE GRANDE FORMATO

REPORTAGENS A CORES
DE TODOS
OS ESPECTACULOS

RESERVE JA
O SEU EXEMPLAR

TODOS OS 15 DIAS — 15\$00

AGÊNCIA PORTUGUESA DE REVISTAS - LISBOA



Trabalho

Hoje e amanhã

Manifestações de protesto contra a carestia da vida

O protesto contra o aumento do custo de vida, é o denominador comum da manifestação que logo à tarde se realiza no Terreiro do Paço, e da concentração, promovida pelos sindicatos, prevista para amanhã, no Estádio Primeiro de Maio.

Em luta contra a vida e a repressão, um grupo dinamizador dos órgãos de vontade popular, convocou uma manifestação para as 19 e 30 horas de hoje, na Praça do Comércio (com concentração às 18 e 30).

«Sabem os preços dos produtos de primeira necessidade (carne, peixe, ovos, hortaliças); sobem os preços dos transportes públicos e da gasolina; são suspensos os contratos colectivos de trabalho; são revistas casas e herdades desocupadas as cooperativas agrícolas, o que faz com que nos campos fiquem produtos a apodrecer enquanto faltam nas cidades; são presos centenas de antifascistas — estes são os motivos que levaram à manifestação, explicados na convocatória do grupo dinamizador.

Enquanto as diversas organizações populares apoiam uma ou outra iniciativa e os partidos se pronunciam, um grupo de 17 sindicatos, predominantemente de serviços e identificados pela contestação da orientação da Intersindical, divulgaram um comunicado condenando estas manifestações.

«POLÍTICA ANTIPOPULAR»

A Comissão de Luta contra o aumento do custo de vida e o congelamento de salários, esclareceu as razões da concentração no estádio Primeiro de Maio durante um encontro com a imprensa, ontem. Os sindicatos criticam o actual Governo, acusado de desenvolver uma «política antipopular», particularizando alguns dos seus aspectos: «congelamento de salários, aumento brutal dos preços dos produtos mais essenciais à população, multiplicação dos impostos que atingem principalmente aqueles que menos têm».

Acrescenta a Comissão de Luta, em documento que serviu de base à conferência de imprensa: «O endividamento cada vez maior do nosso País ao estrangeiro, a desorganização do abastecimento interno que tem permitido a especulação desenfreada, a interferência do Ministério do Trabalho nas organizações dos tra-

balhadores, a multiplicação dos saneamentos à esquerda, a manipulação dos grandes órgãos de informação (TV, Rádio, jornais), que são pagos pelo Povo, contra o Povo, são outros aspectos da política do Governo, que visam fazer pagar principalmente aos trabalhadores os custos da actual crise económica e permitir mesmo a recuperação capitalista no nosso País».

O congelamento da contratação, o aumento dos preços e dos impostos, e a política de «endividamento ao estrangeiro» foram temas desenvolvidos pelos elementos da Comissão de Luta Presentes.

Os sindicatos promotores da concentração no estádio Primeiro de Maio entendem que o congelamento «veio ao encontro dos interesses dos patrões da C.I.P. que, no seu Congresso tinham reivindicado o congelamento de toda a contratação colectiva por um período de 90 dias», alertando para a política salarial que o «Ministério do Trabalho está a cozinhar nas costas dos trabalhadores», e que «será naturalmente favorável ao patronato».

Paralelamente, acrescenta a Comissão de Luta, «é o próprio Governo que começa por aumentar os preços dos produtos de amplo consumo popular».

Quanto aos impostos, «os que têm aumentado mais são aqueles que atingem fundamentalmente as massas trabalhadoras; os impostos sobre os ricos não têm subido substancialmente», afirmou-se. «É por esta razão que, em 1976, as receitas do Governo provenientes de impostos indirectos, que são aqueles que atingem fundamentalmente as classes trabalhadoras, alcançaram cerca de 39 milhões de contos; e os impostos directos, que atingem principalmente os ricos, só darão ao Estado receitas avaliadas em 19 milhões de contos».

Os sindicatos acusam igualmente o Governo de praticar uma política de «endividamento do nosso País ao estrangeiro», salientando: «as condições económicas e políticas impostas pelo imperialismo americano e pelas sociais-democracias europeias, que são os países onde se tem obtido a maioria esmagadora desses empréstimos, constituem atentados à nossa Independência Nacional».

A tudo isto, a Comissão de Luta contrapõe uma «alternativa popular e democrática», que deve ter como objectivo

«fazer pagar essencialmente aos ricos os custos da actual crise económica», assentando no «controlo operário e não na co-gestão como defende o Governo».

A jornada de luta de amanhã, que vai culminar na concentração no estádio Primeiro de Maio, às 16 horas, aderiram já mais de duzentas organizações populares

Plenário da Inter em Coimbra

Aumento do custo de vida, congelamento de salários, Reforma Agrária, controlo operário, previdência, reforço da unidade de organização dos trabalhadores, são alguns dos temas em debate no plenário da Intersindical Nacional que se inicia hoje à tarde em Coimbra, com um único ponto na ordem de trabalhos: «medidas a tomar à actual conjuntura política».

O plenário começa às 15 horas, prosseguindo amanhã, a partir das 10, no edifício Inatel, naquela cidade.

Porto sem carne na segunda-feira

No sentido de pressionar as autoridades a adoptarem medidas adequadas para a normalização do abastecimento de carne, talhantes do Porto reunidos, ontem, na sua Associação, decidiram suspender o abate de carne bovina até que a Junta Nacional dos Produtos Pecuários resolva o problema do abastecimento.

Durante a reunião foi ma-

nifestada a disposição de, a partir de segunda-feira, fazerem piquetes junto do matadouro, para impedir matanças particulares. Registe-se que há uma semana, os comerciantes queixaram-se de muitas carências na distribuição da carne congelada.

A medida agora tomada vem agravar ainda mais a falta de carne verificada ultimamente.

Demissões no M.T. de Coimbra

A União dos Sindicatos de Coimbra e mais doze sindicatos desta cidade tornaram

público um comunicado em que criticam as demissões compulsivas de seis delegados regionais do Ministério do Trabalho, enquadrando-as «na escalada antioperária em defesa de interesses que o ministro e o secretário Marcelo Curto se esforçam por servir».

Os sindicatos, que apontam como exemplos desta política o congelamento da contratação colectiva, saneamento de elementos progressistas do Ministério e as medidas contra as comissões de trabalhadores das empresas em autogestão, manifestam o seu apoio ao dr. Maia Costa, delegado do Ministério do Trabalho em Coimbra, que está — afirmam — ameaçado de ser afastado das suas funções.

O comunicado considera este afastamento como um «saneamento à esquerda» e «uma descarada manobra política», sublinhando que os trabalhadores de Coimbra encontrarão «a devida resposta a todas as medidas que directamente os atingem».

Inspecção aos centros de Reforma Agrária

Com o objectivo de esclarecer todos os aspectos que se prendem com as actuações dos Centros Regionais de Reforma Agrária, quer nos aspectos administrativos, o ministro da Agricultura e Pescas emitiu um despacho em que nomeia inspectores para realizarem uma inspecção administrativa aos centros de Reforma Agrária de Santarém, Castelo Branco, Setúbal, Évora, Portalegre e Beja.

Esta medida decorre dos despachos recentes do Ministério da Agricultura e Pescas, que alteram as direcções dos referidos Centros Regionais de Reforma Agrária.

Delegado sindical despedido na Redevendas

Os patrões nunca mudam. E os seus métodos também não. Esta parece ser a moral da história ocorrida com um delegado sindical na firma «Redevendas», e que nos é relatada através de um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do distrito de Lisboa.

«A administração da firma «Redevendas», com sede em Carnaxide, pretendeu suspender abusiva e ilegalmente um delegado sindical dos escritórios no dia 23 de Dezembro. A comunicação foi feita verbalmente nesta data pelo administrador, não tendo o trabalhador aceitado tal medida repressiva devido à falsidade das acusações que lhe eram imputadas.

A posição dos partidos

Salientando que só a unidade do movimento popular permitirá a vitória dos explorados, várias organizações de esquerda tomaram posição sobre as manifestações que se vão realizar hoje e amanhã contra a alta do custo de vida.

Um comunicado da F. U. R. apela à organização das classes trabalhadoras e dos militantes revolucionários para o desenvolvimento da luta contra o aumento do custo de vida e o congelamento dos salários, contra a repressão e contra a falsa Informação, considerando que a mobilização em torno desses objectivos contribuirá para a construção da alternativa revolucionária e socialista ao actual poder burguês e reaccionário.

Referindo-se às manifestações a F. U. R. afirma: «embora considerando que a realização de duas manifestações em dias consecutivos não é a melhor maneira de servir a unidade e os interesses de classe do proletariado, a FUR apela à mobilização dos seus militantes e do povo trabalhador para esta jornada de luta, através de uma participação integrada nas suas estruturas representativas».

Por sua vez o Secretariado da Organização Regional de Lisboa do M. E. S. afirma que «só o sectarismo e os interes-

ses partidários de forças como o P. C. P., que se arvora, através das direcções sindicais que controla, em representante do Movimento Sindical e como a U. D. P. que se arvora, através das Comissões de Moradores que instrumentaliza, em representantes do movimento popular, podem explicar a divisão» que representam a realização de duas manifestações com os mesmos objectivos. Os militantes do M. E. S. irão às duas manifestações, «lutando, lado a lado com os trabalhadores que nelas se integram, pela unidade da classe operária e do movimento popular, acima dos interesses partidários, contra o avanço das forças reaccionárias e as medidas antipopulares do Governo dos patrões».

Por sua vez o P. R. P., afirmando também lutar pela unidade da classe operária, apoia a concentração convocada para o Estádio 1.º de Maio, no dia 17, «tendo em conta o sentimento de adesão colectiva a esta jornada e chamando a atenção dos trabalhadores para o carácter reformista do manifesto dos sindicatos e do aproveitamento eleitoralista desta jornada».

A Liga Comunista Internacionalista, sem se pronunciar concretamente sobre as manifes-

tações, apela para o comparecimento de todos os trabalhadores numa jornada de acção pela Aliança Operário-Camponesa, a realizar no próximo domingo, apontando também a necessidade de se reunir um Congresso Nacional das Comissões de Trabalhadores, bem como um Congresso Democrático dos Sindicatos.

O Partido Socialista condena as manifestações que se vão realizar hoje e amanhã contra a alta do custo de vida, segundo um longo comunicado do Secretariado Nacional daquele Partido, em que se faz a análise do actual momento político nacional.

Segundo o P. S. as forças que convocam as manifestações são as mesmas que provocaram a actual crise, com a «sua política demagógica, aventureirista e golpista», durante o IV e o V Governos Provisórios.

No mesmo comunicado são também analisadas as mais recentes movimentações da direita, nomeadamente os Plenários de Agricultores, que põem em causa a Reforma Agrária e os atentados bombistas, afirmando-se que «o P. S. mostrará agora, na luta contra as manobras reaccionárias e em defesa das conquistas do povo português, que é o grande partido do socialismo».

Construção civil:

Paralisação de duas horas

Operários da construção civil paralisaram esta manhã o trabalho, entre 9 e 11 horas, em cumprimento da decisão tomada no encontro das organizações de trabalhadores ligadas ao sector da construção civil, que se realizou no passado dia 10, na F.I.L.

Desconhece-se ainda, neste momento, qual a percentagem de aderência a esta paralisação, que tem como objectivo lutar pelo contrato colectivo de trabalho. Durante as duas horas, efectuaram-se plenários nas empresas, tendo sido discutidas as medidas «antitrahadores do VI Governo», o congelamento da contratação colectiva, o aumento de custo de vida, o desemprego, etc.

A revisão da tabela salarial pretendida pelos operários, deveria elevar o vencimento base para 6500 escudos. O ministro do Trabalho, Tomás Rosa, em declarações recentes à TV, afirmou: «Não percebo como é que um sector em crise faz greve».

Só que os aumentos de salários exigidos pelos trabalhadores são os mesmos reivindicados em Maio de 1974. Além



disso, desde 1971, última revisão do contrato, os operários ainda não receberam qualquer aumento. «E a crise tem limites. O desemprego continua. O plano de emergência não aparece. E nós temos barriga» — afirmou-nos um operário.

«A vossa greve é justa e revolucionária» — afirma num comunicado da Federação Metalúrgica dos Sindicatos Metalúrgicos.

no qual apela a todos os trabalhadores metalúrgicos para aderirem à luta dos operários da construção civil.

«Saúdamos todos os companheiros da construção civil que se decidiram a avançar na luta e a entrar em greve contra as medidas antioperárias e antipopulares do Governo e pelo seu contrato colectivo.»

Últimas

Governo Civil

emite comunicado sobre a "manif"

O Governo Civil de Lisboa divulgou um comunicado sobre a manifestação convocada para o Terreiro do Paço, logo à tarde, e a feira de produtos agrícolas do próximo domingo, iniciadas pelo grupo dinamizador dos órgãos de vontade popular. Este comunicado é do seguinte teor:

«1 — De acordo com o propósito da melhor colaboração, anunciado no comunicado deste Governo Civil de 12 do corrente, tentou-se notificar os participantes das manifestações previstas para hoje e para o próximo domingo, a fim de tentar harmonizar o interesse colectivo que a autoridade cumpre defender, com as anunciadas intenções dos promotores daquelas manifestações.

2 — Verificou-se porém que os subscritores da participação se identificaram incorrectamente e que, no único caso em que se indicava uma morada completa, não era lá conhecido o participante.

3 — Nestes termos, além de se manifestarem as mais legítimas apreensões quanto à idoneidade dos indivíduos que se subscreveram como promotores das manifestações de 16 e 18 do corrente, deseja este Governo Civil tornar público que a impossibilidade de assegurar a melhor colaboração das autoridades e exclusivamente imputável aos promotores das manifestações, o que sinceramente se lamenta.

4 — Por outro lado, deseja ainda o Governo Civil tornar ciente a opinião pública de que, apesar do só aparente cumprimento da lei, não se deseja impedir o curso das manifestações, reafirmando-se, todavia, que «ao ser consentida a utilização da Praça do Comércio para a exposição e venda de quaisquer produtos, actividade que será no entanto permitida em áreas adjacentes à Estação do Sul e Sueste que, para o efeito, serão balizadas pelos agentes da força pública.»

Geral

"Heine Dolorosus" para Lisboa descobrir

Até ao próximo dia 30 está patente nos «foyers» do Instituto Alemão uma exposição biobibliográfica itinerante sobre o poeta Heinrich Heine.

Heine, a quem Marcuse, provavelmente lembrado de Rimbaud, chamou um **enfant terrible** perdido num mundo demasiado duro para ele), de raça judaica, nasceu em Düsseldorf a 13 de Dezembro de 1797 e morreu em Paris a 17 de Fevereiro de 1856.

Mediador entre o

Buch der Lieder



Frontispício do «Buch der Lieder» («Livro das Canções»), que fez a reputação de Heine na Europa culta do século passado. Compositores não pararam, durante anos, de musicar o poeta.

Romantismo e o Iluminismo (a Alemanha e a França) lhe chamaram e, em última consequência, profeta da Revolução (de um novo Humanismo). Amigo dos socialistas exilados, ele próprio esteve no exílio em Paris. Sobrinho de um multimilionário, mas parente pobre da família, a sua vida amarga, que lhe mereceu o epíteto de «Heine Dolorosus», foi marcada por uma profunda insegurança material e pela luta interior entre o aristocrata e o revolucionário, que nele coabitavam, na duplicidade do actor e do espectador que assumia.

Jornalista que fez época com as suas crónicas renanas, poeta chefe-de-fila da geração que viria ficar conhecida na literatura como «Jovem Alemanha» e proscrita em Paris à boa maneira romântica, Heine procurava a serenidade dos deuses, alimentava os mitos e viajava pela Europa. Com boa dose

Intermezzo lírico

PRÓLOGO

Um cavaleiro havia, taciturno,
Que o rosto magro e macilento tinha.
Vagava como quem, de algum nocturno
Sonho levado, trépido caminha,
Tão alheio, tão frio, tão sótano,
Que a moça em flor e a lépida florinha,
Quando passar tropegamente o viam,
As escondidas dele escarneciam.

Amiúde buscava a mais sombria
Parte da casa, por fugir à gente:
Daquele posto os braços estendia
Tomado de desejo impaciente.
Uma palavra só não proferia.
Mas pela meia-noite de repente
Estranho canto e música escutava,
E logo alguém que à porta lhe tocava.

Furtivamente então entrava a amada,
O vestido de espumas arrastando,
Tão vivamente fresca e tão corada
Como a rosa que vem desabrochando;
Brilha o véu; pela esbelta e delicada
Figura as tranças soltas vão brincando;
Os meigos olhos dela os dele fitam,
E um ao outro de ardor se precipitam.

Com a força que o amor somente gera,
Ao peito a cinge, agora afogueado;
O descorado as cores recupera
E o retraído acaba namorado,
O sonhador desfaz-se da quimera...
Ela o excita, com gesto calculado;
Na cabeça lhe lança levemente
O adamantino véu alvo e luzente.

Ei-lo que se vê em sala cristalina
De aquático palácio. Com espanto
Olha, e de olhar a fábrica divina
Quase os olhos lhe cegam. Entretanto,
Junto ao húmido seio a bela ondina
O aperta tanto, tanto, tanto...
Vão as bodas seguir-se. Notas belas
Vêm tirando, das cítaras, donzelas.

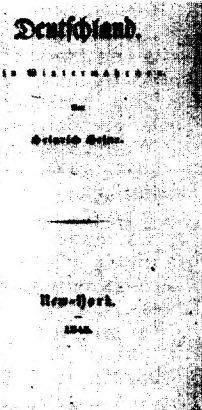
As notas vêm tirando e, deleitosas,
Cantam e cada uma a dança tece
Erguendo no ar as plantas graciosas.
Ele, que todo e todo se embrevesce,
Deixa-se ir nessas horas amorosas...
Mas o clarão de súbito fenece,
E o noivo torna à pálida tristura
Da antiga e solitária alcova escura.

(Trad. Machado de Assis)



de Byron, chegou à Itália. A doença que o havia de amarrar longos anos ao leito atacava-o. «Heine Dolorosus» continuava a subtrair-se à violência interior através da ironia que cultivou até à morte.

Os seus «Lieder» (canções) são conhe-



Em cima, à direita, eis a capa de «Deutschland» («Alemanha»), «conto de Inverno». Ao lado vê-se o casal Marx, amigo de Heine, por volta de 1840.

A mensagem

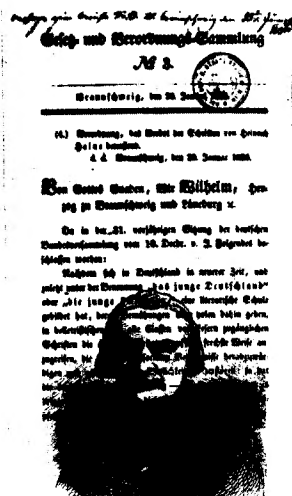
Ergue-te, pajem, ligeiro,
Atira-te a teu corcel,
E vai, por campos e matas,
Ao solar do rei Miguel.

Espera na estrebaria
Até o moço chegar,
Pergunta então: — «Qual das filhas
Do rei Miguel, vai casar?»

Se responder: — «A morena»,
Traz a nova num momento.
Se disser, porém: — «A loura»,
Podes ser um pouco lento;

Procura o mestre cordoeiro,
Compra uma corda bem forte,
Vem devagar e, calado,
Dá-me o instrumento da morte!

(Trad. Zuleika Lintz, adaptada)



Decreto de proibição dos escritos de Heine, publicado no «Boletim Oficial» do Braunschweig em 26 de Janeiro de 1836. O fac-símile tem em sobreposição uma gravura representando Heinrich Laube, amigo íntimo do escritor e ele próprio ligado ao movimento «Jovem Alemanha». Laube seria mais tarde director do Teatro Nacional de Viena.

A O.

No longo rosário das datas memoráveis que assinalam o conflito do Médio Oriente, a de segunda-feira, dia 12 deste mês, encontrará sem dúvida, o seu lugar. Uma grande delegação da Organização de Libertação da Palestina (OLP) — doze membros, dirigidos pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da central dos «feddanjins», Farouk Kaddoumi — participa, pela primeira vez, num debate do Conselho de Segurança. É também a primeira vez, desde Novembro de 1967, que o órgão supremo da ONU debate o problema israelo-árabe.

Este duplo acontecimento não é fortuito: reflecte a modificação ocorrida na relação de forças desde a adopção, em 21 de Novembro de 1967, da resolução número 242. O Egipto e a Jordânia, vencidos da Guerra dos Seis Dias, admitiam então, contrariamente à sua posição tradicional, o direito de Israel à existência no interior de «fronteiras seguras e reconhecidas». Os palestinianos, cujas organizações ainda não tinham podido impor-se, figuravam na resolução apenas sob o vocábulo de «refugiados» (sem indicação de nacionalidade). Estava prevista para eles, também muito vagamente, uma «solução

Brasil

RIO DE JANEIRO — O presidente Ernesto Geisel cedeu, uma vez mais, às exigências do seu aparelho de repressão. A 5 de Janeiro privou de mandato dois parlamentares da oposição de São Paulo e suspendeu os seus direitos políticos por dez anos. A medida foi anunciada pelo ministro da Justiça, Armando Falcão que se contentou em dizer que ela fora tomada no interesse da revolução. Os dois parlamentares saneados haviam sido acusados, em Dezembro, pela polícia política de São Paulo, de ter ligações com o Partido Comunista Brasileiro, interdito. Um deles, Marcelo Gatto, é deputado federal do Movimento Democrático Brasileiro. O outro, Nelson Fabiano Sobrinho, é deputado do M. D. B. na Assembleia Legislativa de São Paulo. É a primeira vez desde a grande purga do fim de 1968, consecutiva à promulgação do acto institucional número 5 (que dá ao chefe de Estado poderes discrecionários sem limite de duração), que os parlamentares são privados dos seus mandatos por razões políticas. A mesma sanção fora adoptada no passado dia 1 de Julho contra um senador, Wil-

Geral

OLP na O.N.U.

equitativa». Tendo-se alterado a conjuntura, é normal que a Organização de Yasser Arafat, apoiada pelos seus aliados — em especial a URSS e a Síria — tente modificar a sua favor a resolução número 242.

Em que sentido? Se, tendo em conta a opinião de Moscovo e das principais capitais árabes, a OLP não procura suprimir a cláusula respeitante ao direito de Israel à existência mas bastará acrescentar um parágrafo reconhecendo os direitos nacionais do povo palestino para se poder concluir que a central dos «feddanjins» terá avançado um passo na

to que teria assim renunciado implicitamente — ao mesmo título que os outros participantes árabes na conferência — à destruição da «entidade» israelita. Nessa altura encetar-se-iam em Genebra as negociações sobre as condições da criação de um Estado palestino, ao lado do Estado judeu.

Estamos ainda muito longe deste desfecho feliz. Primeiro ignora-se se Farouk Kaddoumi terá a sabedoria política de se conformar com a vontade da quase totalidade dos membros da ONU. E mesmo que ele reivindicar apenas o reconhecimento das aspirações nacionais do povo pales-



A organização de Yasser Arafat pode tentar modificar a sua favor a resolução de Novembro de 1967

sessão do Conselho de Segurança — a rever a sua decisão de não admitir o princípio de um Estado palestino distinto da Jordânia.

O impasse parece, desde já, inelutável em Nova York. Perigoso impasse, pois a Síria ameaça não renovar o mandato das forças na ONU estacionadas no Golan, enquanto Israel anuncia o «caos» e implicitamente a renovação das hostilidades no caso de o campo árabe obter satisfação.

À primeira vista, muito depende dos Estados Unidos, cuja atitude não é idêntica à de Israel. Washington não é em princípio, hostil à

criação de um Estado palestino e mesmo à integração, sob certas condições, da OLP no processo de negociação. Contudo, Kissinger faz face a um temível dilema: não quer um confronto com o governo israelita que ameaçaria pesar na próxima eleição presidencial, mas, ao mesmo tempo, queria evitar todos os passos em falso susceptíveis de lhe alienarem numerosas amizades árabes.

Não será, pois, de espantar que esta delicada partida de xadrez que se está a travar no Conselho de Segurança dure várias semanas...

(C) («Le Monde»).

U.R.S.S.

Previsões de progresso para o próximo quinquénio

(Exclusivo «Novosti»)

«A principal tarefa da indústria soviética para o novo quinquénio consiste em satisfazer, de uma forma mais completa, as necessidades da economia nacional e da população, com produtos de primeira qualidade, em assegurar o reequipamento técnico e a intensificação da produção em todos os ramos da indústria», sublinha o projecto do CC do PCUS para o XXV Congresso subordinado ao tema: «As bases fundamentais do desenvolvimento da Economia da URSS entre 1976 e 1980», publicada no domingo, em Moscovo.

No decurso do novo quinquénio, a produção industrial aumentará de 35 a 39 por cento, compreendendo os meios de produção, de 38 a 42 por cento; os bens de consumo não cessarão de aumentar em todos os ramos da indústria e a produtividade do trabalho na indústria deverá aumentar, de 30 a 34 por cento.

De acordo com o projecto, o aperfeiçoamento da estrutura da indústria soviética prolongar-se-á no próximo quinquénio. As construções mecânicas, indústrias químicas e petroquímicas, a energia eléctrica, das quais depende uma grande parte do progresso técnico, aumentarão o volume global da produção.

O problema consiste em aperfeiçoar sistematicamente a produção e em melhorar as qualidades técnicas, assim como a estrutura da balança de energia e dos combustíveis. O petróleo e o gás serão utilizados proporcionalmente com o

carvão, os xistos, a energia hidráulica e atómica.

Planeia-se ainda a concentração de produtos, o aumento do nível da especialização e da cooperação em grande escala, os processos progressistas de organização do trabalho e da produção.

As empresas industriais e os gabinetes de estudo procederão a pesquisas e ensaios a um nível técnico mais elevado.

O projecto fixa-se nas bases fundamentais do desenvolvimento industrial.

Em 1980 a produção eléctrica aumentará de 1340-1380 milhares de KVV. Novas máquinas de produção serão postas em funcionamento nas centrais eléctricas, as quais produzirão 67 a 70 milhões de KVV, englobando as centrais atómicas (13 a 15 milhões de KVV).

Nos fins do quinquénio, a produção do petróleo deverá atingir de 620 a 640 milhões de toneladas, o gás, 400 a 435 milhões de metros cúbicos, o carvão, 790 a 810 milhões de toneladas.

No decurso do último ano do quinquénio a produção de automóveis atingirá 2,1 a 2,2 milhões de unidades compreendendo 800 a 825 milhares de camiões, 500 a 600 milhares de tractores, totalizando 55 milhões de CV.

A produção da indústria ligeira aumentará 26 a 28 por cento. Também aumenta consideravelmente o fabrico de frigoríficos, geleiras televisões a cores, gravadores e outros artigos. («Novosti»)



A OLP, num comité de solidariedade internacional

via da conciliação.

Melhor, uma tal atitude poderia afastar o principal obstáculo da participação da OLP na conferência de Genebra, vis-

tiniano, e, nesta base, o direito da OLP a participar na conferência de Genebra, haveria então que convencer Israel — que boicota a presente

ova vaga de repressão?

son Campos, mas tratava-se de um caso de corrupção.

O nome de Marcelo Gatto aparecera pela primeira vez em Março de 1975 num relatório do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo enviado à Justiça militar. A descoberta de duas imprensas clandestinas do P. C. B., no Rio e em São Paulo, e as prisões que se lhe haviam seguido, tinham permitido, segundo a polícia política, estabelecer que o deputado M. D. B. fora eleito com o auxílio comunista. Mais tarde, noutro relatório, os mesmos serviços de polícia afirmavam que vinte e três parlamentares do M. D. B. haviam sido eleitos nas mesmas condições. Fundamentavam-se em confissões, arrancadas pela tortura, a um dos principais responsáveis do P. C. B., Marco Antônio Coelho.

A DOPS voltou à carga no passado mês de Dezembro, num relatório sobre as actividades do Partido Comunista que implicavam mais de uma centena de pessoas e que comprometia três eleitos da oposição de São Paulo: os dois parlamentares já citados, assim como Alberto Goldmann, líder do M. D. B. à Assembleia

Legislativa do maior Estado da Federação.

Segundo as explicações dadas por um colaborador do governador de São Paulo, os dois parlamentares não foram punidos devido aos seus elos com o Partido Comunista, mas por declarações consideradas injuriosas pelos serviços de repressão. Ao saber da denúncia formulada contra ele, Marcelo Gatto declarava, com efeito, a 25 de Dezembro: **O povo brasileiro sabe tudo o que há de sofrimentos, torturas e medo por de trás de cada linha deste relatório** (o que fora redigido pelo DOPS). **Esse pseudo-inquérito é, com efeito, uma tentativa para comprometer o M. D. B., mas os que se alegram com os métodos usados pelos serviços de segurança militar, não chegarão ao seu objectivo. Os homens dignos e a nação inteira só sentem vergonha...** Nelson Fabiano Sobrinho fazia comentários idênticos.

Os dois deputados foram convidados a retratar-se, o que recusaram. O secretário para a segurança pública de São Paulo, coronel Erasmo Dias, dirigiu-se então a Brasília a fim de apresentar à Presidência da República a exigência dos ser-



Medici sai, Geisel entra: o povo brasileiro muda de presidente, mas continua na ditadura

viços de repressão militar: o castigo dos culpados. O chefe do Estado cedeu às razões dos seus subordinados. Só um dos três parlamentares acusados

foi poupado: Goldmann.

Os «saneamentos» decididos a 5 de Janeiro mostram, em todo o caso, como é limitada a margem de manobra do

chefe do Estado, face ao aparelho de repressão. Nestes últimos meses, medidas do mesmo género tinham sido pedidas pelos duros do Exército contra

outros parlamentares. O general Geisel recusara-se. Mas noutras ocasiões teve de ceder, por exemplo em Fevereiro, quando a oposição pediu a formação de uma comissão parlamentar de inquérito, para estudar a sorte de várias dezenas de prisioneiros políticos desaparecidos.

Em Dezembro, o general Geisel deixava a direcção do II Exército (São Paulo) publicar um relatório sobre a morte de Vladimir Herzog; relatório esse em que, como era de esperar, se defendia a tese do suicídio, de resto mantida desde o início pelos militares. A prova era uma foto do jornalista, enforcado na sua cela. Entretanto, um pormenor intrigante: os observadores menos atentos: como o tecto era baixo o suicida enforcara-se... de joelhos.

A questão agora posta pelos comentadores é a seguinte: Marcelo Gatto e Fabiano Sobrinho serão os primeiros de uma lista que compreenderá outros parlamentares «saneados» devido aos seus elos com o P. C. B.?

«Le Monde»

Nacional

SEGUNDO CONTRAPROPOSTA DO C.R.

Militares controlam o Poder por mais quatro anos

Manter prerrogativas fundamentais que asseguram a possibilidade de a Revolução avançar, ou, de, pelo menos, não vir a sofrer grandes recuos, eis uma síntese muito sumária, em objectivos que presidiram à elaboração da contraproposta dos militares para a revisão do Pacto, em resposta às propostas anteriormente apresentadas pelos partidos.

Exemplo de que os militares procuram garantir que o processo político português que decorre não sofra alterações ou desvios assinaláveis, é quando a proposta preconiza que a Assembleia Legislativa terá a duração de quatro anos, período durante o qual não poderá, senão excepcionalmente, exercer funções constituintes.

O texto da contraproposta dos militares publica-se a seguir na íntegra. É evidente que não será este o texto aprovado depois das negociações que vão começar. Mas não deixa de ter a importância que tem conhecer-se a posição-base dos militares antes de as negociações se iniciarem.

Estrutura dos órgãos do poder e as suas atribuições

1. Órgãos de soberania

Os órgãos de soberania durante o período de transição serão os seguintes:

- a) Presidente da República
- b) Conselho da Revolução
- c) Assembleia Legislativa
- d) Governo
- e) Tribunais

2. Presidente da República

2.1 — O Presidente da República será eleito por sufrágio universal, directo e secreto.

2.2 — O Presidente da República será por inerência o Presidente do Conselho da Revolução e o Comandante Supremo das Forças Armadas.

2.3 — O Presidente da República terá os poderes e funções que lhe forem atribuídos pela Constituição, entre os quais se incluirão os seguintes:

a) Presidir ao Conselho da Revolução

b) Exercer o cargo de Comandante Supremo das Forças Armadas

c) Nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, ouvido o Conselho da Revolução e os partidos políticos representados na Assembleia Legislativa

d) Nomear e exonerar os membros do Governo, de acordo com propostas do Primeiro-Ministro

e) Dissolver a Assembleia Legislativa, a requerimento ou sob deliberações do Conselho da Revolução, marcando data para novas eleições, a realizar no prazo de 90 dias.

f) Promulgar e fazer publicar os diplomas legislativos e diplomas do Conselho da Revolução e as leis da Assembleia Legislativa, bem como os decretos-leis do Governo.

2.4 — No prazo de quinze dias contados da data da recepção de um decreto da Assembleia Legislativa para ser promulgado como lei, ou do termo do prazo previsto na alínea c) do n.º 3.6, se o Conselho da Revolução não se pronunciar pela inconstitucionalidade, poderá o Presidente da República, mediante mensagem fundamentada, solicitar nova apreciação do diploma.

Se a Assembleia confirmar o decreto pelo voto da maioria absoluta do número de deputados em efectividade de funções, a promulgação não poderá ser recusada.

2.5 — Em caso de vagatura do cargo de Presidente da República assumirá as funções quem o Conselho da Revolução designar, devendo proceder-se a nova eleição no prazo de 60 dias.

2.6 — Se o Presidente da República renunciar ao cargo no prazo — de 60 dias após eleições legislativas efectuadas, em consequência de dissolução da Assembleia, esta elegerá o novo Presidente, que completará o mandato do anterior.

3. Conselho da Revolução

3.1 — a) O Conselho da Revolução terá a organização e a composição que constarem da sua lei orgânica.

b) Compete ao próprio Conselho regular a sua organização, composição e funcionamento.

3.2 — (Funções do Conselho da Revolução)

O Conselho da Revolução tem funções de Conselho do Presidente da República, de garante do regular funcionamento de instituições democráticas, do cumprimento da Constituição e da fidelidade ao espírito da Revolução democrática e socialista e ainda de órgão político e legislativo em matéria militar.

3.3 — (Competência na qualidade de Conselho do Presidente da República e de garante do regular funcionamento das instituições democráticas)

3.3.1 — Na qualidade de Conselho do Presidente da República e de garante do regular funcionamento das instituições democráticas, compete ao Conselho da Revolução aconselhar o Chefe do Estado no exercício das suas funções e ainda:

a) Autorizar o Presidente da República a fazer a guerra e a celebrar a Paz

b) Autorizar o Presidente da República a declarar o estado de sítio ou de emergência.

c) Autorizar o Presidente da República a dissolver a Assembleia Legislativa ou requerer ao Presidente da República, que não poderá recusar-se a decretá-la, a dissolução da Assembleia Legislativa, quando esta haja rejeitado programas de Governo, recusado votos de confiança ou votado moções de censura que obriguem à terceira substituição do Governo durante a mesma legislatura

d) Autorizar o Presidente da República a dissolver os órgãos das regiões autónomas

e) Autorizar o Presidente da República a ausentar-se do território nacional

f) Declarar a impossibilidade física permanente do Presidente da República e verificar os impedimentos temporários do exercício das funções

g) Designar, em caso de impedimento temporário do Presidente da República ou de vagatura do cargo, quem desempenhará interinamente as respectivas funções.

3.3.2 — A deliberação do Conselho da Revolução prevista na alínea c) de 3.3.1 terá de ser tomada pelo menos pela maioria de 3/4 votos dos conselheiros em efectividade de funções.

3.4 — (Competência na qualidade de garante do cumprimento da Constituição)

Na qualidade de garante do cumprimento da Constituição, compete ao Conselho da Revolução:

a) Pronunciar-se, por iniciativa própria ou a solicitação do

Presidente da República, sobre a constitucionalidade de quaisquer diplomas, antes de os mesmos serem promulgados.

b) Velar pela emissão das medidas necessárias ao cumprimento das normas constitucionais, podendo emitir recomendações para o efeito e substituir-se aos órgãos legislativos normalmente competentes no caso de estes não as cumprirem.

c) Julgar as questões de inconstitucionalidade suscitadas nos Tribunais.

3.5 — (Fiscalização preventiva da inconstitucionalidade)

a) Para o efeito do disposto na alínea a) no número anterior todos os decretos remetidos ao Presidente da República para serem promulgados como lei ou decreto-lei, ou que consistam na aprovação de tratados ou acordos internacionais, serão simultaneamente enviados ao Conselho da Revolução e não poderão ser promulgados antes de passarem cinco dias sobre a sua recepção no Conselho, salvo o caso de urgência reconhecida pelo Presidente da República, que deverá nessa altura dar conhecimento ao Conselho da Revolução do propósito de promulgação imediata.

b) Se o Conselho tiver dúvidas sobre a constitucionalidade de decreto e deliberar apreciá-la, comunicará o facto ao Presidente da República, no referido prazo de cinco dias, para que este não efectue a promulgação.

c) Deliberada pelo Conselho, ou requerida pelo Presidente da República, a apreciação da constitucionalidade de um diploma, o Conselho da Revolução terá, para se pronunciar, prazo de vinte dias, o qual poderá, no entanto, ser encurtado pelo Presidente da República, em caso de urgência.

d) Se o Conselho da Revolução se pronunciar pela inconstitucionalidade do diploma, não poderá o Presidente da República promulgá-lo, ou não poderá promulgá-lo na íntegra, se a inconstitucionalidade for parcial e não se reflectir sobre a totalidade do acto.

3.6 — (Fiscalização do cumprimento da Constituição por omissão)

a) No caso do Conselho da Revolução verificar que a Constituição não está a ser cumprida por omissão das medidas legislativas necessárias para tornar exequíveis as normas constitucionais, poderá recomendar aos órgãos legislativos competentes que as adoptem em tempo razoável.

b) Quando considerar que as suas recomendações não foram cumpridas, poderá o Conselho da Revolução requerer ao Presidente da República que fixe prazos para que as medidas recomendadas sejam emitidas.

c) Se os órgãos legislativos continuarem a não adoptar as medidas recomendadas, e decorridos que sejam os prazos fixados pelo Presidente da República, poderá o Conselho da Revolução substituir-se àqueles e emitir ele próprio as medidas.

3.7 — (Julgamento das questões de inconstitucionalidade)

a) No exercício da competência referida na alínea c) do n.º 3.4, pertence ao Conselho da Revolução conhecer das questões de inconstitucionalidade de quaisquer actos suscitados nos tribunais, seja a título de questões prévias, seja, quando a lei permita a impugnação directa dos actos e o fundamento daquela residir na inconstitucionalidade, a título de questões principais.

b) As questões de inconstitucionalidade suscitadas pelas partes só sobem ao Conselho da

Revolução uma vez verificada, pelo tribunal onde hajam sido levantadas ou pelo tribunal da mesma ordem para quem eventualmente caiba recurso, a viabilidade da arguição.

c) As decisões do Conselho da Revolução vinculam os tribunais nos casos em que as questões hajam sido suscitadas e as declarações de inconstitucionalidade possuem força obrigatória geral.

d) As inconstitucionalidades orgânicas ou formais de Tratados ou acordos internacionais não impedem a aplicação das respectivas disposições na ordem interna portuguesa, salvo se a impedirem na ordem interna da outra ou outras partes contratantes.

3.8 — (Comissão Constitucional)

a) Junto ao Conselho da Revolução, e presidida por um membro desta, funcionará uma Comissão Constitucional.

b) Metade dos membros da Comissão Constitucional serão magistrados judiciais eleitos pelo Supremo Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Administrativo, não podendo o número de membros eleitos por este ser superior ao de membros eleitos por aquele; a outra metade será designada pelo Conselho da Revolução, dentre juristas de reconhecida competência.

c) Os membros da Comissão Constitucional exercerão funções até ao termo do período de transição e serão independentes e inamovíveis, aplicando-se-lhes, quando no exercício de funções jurisdicionais, as regras sobre garantias de imparcialidade e irresponsabilidade próprias dos juizes.

d) A organização, composição e funcionamento da Comissão Constitucional, bem como as normas de processo perante a mesma, serão fixadas pelo Conselho da Revolução.

3.9 — (Competência da Comissão Constitucional)

No exercício das suas funções de garante do cumprimento da Constituição, o Conselho da Revolução será assistido pela Comissão Constitucional, à qual competirá:

a) Dar parecer sobre a constitucionalidade dos diplomas que hajam de ser apreciados pelo Conselho da Revolução, nos termos do n.º 3.5.

b) Dar parecer, sobre a existência de violação das normas constitucionais por omissão, nos termos e para os efeitos do n.º 3.6.

c) Dirigir os processos perante o Conselho da Revolução, nos casos previstos no n.º 3.7, e preparar as deliberações deste, submetendo-lhe os projectos de acórdão.

3.10 — (Competência do Conselho da Revolução na qualidade de garante da fidelidade ao espírito da Revolução democrática e socialista)

1. Na qualidade de garante da fidelidade ao espírito da Revolução democrática e socialista, cabe ao Conselho da Revolução:

a) Pronunciar-se junto do Presidente da República sobre a nomeação do Primeiro-Ministro, não podendo este ser nomeado contra o seu voto;

b) Direito de veto sobre os diplomas da Assembleia Legislativa ou do Governo que respeitem às seguintes matérias:

1.º Linhas gerais da política económica, social e financeira;

2.º Limites entre os sectores da propriedade estatal, colectiva e privada;

3.º Relações externas, em especial com os novos países de expressão portuguesa e com os territórios ultramarinos em que ainda se mantenha a adminis-

tração portuguesa;

4.º Organização da defenda nacional e definição dos deveres dela decorrentes;

5.º Regulamentação do exercício da liberdade de associação para fins políticos e das eleições previstas na Constituição.

2. Para os efeitos do disposto no número anterior, os diplomas que respeitem às matérias aí referidas serão enviados ao Conselho da Revolução e não poderão ser promulgados nem publicados antes de o Conselho os ter aprovado ou de haverem decorrido quinze dias sobre a data da sua recepção neste.

3.11 — (Competência do Conselho da Revolução na qualidade de órgão político e legislativo em matéria militar)

Na qualidade de órgão político e legislativo em matéria militar, o Conselho da Revolução terá:

a) Competência exclusiva para legislar sobre organização, funcionamento e disciplina das Forças Armadas;

b) Competência para aprovar os Tratados ou acordos internacionais que respeitem a assuntos militares.

3.12 — (Forma dos actos do Conselho da Revolução)

a) Os actos do Conselho da Revolução que representem exercício das competências indicadas nos n.ºs 3.1 alínea b) 3.8 alínea d) 3.6 alínea c) 3.11 revestirão, conforme os casos, a forma de diploma legislativo do Conselho da Revolução ou de diploma do Conselho da Revolução e serão promulgados pelo Presidente da República.

b) Os diplomas legislativos do Conselho da Revolução têm valor idêntico ao das leis e decretos-leis e os diplomas do Conselho da Revolução têm valor idêntico ao dos decretos regulamentares ou ao dos actos da Assembleia Legislativa ou do Governo de aprovação de Tratados ou Acordos Internacionais.

c) Os restantes actos do Conselho da Revolução revestirão a forma de resoluções ou, no caso previsto no n.º 3.7 de acórdãos, e serão publicados independentemente de promulgação do Presidente da República.

3.13 — Outras competências do Conselho da Revolução)

O disposto nos artigos antecedentes não prejudica a atribuição ao Conselho da Revolução, pela Constituição ou pela Lei, de outras competências consentâneas com as suas funções.

3.14 — (Sessão permanente)

O Conselho da Revolução funcionará em sessão permanente, segundo regimento interno por ele elaborado.

4. Relações entre o Governo, o Presidente da República e a Assembleia

4.1 — O Governo é politicamente responsável perante o Presidente da República e perante a Assembleia Legislativa.

4.2 — Nomeado um Governo, deverá este, no prazo de 15 dias, (ou 30 dias) tornar público o seu programa e comunicá-lo à Assembleia Legislativa.

4.3 — Deputados que representem pelo menos 1/4 do número dos que se encontrem em efectividade de funções, poderão nas três primeiras reuniões subsequentes à comunicação referida no número anterior, apresentar propostas de rejeição do Programa do Governo, as quais se considerarão aprovadas se obtiverem a maioria absoluta dos votos dos deputados em efectividade de funções.

4.4 — O Governo, preceden-

do deliberação do Conselho de Ministros, poderá pôr à Assembleia a questão de confiança a propósito de uma declaração de política geral ou de uma proposta ou de um projecto que considere fundamental, entendendo-se negada a confiança se a declaração ou proposta do Governo não forem aprovadas ou se for aprovado o projecto a que o Governo se oponha.

4.5 — Deputados que representem pelo menos 1/4 do número dos que se encontram em efectividade de funções poderão propor moções de censura ao Governo, as quais se considerarão aprovadas se obtiverem a maioria absoluta dos votos dos deputados em efectividade de funções.

4.6 — As questões de confiança e moções de censura só poderão ser votadas 48 horas, pelo menos, depois de terem sido apresentadas.

4.7 — Se uma moção de censura não for aprovada, os seus signatários não poderão subscrever outra durante a mesma sessão legislativa, salvo se entretanto se houver procedido a recomposição ministerial que envolva o Primeiro-Ministro ou, pelo menos, um terço dos ministros.

4.8 — Rejeitando o Programa do Governo, recusada a confiança por este solicitada ou aprovada uma moção de censura, deverá o Presidente da República, salvo se decretar a dissolução da Assembleia, demitir o Governo e nomear outro, não podendo este último fazer parte mais de 2/3 dos ministros que formavam o anterior.

4.9 — No caso previsto no número precedente, os membros do Governo cessante permanecerão em funções até à posse do novo Governo, salvo se o Presidente da República preferir nomear, a título transitório, novos titulares dos cargos.

5. Disposições finais e transitórias

5.1 — Será fixada em 4 anos a duração da primeira legislatura.

5.2 — O primeiro mandato do Presidente da República cessará três meses após o termo do período de transição ou cinco anos após a sua eleição, conforme o prazo que terminar mais cedo.

5.3 — Ainda que haja dissolução da Assembleia Legislativa ou vagatura do cargo de Presidente da República, não se começará a contar nova legislatura ou novo mandato, competindo aos eleitos completar a legislatura ou o mandato nos números anteriores.

5.4 — Na segunda legislatura, a Assembleia Legislativa terá poderes constituintes, considerando-se findo o período de transição quando entrar em vigor a lei pela qual tais poderes sejam exercidos.

5.5 — Durante a primeira legislatura, a Assembleia Legislativa só poderá assumir poderes constituintes precedendo decreto do Presidente da República, aprovado pelo Conselho da Revolução, que o permita e indique os pontos específicos susceptíveis de revisão.

Associação de Comandos

Deve realizar-se no dia 31 do corrente em Lisboa e em local a divulgar oportunamente, a primeira Assembleia Geral da Associação de Comandos.

A informação provém da própria associação, através do Ministério da Defesa Nacional.

Estrangeiro

Uma centena de sindicalistas presos na capital espanhola

MADRID, 16 — (ANOP e FP) — Uma centena de sindicalistas de diferentes tendências políticas foram presos a noite passada pela Polícia espanhola em pleno centro de Madrid, em instalações pertencentes a uma organização católica.

Todos os detidos, segundo a Polícia, participaram numa reunião cujo fim era a constituição de uma «comissão de greve» na qual estavam representados os grupos da Junta Democrática (tendência comunista) e da Plataforma de Convergência Democrática (tendência socialista).

Entretanto, o executivo da União Sindical Operária (U. S. O.), de inspiração socialista, lançou um apelo a todas as organizações operárias, tendo em vista uma unidade de acção que leve à conquista «dos objectivos sociais e políticos básicos»: amnistia geral, liberdade para todos, supressão do congelamento dos salários, anulação das sanções motivadas por greve, direito de reunião, de greve e liberdade sindical e aumentos generalizados dos salários.

A U. S. O. é, com as comissões operárias, de inspiração comunista, um dos sindicatos clandestinos mais influentes nos conflitos sociais que afectam actualmente os sectores da metalurgia, dos bancos, dos seguros e da construção civil em Madrid.

A U. S. O. sauda os êxitos já alcançados e analisa a situação que, do seu ponto de vista, provocou «lucros capitalistas incontroláveis, ao passo que as condições de salário e de emprego se deterioraram e o custo de vida e o desemprego aumentaram, sendo a classe operária a única a pagar o preço da crise económica».

Congratula-se com a criação de «comissões de greve», apoiadas pelas comissões operárias e pela U. S. O., e afirma que «há só uma via: lutar e negociar, na liberdade e na dignidade».

«É preciso que os patrões e o Governo desistam de pôr termo ao movimento de greves, seguindo o método fascista da repressão» — conclui.

«TRÉGUA DE FACTO» NAS VASCONGADAS

Por outro lado, a revista «Cambio 16» opina que poderia ser fruto de acordo entre movimentos de independência e certas individualidades da administração espanhola «a trégua de facto existente nas

vascongadas desde a morte de Franco».

O semanário cita, designadamente, Manuel Fraga Iribarne, ministro do Interior (galego, mas filho de uma basca francesa) e José Maria Areilza, ministro dos Negócios Estrangeiros (de origem basca). Refere, ainda, que antes do Natal se concluiu que «na hora actual uma acção violenta da parte dos grupos bascos seria imprudente e inoportuna perante as medidas de amnistia e as mudanças no Governo». Não foi concluído nenhum acordo formal — prossegue a «Cambio 16» — porque os dirigentes bascos consideraram «que as provas de democratização são ainda muito incertas» e também porque a E. T. A. exigiu

como condição prévia para uma trégua real «o levantamento do dispositivo policial excessivo na região basca e a melhoria imediata das condições dos presos políticos».

KISSINGER VISITARÁ A ESPANHA

Por seu lado, foi anunciado em Madrid que o secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, visita a Espanha a convite do Governo espanhol nos dias 24 e 25 de Janeiro.

Durante a sua permanência em Espanha, Kissinger será recebido pelo primeiro-ministro Carlos Arias Navarro e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, e terá uma audiência privada com o rei Juan Carlos.

Cimeira israelo-jordana revelada em Washington

WASHINGTON, 16 — (ANOP) — O primeiro-ministro israelita Yitzhak Rabin e o rei Hussein da Jordânia efectuaram pelo menos uma reunião secreta e podem vir a encontrar-se de novo para o prosseguimento de negociações sobre um projecto de paz no Médio Oriente — revelaram ontem em Washington círculos diplomáticos.

O presidente Gerald Ford e o secretário de Estado Henry Kissinger teriam colaborado na preparação do encontro, utilizando diplomatas norte-americanos em Jerusalém e Amã para actuarem como intermediários entre o rei e o primeiro-ministro — acrescentaram as mesmas fontes.

A cimeira Hussein-Rabin teve lugar nas proximidades do rio Jordão, que separa os dois países.

Segundo os referidos círculos não foi concluído qualquer acordo, mas os dois dirigentes decidiram que deverão efectuar-se mais contactos se houver uma oportunidade de registar progressos no sentido da paz.

ISRAEL CONCORDA COM SADAT

NAÇÕES UNIDAS (Nova Iorque), 16 — (ANOP) — O embaixador israelita Chaim Herzog declarou que o seu país concorda com a sugestão do presidente egípcio Anwar Sadat, no sentido de se iniciar a conferência de paz sobre o Médio Oriente.

MAIS MORTOS NO LÍBANO

BEIRUTE, 16 — (F.P.) — Os combates que se desenrolaram ontem em todas as «frentes» provocaram 25 mortos e 60 feridos — soube-se de fonte oficial.

Assim, eleva-se a 371 o número de mortos desde há dez dias e a 680 o número de feridos.

Caleidoscópio

■ HAVANA, 16 — (ANOP) — O primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, visitará o Panamá, no mês de Junho — segundo confirmou o próprio Fidel em conferência de imprensa, realizada pouco depois da partida de Havana do presidente do Panamá, general Torrijos.

■ SANTIAGO DO CHILE, 16 — (F.P.) — Um oficial da Polícia foi morto a tiro na noite passada em Santiago do Chile, quando um grupo de pessoas lançava panfletos do alto dum edifício no centro da capital. A Polícia montou um cerco e efectuou diversas detenções.

■ ATENAS, 16 — (R.) — A Grécia aceitou um convite soviético para enviar observadores a manobras militares russas no Cáucaso, próximo da fronteira turca — declarou o informador governamental nesta cidade.

Coívides à Grécia e à Turquia — convidados juntamente com países comunistas dos Balcãs — assinalaram a primeira vez que nações da N. A. T. O. foram convidadas para assistir a manobras soviéticas importantes.

■ CIDADE DO MÉXICO, 16 — (R.) — O presidente Tito, da Jugoslávia, adiou uma visita ao México no fim deste mês, devido ao seu estado de saúde declarou ontem o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

■ ROMA, 16 — (F.P.) — A Frente Unitária Homossexual Revolucionária da Itália acaba de pronunciar-se violentamente contra o documento sobre ética sexual ontem publicado pela Santa Sé.

A Frente publicou logo a seguir um comunicado em que classifica o documento do ex-Santo Ofício como «ridículo, grotesco e criminoso» e afirma que a Igreja «continua como sempre, a desempenhar as funções de um dos piores elementos de opressão social e sexual».

■ MONTEVIDEU, 16 — (ANOP) — Um porta-voz militar uruguaio, em informação prestada particularmente, confirmou que o general Liber Seregni, dirigente político liberal, foi novamente preso no passado domingo.

Um milhão de divórcios

WASHINGTON, 16 — (F. P.) — O número anual de divórcios nos Estados Unidos ultrapassou em 1975, e pela primeira vez, a ordem do milhão — segundo ontem revelou o Centro Nacional para as Estatísticas da Saúde.

Segundo a agência governamental, nos dez primeiros meses de 1975, foram registados 843 mil divórcios, pelo que o número total para os 12 meses ultrapassou de certeza o milhão, calculando com base na taxa média mensal.

A taxa de divórcios nos Estados Unidos manifestou tendência para subir a partir de 1972 e foi incrementada em 1968, tendo atingindo os 4,7 divórcios por milhar de pessoas entre Outubro de 1974 e Setembro de 1975.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. da República, 27-29 — Telef. 57 40 73
LISBOA

Em plenário de trabalhadores do Comércio Retalhistas, realizado dia 14, no Pavilhão dos Desportos, foi aprovada a seguinte proposta:

PROPOSTA

«Considerando que:

1. O congelamento da contratação é uma lei altamente ofensiva do povo trabalhador;
2. Durante o período de congelamento da contratação, foram decretados súbitos aumentos de bens essenciais e de grande consumo, numa perspectiva de fazer pagar aos trabalhadores os remédios de uma economia capitalista doente há muitos anos;
3. A situação actual das classes mais desfavorecidas é de luta pela sobrevivência;
4. O patronato, manipulado pelo grande capital, encontra-se comodamente defendido por uma lei que ele próprio impôs;
5. É chegada a altura de não pactuarmos com mais indecisões e demagogia;

Propõe-se:

1. Seja o patronato convocado para iniciar as negociações no próximo dia 19, segunda-feira, às 10 horas, no Ministério do Trabalho;
2. Caso não compareça ou não dê início imediato às negociações, seja decretada pelos Sindicatos abrangidos uma paralisação do sector no próximo dia 21, quarta-feira, das 15 às 17 horas, com encerramento dos estabelecimentos;
3. Durante a paralisação devem os trabalhadores concentrar-se no Sindicato do Comércio, a fim de, sob a orientação da Direcção e da Comissão de Luta, poderem e quadrar piquetes de paralisação;
4. A Direcção do Sindicato do Comércio centralize toda a acção conducente à informação e mobilização da classe para esta importante fase da nossa luta, devidamente apoiada pelas outras Direcções e pela Comissão de Luta.»

Lisboa, 15 de Janeiro de 1976

A MESA DO PLENÁRIO

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa

Sindicato dos Técnicos de Desenho

Sindicato dos Telefonistas

Sindicato dos Rodoviários

O Brasil interessado em navios nucleares

RIO DE JANEIRO, 16 — (R.) — O Brasil está a considerar a possibilidade de adquirir navios de guerra accionados a energia nuclear para responder à crescente presença soviética no Atlântico Sul, de acordo com oficiais superiores da marinha nesta cidade.

O almirante Carlos de Andrade, ao mencionar a possibilidade dos navios nucleares, declarou que uma comissão naval estava a estudar um sistema geral de defesa para a área.

O Atlântico Sul é de importância estratégica primordial para o Brasil, uma vez que constitui a principal rota em torno do Cabo da Boa Esperança para as suas importações de petróleo do Médio

Oriente e para as suas exportações de minério de ferro para o Japão.

Sabe-se que os dirigentes navais brasileiros se sentem particularmente preocupados com a intervenção soviético-cubana no conflito angolano e com a notícia de que a União Soviética poderia estabelecer bases navais em Angola.

Falando numa cerimónia em que entregou o comando da sua tropa ao almirante Roberto Mário Monnerat, o almirante Andrade declarou que o actual exemplo de conflito de áreas de importância estratégica para o Brasil demonstrava que «devemos estar prontos em qualquer momento para defender a nossa pátria».

Pede a castração para ser livre...

BRAMPTON, 16 — (FP) — Pouco satisfeito com a ideia de ter de passar a vida inteira a ver o sol aos quadrinhos, um canadiano de 36 anos, Henry Robert Williams, acaba de fazer um negócio com o tribunal: este dar-lhe-á a liberdade... em troca dos testículos.

Efectivamente, Henry fora condenado a prisão perpétua depois de ter morto e violado duas raparigas, tendo três psiquiatras sido de opinião que se trata de um criminoso incapaz de se controlar sexualmente, a menos que «vire» eunuco. Henry acaba, por isso, de enviar aos juizes uma carta em

que se declara disposto a submeter-se a todo e qualquer tratamento médico, incluindo a castração, em troca da liberdade.

Segundo revelou o advogado de Henry, este só se decidiu depois de ter consultado longamente sua mulher e o Exército de Salvação, que concordaram com a ideia, talvez por valer mais um eunuco na mão do que um marido no cárcere.

De qualquer modo, segundo os juristas consultados sobre os aspectos legais do caso, parece que nada pode impedir a castração de uma pessoa condenada por violação, desde que ela dê o seu acordo.

Espectáculos



Sarah Caldwell, a primeira mulher a dirigir a orquestra da «METROPOLITAN OPERA» de Nova Iorque, é calorosamente felicitada pelo soprano Beverly Hills

Pela primeira vez

“Metropolitan Opera” dirigida por uma mulher

Pela primeira vez na sua história de 93 anos, a «Metropolitan Opera» de Nova Iorque foi ontem dirigida por um chefe de orquestra feminino: Sarah Caldwell. Informa a agência France-Press.

Sara Caldwell, que fundou e

dirige ainda a Ópera de Boston, já tinha dirigido a Orquestra Filarmónica de Nova Iorque, em Novembro passado.

Deve-se a outra intérprete feminina, o soprano Beverly Hills, que ontem desempenhou o papel de Violeta na «Traviata» de Verdi, o facto de Sarah Caldwell ter conseguido empunhar a batuta para dirigir a «Metropolitan Opera».

CRÍTICA DE TEATRO

Ivone... até certo ponto

CARLOS PORTO

FAMÍLIA... ATÉ CERTO PONTO!, de Gerald Savory. Adaptação: Fernando Jorge Marques. Encenação: António de Cabo. Direcção de cena: Henrique Santos. Cenografia: José Manuel e Rebocho. Sonoplastia: Jorge Corte Real. Lumino-técnica: Mário Mendes. Intérpretes: Teresa Roby, Baptista Fernandes, Ivone Silva, Paulo César, Leonor Poira, Jorge Neves, Carlos Cunha, Arlete Soares. Produção: Vasco Morgado. Teatro Monumental. 7/1/1976.

Imagine-se uma casa muito britânica com um muito britânico casal e os seus muito britânicos (cada um a seu modo) filhos, e a sua muito britânica criada. O marido faz palavras cruzadas, diz a tudo «óptimo, óptimo» porque é o cúmulo da distração; dois dos filhos são mais ou menos do género modernopata, e o outro do género antiquadopata. O último mete-se com a criada (estes ingleses!) mas como é bom rapaz quer casar com ela. O pai diz «óptimo, óptimo!». Os irmãos ficam encantados: a mãe é que não vai nisso: isto do filho arquitecto casar com a criada é que não pode ser nada. Há ainda um casal que fica de aparecer mas nunca aparece (por isso, a peça chama-se no original «George e Margaret», tendo sido escrita em 1937 por um dramaturgo e actor que não ficará na história). É claro que as coisas com-

põem-se e o casamento faz-se.

A anedota é mero pretexto para actores com determinada técnica fazerem determinados números que permitem uma grande margem de gozo. Os ingleses têm um sentido especial de humor para estas coisas... e isso é lá com eles. Truzida para vernáculo do Saldanha, representada em jeito de meia bola e força (por Ivone Silva); representada em estilo que quer aproximar a personagem do seu modelo original (e Ba tista Fernandes por vezes consegue-o); representada aos saltos e gritos (por Leonor Poira); não representada, muito pelo contrário (por Paulo César, Jorge Neves e Carlos Cunha); pessimamente representada (por Teresa Roby); finalmente confragada (com Arlete Soares), «Família... Até Certo Ponto!» é uma catástrofe para quem tenha um mínimo de exigência. Não é o caso do nosso público que o que ele quer é divertir-se (pensa o empresário, e pelos vistos com razão). É claro que a peça mete menos água do que as «Piscinas» e outras do género... mas que interessa a este País que se diz que queremos ser?

Para se ver com o público é capaz de reagir, tenha-se presente o seguinte facto: um dos gozos da peça consiste em parodiar, em algumas cenas com a personagem interpretada por Ivone Silva, o teatro de Shakespeare (cujo nome até é

citado). Numa dessas cenas, o público aplaudiu como se a actriz estivesse a fazer tragédia a sério! Depois dos aplausos do público, um dos filhos aplaude a mãe pela «teatralidade» que ela estava a fazer. Enfim, uma lástima.

Não tentarei convencer Ivone Silva que o seu lugar não é em peças deste tipo. Não tentarei convencê-la que o número «Oliva, Oliva», que fazia na sua última revista, era muito superior a toda esta comédia. Não tenho razão, Ivone?

Lembro-me que há anos,

conversando com um amigo... entendido nestas coisas... momentos antes de uma estreia, ele me dizia: sabes com quem eu fazia o Brecht se pudessemos (é claro que o Brecht estava proibidíssimo)? Com a Ivone e com outros actores de revista. No entanto, Ivone deixa a revista para fazer isto... decididamente não vale a pena.

António de Cabo continua a esmiuçar umas massas ao empresário. Falando recentemente com um grande actor espanhol, dizia-me ele: «António de Cabo? Não conheço».

Hoje na RTP

GUILIETTA MASINA PROTAGONIZA “ELEONORA”

Giulietta Masina, a actriz de quem os telespectadores viram recentemente a soberba interpretação de Gelsomina, em «A Estrada», está hoje outra vez no pequeno «écran», na nova série da RTP sob o título «Eleonora».

Realizada por Silvério Blasi, a série descreve a história de uma personagem Eleonora da «boa e genuína burguesia», que se decide a mudar de vida. Abandona a família e o mundo a que pertence para seguir o seu próprio ideal e encontrar o mundo que sonhou.

Filha de um rico industrial italiano, Eleonora deixa uma vida de ociosidade para enfrentar as duras realidades da vida.

A autoria da história é de Tullio Pinelli, nome com prestígio nos meios literários

e cinematográficos italianos, que foi tal como Giulietta Masina... «descoberto» por Federico Fellini, e autor do enredo de «A Estrada», «La Dolce Vita» e «Oito e meio», entre outros filmes de sucesso do realizador italiano.

No primeiro episódio da série que a RTP hoje inaugura, encontraremos Giulietta-Eleonora no seu ambiente familiar, em Milão, no ano de 1860. A casa do industrial Fontana, seu pai, é o símbolo da «estável» burguesia lombarda, que vai lentamente apodrecendo. Giulio Brogi, ao lado da Masina, interpreta o papel de Andrea, o jovem com que Eleonora partilha a fuga.

O primeiro episódio poderá ser visto hoje, pelas 21 e 30, no I Programa.

Povo de Angola na voz da poesia

«Se choramos, aceitamos. É preciso não aceitar» — de um poema de António Cardoso, poeta da resistência que sofreu treze anos de Tarrafal.

Português. O MPLA é o único legítimo representante do povo angolano. A sua posição não pode nem deve ser contestada.

Foram atentamente escutados e aplaudidos poemas de Agostinho Neto, António Cardoso, António Jacinto, Viriato da Cruz e Fernando da Costa Andrade, entre outros autores. Encontravam-se presentes, além de vários intelectuais portugueses, representantes da Casa de Angola em Lisboa e da Casa de Cabo Verde.

Antes do início do recital propriamente dito o quarteto Afro fez uma pequena introdução musical.

«Esperamos que o apelo dirigido aos intelectuais da nossa terra em nome do povo angolano não caia em saco-rotto» — diria no seu breve improviso de abertura, Fernando Grade.

O ÚLTIMO TANGO

O compositor Juan D'Arienzo, uma das figuras destacadas do tango, faleceu em Buenos Aires, com 75 anos.

D'Arienzo fora internado de urgência com uma úlcera no duodeno perfurada e uma peritonite aguda.

Filho de emigrantes italianos, começou a sua carreira artística aos 12 anos de idade. Autor de composições famosas, deve no entanto a sua fama principalmente às suas características de violinista e director de orquestra, que lhe valeram na década de trinta o qualificativo de «Rei do Compasso».

Concerto em diálogo

Dedicado a jovens, a Radiodifusão Portuguesa promove no próximo sábado mais um concerto em diálogo, no qual participará a sua orquestra sinfónica.

Do programa, com início pelas 11 horas, consta o «Concerto para flauta e harpa» de Mozart, com interpretação do flautista Pedro Teixeira e do harpista Fausto Dias e, ainda, fragmentos da obra «Oceanos Cósmicos», do compositor português Cândido Lima.

As obras serão comentadas pelo maestro Silva Pereira.

Morreu a actriz Margareth Leighton

CHICHESTER, 16 — (ANOP) — Com 53 anos de idade, faleceu ontem no hospital de Chichester a actriz Margaret Leighton.

Durante os 35 anos da sua carreira trabalhou com Laurence Olivier, Ralph Richardson e Alex Guinness, com o qual contracenava actualmente no teatro, na peça «Uma família e uma fortuna», que marcava o seu regresso ao palco após quatro anos de ausência.

MARIA VITÓRIA 2

TODOS OS DIAS

SESSÕES

Não aconselhável a menores de 18 anos em novos horários:

1. SESSÃO, às 20.30
2. SESSÃO, às 22.45

terminando os espectáculos à 1 hora

FORÇA, FORÇA, CAMARADA ZÉ!

O espectáculo mais discutido do momento constantemente interrompido com aplausos!

Salvador • Florbela Henrique Santana

Vitor Mendes
Carlos Gonçalves

Atracção:
Cidália Moreira

LOURDES LIMA ★ DANIEL GARCIA ★ ODETE ANTUNES ★ NELA DUARTE ★ IGOR SAMPAIO ★ AIDA GOUVEIA à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

AOS DOMINGOS E FEIADOS

«MATINÉE» às 16 horas
As 2.ª-feiras: Descanso da Companhia

Em breve:

TEATRO INFANTIL

«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»



Teatro Mário Matos

HOJE
AS
21.30 H.

CONTINUA O GRANDI.
EXITO DA PEÇA DE
BERTOLT BRECHT

Schweyk na II Guerra Mundial

com RAÚL SOLNADO

Lourdes Norberto — Rui de Carvalho — Armando Cortez — Fernanda Borsatti — Luís Cerqueira — Adelaide João — Madalena Braga — Vitor da Sousa — Arminda Taveira — Carlos Santos — Benjamim Falcão — Andrade e Silva — Carlos Veríssimo — José Braz e João de Carvalho

(Não aconselhável a M/ 13 anos)

Bilheteira 89 70 17
A.B.E.P. 32 88 23

EXPOSIÇÃO 1976

A PARTIR DE 10 DE FEVEREIRO NO MAIOR SALÃO DO GÉNERO DO PAÍS.

TUDO DE MAIS RECENTE PARA A DECORAÇÃO DA SUA CASA.
NOVIDADES — DECORAÇÃO

BENTO, RATINHO, LDA
R. dos Douradores, 72, 1.ª Dt. — Tel. 322686 — LISBOA

Canal da Crítica

O IMPERIALISMO DO CANCRO...

Da Saúde e da Vida, à bela hora do almoço veio falar-nos do cancro e das suas íntimas relações com o tabaco. Já não é intriga. Já não é um diz-se-que. Está provado. Mais nicotina nos gorgomilos, mais cancro na língua, na garganta, nos pulmões.

Certo. Certas rubricas, estes avisos à navegação deviam tornar-se mais frequentes, haveria que variar os processos a fim de não cair nas repetições quantas vezes académicas, quantas vezes inacessíveis

aquelas pessoas a quem importava mais que elas chegassem. Recordo-me daquele exemplo excelente do filme juvenil soviético transmitido na tarde de domingo passado: os putos que, antes, saboreavam a sua beata às escondidas, eram postos em situação de, por acaso, assistirem a um filme de animação sobre o terrorismo tabagista.

Acabada a emissão pensei que se ganharia em dá-la a hora de maior audiência. Viriam a repeti-la no segundo progra-

ma o que, se não significará total ineficácia, não andará longe. Teria sido preferível substituir pela rubrica em questão, aquela outra sobre a reeducação dos cegos, já nossa conhecida, e cuja repetição não urgia assim tanto.

Recordemos que publicidade ao tabaco na RTP é coisa desaparecida na um certo tempo. Ainda bem. Pelo contrário: transmite-se diariamente um filme de animação de contra-propaganda. Certo.

Só que publicidade não é só quando se paga para. Não se diz em vão que a melhor publicidade é o exemplo. Os publicitários sabem isso. Assim, de que vale a Televisão, dizer, em filme de animação, que o cigarro é um traste, quando na mesma Televisão em depoimentos, entrevistas, etc., etc., constantemente se vê gente, gente graúda e de muitas letras (até doutores, até médicos!) a mostrar que o cigarrinho é bom? Às vezes, a imagem desaparece atrás do fumo!!

Ainda aqui, nos domínios desta coerência, há uma batalha a travar na Televisão Portuguesa. Pura e simplesmente o cigarro terá de ser banido da TV, pois a sua presença é a maior publicidade. Ou então acabem lá com a reinação dos filmes de animação e com as rubricas do contra.

E O CANCRO DO IMPERIALISMO

Acabado o segundo episódio dos *Thibault*, peço aos meus leitores que não desanimem. Estivemos perante um episódio de transição, onde não se respeitou a regra do bom folhetim que é preparar clima de interesse para o episódio seguinte. A perseverança dos telespectadores acabará por ser recompensada, acreditem.

Em relação a este folhetim importava que a RTP fizesse alguma coisa por ele, tal como fez em relação ao *Caso Rosenberg*. Nem Roger Martin du Gard é um escritor qualquer nem os *Thibault* é um qualquer romance. Não teria sido nada mau que alguém sabelor des-

Por MARIO CASTRIM

Hoje



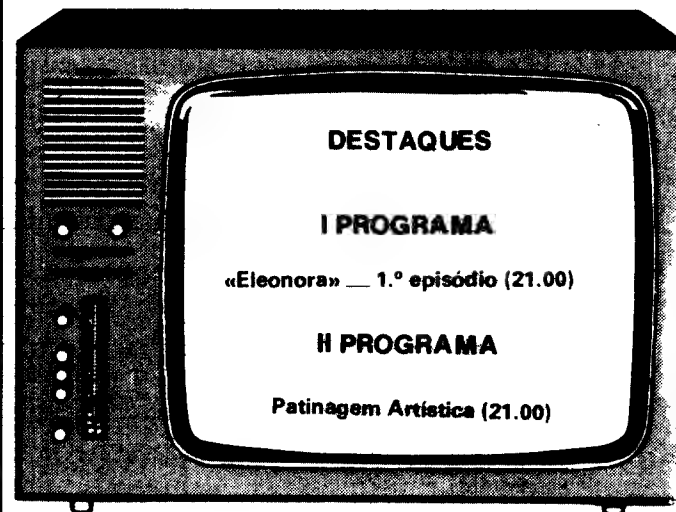
Uma cena de «Eleonora»

I PROGRAMA

- 19.00 Ver e Pensar — somos livres — 2.ª parte.
19.25 «David Copperfield» — série filmada baseada no romance de Charles Dickens. Realização de Joan Graft. Com Collette O'Neil, Pat Keen e John Gill — 5.º episódio — 2.ª parte.
19.55 «Viagens de Inverno», de Schubert — pelo barítono José de Oliveira Lopes — 2.º programa — transmissão dos Estúdios do Porto.
20.30 Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.00 «Eleonora» — série filmada — 1.º episódio — produção da Radiotelevisão Italiana. Realização de Silvano Blasi. Com Giulietta Masina e Giulio Brogini nos principais papéis.
22.10 Documentário — dedicado à arquitectura de expressão religiosa em Khajuraho.
22.40 Telejornal — 3.ª edição
23.00 Fecho

II PROGRAMA

- 20.30 Abertura e a série «David Copperfield»
21.00 Eurovisão — Campeonato da Europa de Patinagem Artística. Transmissão directa de Genebra da prova de Dança.
23.30 Fecho



DESTAQUES

I PROGRAMA

«Eleonora» — 1.º episódio (21.00)

II PROGRAMA

Patinagem Artística (21.00)

Amanhã

I PROGRAMA

12.45: Abertura e Fronteiras do Amanhã; 13.00: Retrospectiva — revista desportiva; 13.15: Telejornal — 1.ª edição; 13.30: Hoje Pode Ver — os programas dos teatros e cinemas e da TV; 13.40: Desenhos animados; 14.25: Fala Educação; 15.20: Eurovisão — Rugby — Torneio das Cinco Nações — transmissão directa da B.B.C. do desfilé Inglaterra-País de Gales, que realiza em Twickenham. Comentários de Cordeiro do Vale; 14.45: Fungar Bicharada; 17.00: Cinema de Animação; 18.05: Ensaio; 18.50: Concerto Sinfónico — transmissão em gravação da 2.ª parte do concerto realizado no Tivoli com participação da Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional sob a direcção do maestro Yuval Zaliouk. No programa: Sinfonia n.º 8, em sol maior, op. 88 Dvorak; 19.30: Tesouros do Museu Britânico; 19.55: Memórias do Nosso Tempo; 20.30: Telejornal — 2.ª edição; 21.00: Eurovisão — Campeonato da Europa Patinagem Artística. Transmissão directa de Genebra dos Exercícios Livres mínimos; 00.15: Telejornal — 3.ª edição; 00.30: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e desenhos animados; 20.25: Fronteiras do Amanhã; 20.55: Tesouros do Museu Britânico; 21.25: Foi Éxito na TV — «Os Camponeses»; 22.20: Telejornal; 22.45: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
CLÍNICA DE TELEVISÃO E ASTRONAUTA
COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
Deslocação para reparação e manutenção
Telefs. 72 27 86 - 83 42 71
Avenida S. João de Deus, 13-B - Ru. Macau, 8

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34 - 1.ª — LISBOA - 1
Telefones: 770274 - 763276 - 770066

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os motoristas Profissionais de Particulares para uma Assembleia a realizar no próximo dia 22/1/76, quinta-feira, pelas 21.30 horas, na sede deste Sindicato, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1.º — Esclarecimentos sobre a Portaria de alargamento de âmbito aos motoristas Profissionais de Particulares
- 2.º — Estudo de como deve ser controlado o Horário de Trabalho neste sector.

Camaradas,

dado a importância desta reunião, foram comunicados todos os órgãos de informação, a fim de os patrões tomarem conhecimento de que têm de cumprir a Portaria. Por este facto é imprescindível a tua comparência.

Lisboa, 15 de Janeiro de 1976

Saudações Sindicais

Pela Direcção

Firmino Gonçalves Tavares

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA DO DISTRITO DE FARO

ANÚNCIO

Comunica-se que está a concurso o lugar de enfermeiro/a ou auxiliar de enfermagem, nos postos clínicos da Caixa de Previdência e A. F. Distrito Faro, em:

- PORTIMÃO
- CONCEIÇÃO DE FARO
- ESTOI
- CASTRO MARIM

Os interessados devem dirigir-se, para esclarecimento, à sede desta Instituição, em Faro, até ao próximo dia 31.

Faro, 12 de Janeiro de 1976.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

CASA TRESPASSA-SE

FOTOGRAFIA OU PARA OUTRO RAMO, 2 BOAS MONTRAS, EM BOM LOCAL, NA BAIXA DA BAHIA. TELEF. 325884.



António Pereira

CAPITÃO PARA-QUEDISTA

MISSA DO 30.º DIA E AGRADECIMENTO

Sua mulher, filhas e mais família participam que amanhã, dia 17, pelas 12 horas, na Igreja do Lumiar, será rezada missa pelo eterno descanso do seu ente querido, agradecendo desde já a todos que se dignarem comparecer a este acto e bem assim aos que o acompanharam à sua última morada não o fazendo directamente por desconhecimento de endereços.

AGÊNCIA RODRIGUES

«TINCO, LIMITADA»

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 11 de Dezembro de 1975, lavrada de fls. 72 v.º a 73 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º C-482, do 12.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da Notária Lic. LIDIA RODRIGUES MAIA DEVESA, foi dissolvida a sociedade comercial por quotas, de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, com sede em Lisboa, a qual não possui quaisquer bens ou direitos activos, nem passivos, pelo que foi dada como liquidada, não havendo lugar a partilha.

Que, ficou depositário dos documentos sociais o Sr. Dr. Ernesto da Câmara Pires de Castro e Silva e autorizado a praticar todos os actos que tenham por fim a referida dissolução e liquidação.

Está conforme. Lisboa, doze de Janeiro de mil novecentos e setenta e seis.

O 2.º Ajudante.

José Fernando Pereira Pires

Desporto



O presidente João Rocha quando ontem, falava da cerimónia de entrega dos «Prémios Stromps»

Os "Stromps" foram ontem entregues

Tal como já vem sendo hábito a cerimónia de entrega dos «Prémios Stromps» constituiu uma magnífica demonstração de amizade leonina: e a ideia ficou através do que foi dito nos discursos, nos elogios, nos agradecimentos.

A família leonina viveu assim (e uma vez mais) um momento alto da sua vida, ao serem publicamente reconhecidas as qualidades dos atletas, sócios ou dirigentes que mais se distinguiram durante um ano de actividade.

O orador oficial foi José Almarquês que falou da saudade por todos sentida do Queiroga Tavares, saudando a presença

de sua filha que presidiu ao jantar de homenagem dos «Stromps». Depois, foi a distribuição dos prémios: o orador oficial da noite entregou o «Stromp» a Carlos Lopes, enquanto Cunha Rosa se encarregou de entregar o galardão a Márinho; Torcato Ferreira ouviu bonitas palavras de Gaudêncio Costa e de Carlos Rodrigues, recebendo o troféu das mãos de João Varandas; Alberto Lourenço foi distinguido no mesmo clima de simpatia e reconhecimento, seguindo-se Manuel Soeiro directamente distinguido por Octávio Barrosa. O «Stromp» de João Rocha foi-lhe entregue por Maria Helena Queiroga Tavares Henri-

ques Jorge. Ainda uma distinção especial para o presidente leonino: Jaurés de Oliveira ofereceu-lhe um leão que, na base, tinha a seguinte inscrição «A João Rocha, um leão de raça».

A encerrar a sessão falou o presidente do Sporting que sublinhou a importância da tradicional cerimónia, chamando a atenção para alguns casos de verdadeira dedicação clubista. A terminar, o presidente do Sporting fez votos para que todos os sócios e adeptos do grémio de Alvalade empregassem os melhores esforços para engrandecimento e prestígio do clube.



SPORTING: O SONHO MATERIALIZADO

O grande sonho do Sporting começa a tomar forma: o seu pavilhão ginno-desportivo. No dia em que foram distinguidos os atletas, sócios e dirigentes mais em destaque no último ano, iniciou-se também a montagem dos pilares. Como a foto documenta

Portugal

Albertino, o homem que tem vindo a ser notícia dentro da equipa do Leixões, e falado para muitos clubes, acaba de resolver o seu problema: foi o Boavista que ganhou a corrida, chegando primeiro que o Porto, Benfica e Sporting. O contrato de Albertino com a turma do Bessa é válido por quatro temporadas. Embora não se conheçam oficialmente, quais as verbas que mobilizaram o «goleador» de Matozinhos para a turma orientada por José

Maria Pedrito, falam-se em mil e quinhentos contos para o Leixões.

Entretanto o F. C. do Porto, para quem o jogador teria um compromisso verbal, está ainda na corrida não «acreditando» na concretização da transferência...

Outro leixonense nas bocas do mundo (Frasco) acaba de resolver o seu problema em relação às duas próximas temporadas: não mudará de ares nem de camisola. Efectivamente celebrou com o seu clube um novo contrato que lhe permite receber, mensalmente, a importância de 25 contos.

José Henrique já é reconhecido no Brasil: efectivamente

acaba de receber um convite do Santa Cruz, para ingressar no clube depois de Julho próximo. O mais curioso é que o guarda do Benfica (agora chamado aos treinos da selecção nacional) é igualmente pretendido por outros clubes brasileiros, alguns de renome mundial.

Continua por resolver o «caso Vítor Baptista»: na verdade acaba de ser divulgada a notícia de que sobre si recaem o peso de dois processos disciplinares e não apenas de um conforme é do domínio público.

Jogos para hoje a contar para o nacional da 1.ª divisão de basquetebol:

ZONA SUL — Belenenses-Cuf (21 horas) e Sporting-Queluz (22 e 30), ambos a realizar no Pavilhão da Ajuda; Sacavenense-Benfica, no pavilhão do primeiro às 21.30. Barreirense e Alges defrontam-se amanhã, às 17 h. no ginásio-sede do primeiro, ambos às 21 e 30 horas.

ZONA NORTE — Sanga-lhos-Ginásio Figueirense, no pavilhão do primeiro e F. C. Porto-Académico F. C., no Pavilhão das Antas, ambos às 21 e 30 horas.



Camilo sai de Alvalade com um sorriso nos lábios: Coimbra parece ser o seu destino e pelos vistos o jogador não ficou aborrecido com a troca de ares...

Primavera futebolística

A Primavera de 1976 anuncia-se particularmente espectacular para o futebol europeu.

Em relação à Taça dos Clubes Campeões, os encontros dos quartos finais (3 e 17 de Março) ditados pelo sorteio que se efectuou em Zurique estão a rodear-se da maior expectativa. Assim, o detentor do título, o Bayern de Munique, com Beckenbauer, Muller e Hoeness, defrontará o Benfica já duas vezes vencedor da prova. O Hadjuk Split experimentará sérias dificuldades frente ao P. S. V. Eindhoven, uma equipa holandesa que pretende ascender ao primeiro plano europeu e que na eliminatória

anterior tirou todas as veleidades aos polacos do Ruch Chorzow cujo valor é inegável. Haverá depois um encontro inédito, dado que pela primeira vez um clube francês, o Saint Etienne, defrontará numa competição europeia uma equipa soviética, o Dynamo de Kiev, em cujas fileiras milita Blokhine, o melhor jogador do ano. Finalmente Real Madrid, o clube com maior número de presenças na lista dos vencedores da prova, discutirá com o Borussia Moenchengladbach o acesso às meias-finais. O M'Gladbach é precisamente a formação que suplantou o Bayern de Munique no plano na-

cional e que no plano europeu tem dado provas de uma rara ambição e de um notável realismo. Com os seus «internacionais» Vogts, Bonhof, Heynckes, Stielike, Kleff, Wimmer e os dinamarqueses Jensen e Simonsen, o Borussia tem-se revelado praticamente invencível nas duas últimas temporadas, mesmo fora do seu reduto. Este encontro tem ainda o aliciante de o Real Madrid alinhar com dois antigos «internacionais» alemães, Breitner, (precedente do Bayern de Munique), e Gunther Netzer que foi uma das vedetas do próprio Moenchengladbach.

Lá fora

MONTE CARLO

O 44.º rali internacional de Monte Carlo está marcado para iniciar no dia 17 deste mês devendo terminar em 24, esperando-se que venha a reunir a elite dos pilotos europeus.

Criado em 1911, o rali era, nessa época, mais um passeio que outra coisa. Depois de ter conhecido a sua época áurea, o rali esteve interrompido durante onze anos devido à primeira Grande Guerra. Recomeçou em 1924 e desde aí as grandes firmas de automóveis começaram a ser atraídas pela competição. Depois de uma nova interrupção de 9 anos na altura e depois da Segunda Grande Guerra, o rali começou a ser o ponto obrigatório de reunião e a meta das principais marcas mundiais de automóveis.

Um sucesso obtido em Monte Carlo começou a representar não só a celebridade para a equipa como a trazer vantagens comerciais para a marca que triunfe na competição.

O «record» dos vencedores parece ser difícil de arrancar a Jean Trevoux que foi o vencedor nos anos de 1932, 1939, 1949 e 1951.

Só em 1955, é que se saiu do rotativismo entre franceses e ingleses que alternavam a cabeça da classificação. Neste ano os noruegueses Maling-Fadum (em Sunbeam-Talbot) ganharam a prova e em 1962 são os suecos Erik Karlsson-Gunnar Haggbom (Saab) a classificarem-se, proeza que repetem no ano seguinte.

A prova de 1963 foi das mais difíceis devido ao mau tempo. Dos 296 que alinharam à partida, só 96 chegaram ao Principado. Treze equipas que saíram de Atenas ficaram bloqueadas na Jugoslávia e os seis participantes saídos de Lisboa não chegaram a Monte

Carlo, impedidos por chuvas torrenciais.

1966 — P. Toivonen-E. Mikander (Citroen DS 21); 1967 — R. Aaltonen-H. Liddon (BMC-Cooper); 1968 — V. Elfors-D. Stone (Porsche 911 T); 1969 — B. Waldegaard-L. Helmer (Porsche 911 S); 1970 — Waldegaard-L. Helmer (Porsche 911 S); 1971 — O. Andersson-D. Stone (Alpine-Renault); 1972 — S. Munari-M. Manucci (Lancia-Fulvia); 1973 — J. C. Andruet-«Biche» (Alpine-Renault); em 1974 — não foi disputado (crise do petróleo) e em 1975 — S. Munari-M. Manucci (Lancia-Stratos).

O ano de 1973 ficou assinalado na história do rali como um dos mais difíceis. Devido a uma violenta tempestade de neve, só os 60 primeiros carros conseguiram passar numa aldeia perdida no Sul da França onde ficaram bloqueados todos os outros, depois de ter havido uma gigantesca «carambola» que inutilizou dezasseis carros. Perto de 150 equipas foram eliminadas e o vencedor foi o francês Jean-Claude Andruet e a sua companheira de equipa «Biche». A firma francesa «Alpine-Renault» arrecadou uma tripla vitória.

Em 1974 o rali foi anulado em virtude da crise do petróleo. No ano seguinte, a corrida não obteve o sucesso que se esperava: só houve 96 concorrentes, registando-se um dos mais baixos números de inscrições de toda a história do rali. Nesse ano os «Alpine-Renault» foram eliminados e os italianos Sandro Munari e Mário Menucci (Lancia-Stratos) classificaram-se em primeiro lugar na prova especial.

Eis a lista dos vencedores desde 1958: G. Monraisse-J. Feret (Renault); 1959 — P. Coltelloni-P. Alexandre (Citroen); 1960 — W. Schock-R. Moll (Mercedes);

1961 — M. Martin-R. Bateau (Panhard); 1962 — E. Carlsson-G. Haggeborn (Saab); 1963 — E. Carlsson-G. Palm (Saab); 1964 — P. Hopkirk-H. Liddon (Morris-Cooper); 1965 — T. Makinen-P. Easter (BMC-Cooper).

PATINAGEM ARTÍSTICA

O britânico John Curry é o novo campeão da Europa de patinagem artística.

Com 191,88 pontos, Curry arrebatou o título pertença do soviético Vladimir Kovalev que se classificou em segundo lugar com 190,48 pontos. Na terceira posição classificou-se o alemão oriental Jan Hoffmann com 189,56 pontos.

A classificação dos cinco primeiros concorrentes ao Campeonato da Europa de patinagem artística, disputado em Genebra, foi a seguinte: 1.º, John Curry (GB), 191,88 pontos; 2.º, Vladimir Kovalev (URSS), 190,48; 3.º, Jan Hoffmann (RDA), 189,56; 4.º, Youri Ovchinnikov (URSS), 182,36 e 5.º Sergei Volkov (URSS), 182,14.

PROTESTO CHINES

A China retirará a sua equipa de patinagem do mundial de velocidade sobre o gelo, que se inicia amanhã em Madonna Di Campiglio se, por sorteio, lhe couber competir com atletas da equipa da África do Sul.

Esta posição foi expressa pelos dirigentes chineses à sua chegada, como protesto pela política de «apartheid» do regime sul-africano. A mesma posição fora tomada pelos chineses nos Jogos Olímpicos de Munique em 1972, contra a Rodesia.

Teme-se, nos meios desportivos, que o protesto da China se estenda a outras delegações.

Até ao momento, a delegação sul-africana não manifestou qualquer reacção.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Loulé em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve, a que se refere o processo 856853, arquivo 5460, para o estabelecimento na freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, de uma linha aérea a 30 kV com 1152 m do poste n.º 40 da linha Loulé-Vila Moura ao Posto de Transformação de Humberto Guerreiro Campos em Somino.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 9 de Janeiro de 1976

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, n.º 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve, a que se refere o processo 856980, arquivo 5460, para o estabelecimento na freguesia de S. Teotónio, concelho de Odemira, de uma linha aérea a 30 kV com 10 m do poste n.º 30 da linha Bugalheira-Almogrove ao Posto de Transformação de Fataca.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 9 de Janeiro de 1976

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Geral

Kissinger admite

"Forças da F.N.L.A. estão em debandada"

WASHINGTON, 16 — (R.) — Forças no norte de Angola, apoiadas pelos norte-americanos, estão prestes a ser derrotadas e estão, neste momento em debandada, procurando abandonar o território, segundo afirmaram em Washington fontes governamentais que acrescentam ter o secretário de Estado, Henry Kissinger, informado os seus aliados europeus, por telegrama, que a F.N.L.A. estava a ser empurrada para o outro lado da fronteira do Zaire.

O dr. Kissinger declarou a 37 embaixadores africanos, numa reunião que tiveram ontem em Washington, que uma solução africana era necessária para acabar com a efusão de sangue.

O embaixador somali, Abdullah Adou, disse a jornalistas que na reunião se focara a continuação de iniciativas diplomáticas norte-americanas para pôr termo à luta.

Alguns embaixadores que assistiram à reunião afirmaram que uma solução diplomática poderia ser ainda possível, a despeito do aparente colapso das forças inimigas do M.P.L.A. no norte e do malogro da cimeira da Organização da Unidade Africana (O.U.A.), que se realizou em Adis-Abeba, há poucos dias.

Diligências do dr. Kissinger a nível diplomático foram consideradas como o único meio que dispõe agora a não ser que consiga convencer um Congresso relutante de que os interesses norte-americanos em Angola justificam grande apoio.

O Governo de Ford precisa do acordo do Congresso, que volta a reunir-se na próxima semana, após férias, antes de poder gastar dinheiro no abastecimento de forças pró-ocidentais em Angola.

O dr. Kissinger terá a oportunidade de discutir a situação em Angola quando partir para Moscovo, na próxima semana, para travar conversações com dirigentes soviéticos sob a forma de acabar com o impasse nas negociações sobre controlo de armas nucleares.

Entretanto, o secretariado de Estado Henry Kissinger concordou em depor publicamente sobre o envolvimento americano em Angola perante uma sub-comissão do Senado, segundo foi hoje anunciado.

O dr. Kissinger comparecerá perante a sub-comissão de Assuntos Africanos das Relações Externas em 26 de Janeiro, declarou o Senador Dick Clark, presidente do grupo.

A sub-comissão deseja também escutar depoimentos sobre Angola de William Colby, director da Agência Central de Informações (C.I.A.) e do secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, mas ainda não foram feitos preparativos para a sua comparação.

FIDEL CASTRO: "FORÇAS POPULARES ESTÃO A GANHAR"

HAVANA, 16 — (P.L./Anop) — O primeiro-ministro cubano Fidel Castro afirmou ontem que as forças populares estão a ganhar a guerra contra os invasores imperialistas em Angola, os quais sofreram já perdas catastróficas.

Numa conferência de Imprensa concedida pouco depois do regresso ao Panamá do general Torrijos, o chefe da revolução cubana abordou importantes temas da política externa cubana.

«Nem um só soldado cubano

foi para Angola, até os imperialistas sul-africanos invadirem o território desse país, a partir de 23 de Outubro passado, tentando fazer uma guerra relâmpago com o objectivo de impedir o M.P.L.A. de assumir o Governo em 11 de Novembro último», disse Fidel de Castro.

«Foi então, que, a pedido do Governo de Angola, enviamos soldados e a guerra relâmpago saiu gorada, constituindo um osso atravessado na garganta dos imperialistas e racistas sul-africanos», acrescentou o dirigente cubano.

Fidel de Castro comparou a guerra de Angola à guerra civil espanhola, acentuando, porém, que, desta vez, dificilmente poderão os imperialistas levar a sua avante em virtude da actual correlação internacional de forças.

O primeiro-ministro cubano salientou ainda que dificilmente poderá encontrar-se uma solução para o conflito enquanto os racistas sul-africanos ocuparem parte do território de Angola e reiterou a decisão do M.P.L.A. de, em tais condições, não aceitar qualquer acordo.

A uma pergunta sobre a atitude da República Popular da China em relação ao conflito angolano, Fidel de Castro declarou:

«O papel da China em Angola é muito pernicioso e associa esse país com os Governos mais reaccionários, como a África do Sul, no continente africano, e o regime fascista do Chile, no continente sul-americano.

A concluir, o dirigente cubano manifestou o seu optimismo pelo avanço das forças populares de Angola, que ultimamente tomaram algumas cidades do território.

OPOSIÇÃO INTERNA A MOBUTU

GENEVA, 15 — (F.P.) — Antoine Gizenga, que foi vice-primeiro-ministro do primeiro Governo congolês, presidido por Patrice Lumumba, tenciona reativar, este ano, a oposição armada contra a autoridade do presidente zaireense, general Mobutu. Numa declaração divulgada à Imprensa, por ocasião de uma viagem à Europa, aquele que foi, em Janeiro de 1962, o dirigente da rebelião de Stanleyville, declarou que tencionava voltar, em breve, ao leste do Zaire, zona onde «as Forças Democráticas para a Libertação do Congo», organização a que preside, «sustentam, há já oito anos, uma luta armada».

Hoje com 50 anos, Antoine Gizenga abandonara a cena política em 1966. «Dediquei estes anos à reflexão e à preparação», acentua. E acrescenta: «Pus a minha família em segurança, em Moscovo, viajei muito e vivo, desde 1973 na província do Kivu, que é controlada pelas Forças Democráticas para a Libertação do Congo (Fodelico)».

Gizenga precisa: «A oposição surgiu a partir de várias formações políticas. A melhor organizada é o Partido da Revolução Popular, que possui um Exército e uma administração, e do qual sou um dos dirigentes».

«A Frente agrupa, no interior e no exterior do país, todas as formações que lutam pela reinstauração da democracia no Congo». «Os nossos meios militares são modestos», acrescenta Gizenga. «Provêm das armas do Exército de Mobutu, que atacamos para nos abasteceremos. Há ainda militares

cumprindo o seu serviço que nos alimentam (em armas), pois aprovam a nossa acção. Não recebemos nenhum auxílio externo, mas beneficiamos de um apoio moral de vários Governos».

Porquê esta posição? «Depois do seu golpe de Estado de 1960, Mobutu e a sua tendência reaccionária e antidemocrática entraram na ilegalidade», diz Gizenga. «Asfixiaram a obra do Governo Lumumba e mantiveram o povo sob um novo colonialismo».

A estas razões «ideológicas», Gizenga acrescenta críticas à gestão do Governo zaireense: «De 1967 a 1972, o Congo (Gizenga rejeita a nova denominação do país, «Zaire»), obteve, na sua balança comercial, lucros que atingem os 113 milhões de dólares anuais, segundo os números da O.C.D.E., Apesar desta massa enorme de meios financeiros e do auxílio prestado pelo exterior, o país é, hoje, incapaz de pagar as suas dívidas».

Timor

Enviado da O.N.U. inicia contactos

JACARTA, 15 — (R.) — Chegou a esta cidade o enviado especial das Nações Unidas, Vittorio Winspeare Guiccardi, para conferenciar com o Governo indonésio sobre a situação em Timor-Leste, depois de ter travado conversações com o Governo Português em Lisboa.

Guiccardi foi incumbido pelo Conselho de Segurança de proceder a um inquérito em primeira mão sobre a colónia portuguesa, cujo território se encontraria agora, na sua maior parte, em poder das forças pró-indonésias.

Pedida a sua opinião sobre o aviso do Governo Provisório Pró-Indonésio de Timor-Leste, segundo o qual a sua segurança não podia ser garantida em zonas fora do controlo das actuais autoridades de Dili, Guiccardi limitou-se a observar: «Tenho 63 anos de idade, por isso posso correr riscos».

Declarou que, em conformidade com as directrizes da sua missão, vai tentar avistar-se com membros da Fretilin, cujas forças estariam agora encerradas nas montanhas. Realçou, contudo, que já falou nas Nações Unidas, em Nova Iorque,

que, com o responsável pelas relações externas da Fretilin, José Ramos Horta.

Guiccardi deve deslocar-se na segunda-feira a Dili em avião fretado pelas Nações Unidas.

O enviado especial sublinhou que não revelará o teor da sua agenda antes de conferenciar com os representantes do Governo indonésio, incluindo o presidente Suharto, com quem tem um encontro marcado para hoje.

Entretanto, o embaixador de Jacarta junto da O. N. U., Anwar Sani, negou que o seu país se encontrasse isolado nas Nações Unidas por causa de Timor.

«Seja qual for o resultado da visita de Guiccardi, será o povo timor quem decidirá o seu próprio futuro» — declarou o embaixador que, segundo se sabe de fonte segura, acaba de regressar de uma curta visita a Timor-Leste.

Sani acrescentou que se os timores estiverem decididos a integrar-se na Indonésia, a resposta do presidente Suharto será sem dúvida favorável.

Por outro lado, um porta-voz militar desmentiu que tropas

da Fretilin tivessem reconquistado as forças pró-indonésias três cidades costeiras a oeste de Dili, ao contrário do que foi anunciado anteriormente na cidade australiana de Darwin.

NOTARIADO PORTUGUÊS

Sexto Cartório

Notarial de Lisboa

Notário l.c.

Manuel da Costa e Melo

Certifico para efeitos de publicação que, por escritura de 30 de Outubro de 1975, exarada de folhas 17, verso, a folha 19, verso, do livro para escrituras diversas deste Cartório F-34, foi constituída entre JOÃO PEIXOTO PORTAS e MARIA AUGUSTA DE OLIVEIRA PORTAS, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos dos artigos seguintes:

PRIMEIRO: — A sociedade adopta a firma «PORTAS & PORTAS, LIMITADA», sendo a sua sede em Lisboa, na Rua Vieira da Silva, números oitenta e quatro e oitenta e cinco.

SEGUNDO: — A sociedade inicia a sua actividade nesta data, sendo a sua duração por tempo indeterminado.

TERCEIRO: — O seu objecto consiste no exercício de todas as actividades integradas na indústria hoteleira ou quaisquer outras, permitidas por lei, em que os sócios acordem.

QUARTO: — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinquenta contos e corresponde à soma das quotas seguintes: uma, de quarenta contos, do sócio João Peixoto Portas e outra, de dez contos, da sócia Maria Augusta de Oliveira Portas.

§ 1.º O capital social poderá ter aumentado, uma e mais vezes, conforme vier a ser deliberado em Assembleia Geral.

§ 2.º Os sócios poderão fazer suplementos à sociedade, quando ela deles carecer, com ou sem juros, nos termos que vierem a ser acordados.

QUINTO: — A cessão total ou parcial de quotas é livremente permitida, entre os sócios, sendo proibida a favor de estranhos sem o expresso consentimento da sociedade e dos restantes sócios.

§ 1.º A cessão gratuita de quotas, feita pelos sócios é autorizada com a reserva da sociedade poder amortizar as quotas cedidas pelo seu valor actualizado, caso lhe não interesse o ingresso nela dos respectivos beneficiários.

§ 2.º A cessão onerosa de quotas depende de prévia comunicação à sociedade e aos restantes sócios, por meio de carta registada com aviso de recepção, de onde constem as condições da transacção e seus efeitos, devendo a sociedade ou os sócios exercer o seu direito de opção no prazo de quinze dias.

SEXTO: — A divisão de quotas só é permitida sem autorização da sociedade, para efeitos de cessões parciais a efectuar entre os sócios ou para pôr fim à indivisão, entre verdadeiros de sócio falecido.

SETIMO: — A amortização de quotas pode ser feita pela sociedade nos casos de falecimento ou insolvência do sócio titular, de venda ou adjudicação judicial da quota e ainda no caso de cessão gratuita prevista no parágrafo primeiro do artigo quinto.

§ Único: — O valor da quota, para efeito de amortização, será determinado através de balanço adrestrado e arizado.

OITAVO: — A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, ficam a cargo do sócio João Peixoto Portas, que desde já é nomeado gerente com dispensa de caução e com a remuneração ue for deliberada em Assembleia Geral, bastante para obrigar a sociedade, a assinatura daquele sócio.

NONO: — As Assembleias Gerais, fora dos casos em que a Lei determinar formalidades especiais para a sua convocação, serão convocadas pela gerência, por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com antecedência de oito dias.

DÉCIMO: — Os lucros ou perdas da sociedade serão divididos ou suportados pelos sócios, na proporção das respectivas quotas, depois de retirada a percentagem de cinco por cento para o fundo de reserva legal.

DÉCIMO PRIMEIRO: — Os balanços serão anuais e referidos à trinta e um de Dezembro de cada ano, devendo ser providos em Assembleia Geral até trinta e um de Março seguinte.

DÉCIMO SEGUNDO: — A sociedade só se dissolve nos casos previstos na Lei, devendo, no caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuar com um representante dos herdeiros, enquanto a quota estiver pendente.

E certidão de teor parcial que vai conforme ao original.

Lisboa, doze de Novembro de mil novecentos setenta e cinco.

(Mário Felício Almeida)

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO DE LISBOA

O MINISTRO DO TRABALHO MENTE AO CAPITÃO TOMÁS ROSA

— MAIS UMA VEZ —

Mais uma vez, o actual Ministro do Trabalho, responsável por toda a actuação antitrabalhadores daquele Ministério e pela não saída do nosso Contrato, vem a público com afirmações do estilo a que infelizmente temos vindo a assistir.

A Direcção do Sindicato, fiel à sua linha de verdade, não pode deixar cair em fundo roto as mentiras do senhor Tomás Rosa. É nosso dever informar todos os trabalhadores da Construção Civil acerca daquilo que directamente lhes toca. Há que tirar a máscara ao responsável pelo boicote do nosso Contrato, e ver até que ponto ele chega ao pretender insinuar que somos nós, trabalhadores, os causadores da crise na Construção Civil.

— O REAL SIGNIFICADO DA PARALISAÇÃO —

O senhor Ministro começa por mostrar o seu espanto pelo facto de um sector em crise desencadear uma paralisação de trabalho. Com certeza desejaria que continuássemos de braços cruzados a trabalhar e a sermos explorados como temos sido até aqui. O que o Ministro do Trabalho quer ocultar é o real significado desta paralisação, como se os operários da Construção Civil estivessem contentes com o congelamento do seu Contrato e com o descarrado aumento do custo de vida, enfim com todas as leis e antipatrias que o senhor Ministro fabrica no seu gabinete. O real significado da paralisação surge da necessidade sentida por todos nós de protestarmos contra a traição de que somos vítimas, bem como da importância que a discussão dos problemas que nos afligem se reveste nesta fase da luta.

— QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS PELA CRISE —

Já agora, seria bom que o senhor Ministro explicasse, publicamente, quem são os verdadeiros responsáveis pela crise da Construção Civil. Quem fugiu com milhares de contos para os bancos da Suíça, numa atitude que para além de repugnável e covarde, constitui um crime para o nosso Povo e para a nossa Pátria. Gostaríamos, também, de saber quem boicota o controlo e a fiscalização que as Comissões de Trabalhadores vêm empreendendo no sentido de pôr de pé as empresas vítimas da sangria dos patrões, a fim de manterem com trabalho e com salários pagos os operários dessas firmas. Era bom, também, que viesse a público toda a sabotagem criminosa que em alguns Ministérios se tem vindo a efectuar através da burocratização de projectos que dariam trabalho a milhares de trabalhadores desempregados.

— O ESQUECIMENTO DO SENHOR MINISTRO —

Mas vamos ao que mais interessa neste momento ao povo trabalhador deste País e em especial aos trabalhadores da Construção Civil: No passado dia 13, foi afirmado perante os «ecrãs» da TV que «se os homens da Construção Civil vierem com mais alguma coisa do que o aumento de salários e se tiverem alguma proposta para o desbloqueamento do sector, o Governo não se oporá e eu também não». Tudo isto seria bastante claro e simples se o senhor Ministro não se tivesse esquecido de que: Em Agosto de 1975, o Secretariado Provisório Pró-Conselho Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil apresentou ao Governo um projecto de trabalho não só para o desbloqueamento do sector, mas também visando a sua completa reestruturação e revitalização. Constituiu-se, então, um Grupo de Trabalho composto por membros do Secretariado; militares com conhecimento técnico do sector e um representante do Ministério do Trabalho. Este Grupo teria como missão a dinamização do sector a nível de todo o País, capaz de o transformar num Projecto que servisse não só o sector mas todos os trabalhadores deste país. Ora, recorda-se, senhor Ministro, quem foi então nomeado para representar o Ministério do Trabalho? É natural que não! Pois nós sabemos. Temos boa memória! É que a nós a sua actuação nunca nos enganou e cedo percebemos que mostrava mais interesse na garrafa que tinha debaixo da secretária do que em fazer andar para a frente esse Projecto que tantos lugares de trabalho iria criar e tão grandes benefícios traria à nossa economia. Este Projecto já existia desde Agosto e foi por si ignorado deliberadamente, porque isso convinha aos patrões que o seu Ministério tão bem advoga.

— «QUEM MAIS GRITA É QUEM MAIS GANHA» —

Pois é, senhor Ministro, como vê, mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo: já agora, pegando na sua afirmação mais recente de que «quem mais grita é quem mais ganha» o que o senhor Ministro devia fazer era estar bem caladinho, pois os trinta contos que está a ganhar somos nós que os pagamos com os calos e suor do nosso trabalho.

LISBOA, 15 DE JANEIRO DE 1976

A DIRECÇÃO

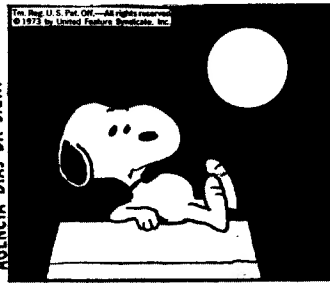
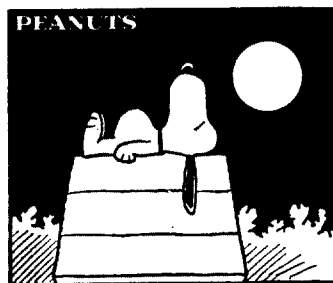
Geral

Cinema ao serviço da Revolução

O Cineclube Vilafranquense dá hoje início, às 21 e 15, ao ciclo «O Cinema — uma arma ao serviço da Revolução», com a exibição do filme «A Greve», de Eisenstein.

O ciclo integra quatro filmes

do realizador russo, prevenindo-se para o próximo dia 23, à mesma hora, a exibição de «O Couraçado Potemkine», segundo-se-lhe, em sessões posteriores, «Outubro» e «A Linha Geral».



Jorge Campinos assinou um acordo na Jugoslávia

Portugal e a Jugoslávia assinaram ontem um protocolo no qual se defende a expansão das relações comerciais e económicas, na generalidade, numa base estável e a longo prazo.

A assinatura deste protocolo concluiu a primeira sessão da Comissão Mista para a Cooperação Económica dirigida pelo ministro do Comércio Externo português, Jorge Campinos e pelo secretário de Estado jugoslavo do Comércio Externo, Emil Ludviger. O documento possibilita o incremento das trocas comerciais entre os dois países e a cooperação na indústria, no turismo, nas comunicações, no intercâmbio da informação científica e em participações em feiras de amostras.

Durante as conversações que precederam a assinatura do acordo foi discutida a produção de tractores em Portugal, sob licença jugoslava, a

abertura de um centro de comércio português em Belgrado e de uma companhia de navegação jugoslava em Portugal.

AUXÍLIO SUECO

O Governo sueco, através dos Ministérios do Comércio e dos Estrangeiros incluiu no seu orçamento uma proposta de auxílio a Portugal no valor de 250 mil contos, dos quais 190 mil serão canalizados através do Fundo de Desenvolvimento Industrial da E.F.T.A., destinado a desenvolver a industrialização portuguesa. O restante será reservado a entregas directas.

Aveiro vai produzir mais leite

Vai entrar brevemente em funcionamento o posto de concentração de leite da Tocha, com uma capacidade diária de 200 mil litros, grande parte dos quais destinados ao abastecimento de Lisboa, segundo foi revelado numa reunião efectuada na Junta Distrital de Aveiro e na qual estiveram presentes representantes de dezasseis cooperativas e comissões liquidatárias de diferentes zonas do País. Foram tratados vários assuntos de interesse para o sector,

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 23/4 %	300\$	275\$	300\$
Cons. 3 %	—	300\$	310\$
Cons. 3 1/2 %	800\$	350\$	820\$
Centenários	—	800\$	850\$
Tes. 5 %	—	790\$	850\$
Tes. 10 %	505\$	505\$	510\$
Extern. 1.ª - s.	—	—	—
Extern. 1.ª - c.	—	—	—
Extern. 3.ª - s.	—	—	—
Extern. 3.ª - c.	—	—	—
Caut. 3.ª - s.	—	—	—
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Lx. 6 %	—	—	950\$
C.M.L. 5 3/4 %	790\$	780\$	800\$
C.P. 5 1/2 % — 67	—	—	700\$
C.P. 5 1/2 % — 68	—	—	—
C.P. 5 1/2 % — 69	—	—	—
Corr. 5 3/4 %	800\$	790\$	820\$
Metr. 5 3/4 %	790\$	790\$	800\$
Tur. 5 3/4 %	—	770\$	—
C.P. 6 3/4 %	—	—	—
ELÉCTRICAS			
G. 5 % — 58	—	—	1000\$
G. 5 % — 59	—	—	—
G. 5 % — 62	—	—	—
G. 5 % — 63	—	—	—
G. 5 % — 64	—	—	—
G. 5 % — 65	—	—	—
G. 6 % — 67	—	—	—
G. 6 % — 69	—	—	—
G. 7 %	—	800\$	—
H.E.A.A. 5 %	—	—	—
H.E.C. 5 %	760\$	750\$	770\$
H.E.C. 6 %	—	—	—
H.E.D. 5 %	—	—	—
H.E.D. 6 %	—	—	—
H.E.N.P. 5 %	—	—	—
H.E.S.E. 5 %	—	—	—
H.E.S.E. 6 %	—	—	—
H.E.Z. 5 % — 57	—	—	—
H.E.Z. 6 %	—	—	—
N. Elec. 5 %	—	—	—
N. Elec. 6 %	—	710\$	—
Termoel. 5 %	—	600\$	—
U.E.P. 5 % — 60	—	—	—
U.E.P. 5 % — 63	—	—	—
U.E.P. 6 %	—	800\$	—
U.E.P. 7 %	—	—	—
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % — 56	—	—	—
A.P.T. 5 % — 58	—	760\$	—
Lisnave 6 %	—	—	—
Nitrato 60	—	860\$	—
Pet. 2.ª e 3.ª	—	790\$	890\$
Sacor 7 %	—	—	—
Sacor 5 % — 54	—	750\$	—
Sacor 5 % — 60	—	—	—
Sid. 5 % — 2.ª	—	—	—
Sid. 5 % — 3.ª	—	—	—
Sid. 5 % — 4.ª	—	950\$	—
Socel 5 %	—	—	900\$
R. Fabril — 67	—	—	—
R. Fabril — 68	—	—	—
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	—	—	—
Rev. 5 % — 57	—	—	—
Rev. 5 % — 59-60	—	—	—
Mocambique 5 %	—	—	—
Sonete 5 %	—	—	—
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	—	—	—
F.I.D.E.S.	—	—	—

Canal da Crítica

Continuação da pag. 15

política estrangeira da União Soviética, por exemplo, consiste no auxílio fraternal aos países subdesenvolvidos. Auxílio que, em 1973, se cifrava na construção de mais de 700 empresas industriais; no desenvolvimento da indústria médica e farmacêutica, reactores atómicos, vias férreas, pontes, hospitais, etc., etc. No Egipto em 15 anos construíram-se, com o concurso da União Soviética, 137 empresas, entre elas o complexo hidro-técnico de Assuão. É praticamente infindável a lista de empreendimentos que, com o auxílio da União Soviética, se realizam em países da África e da Ásia, com pessoal desses países treinado pela URSS em escolas igualmente construídas pela URSS. Na Argélia, Egipto, Índia, Congo, Iraque, Mali, Síria, Uganda, etc., havia, em 1973, mais de 70 escolas que prepararam mais de 100 mil operários qualificados. As empresas transformam-se, elas próprias, em escolas de especialistas. Desse modo se prepararam mais de 300 mil trabalhadores nos países subdesenvolvidos. Por exemplo: na construção do combinado metalúrgico de Bhilai, os especialistas soviéticos especializaram 10 mil operários indianos e na barragem de Assuão mais de 11 mil operários e contra-mestres.

Quer dizer: enquanto o imperialismo empobrece e explora em proveito próprio as riquezas dos países subdesenvolvidos, a União Soviética ajuda-os a serem donos das suas próprias riquezas.

Aumentar a confusão com a teoria dos dois imperialismos, não faz senão levar a água ao moinho do imperialismo. Na impossibilidade de se negar, o imperialismo quer arranjar parceiro. E lá vai aparecendo um ou outro laiaio (às vezes de boa libré...) para lhe fazer o frete.

tempo

Situação do tempo
09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral limpo e o vento era fraco e havia nevoeiro em algumas regiões.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

COIMBRA	1º
PORTALEGRE	10º
LISBOA	4º
FARO	8º
FUNCHAL	15º

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima 18,5º

F. BOA E M. ESTORIL

Mínima 07,1º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 13,2º
Atmosfera 8,5º

MARÉS DE HOJE

PREA-MAR	BAIXA-MAR
3.36 3,9 m	9.15 1,0 m
15.38 3,8 m	21.27 0,9 m

IDia 17

4.15 4,0	9.55 0,8 m
16.38 3,9 m	22.07 0,8 m
Dia 18	
4.54 4,2 m	10.34 0,7 m
17.17 4,0 m	22.46 0,7 m

PREVISÃO GERAL ATE
AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado ou limpo; vento fraco; condições favoráveis à ocorrência de nevoeiro; geada em especial nas regiões do interior e de Norte e Centro.



AMANHÃ

NAScer AS 8.49
OCASO AS 18.17



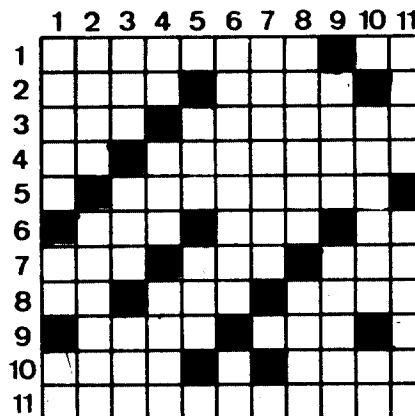
palavras cruzadas

COM PROVÉRBO

PROBLEMA N.º 11271

HORIZONTAIS:

- Antecipadamente. O mesmo que bêtele.
- Opera de Verdi. Monarcas.
- Apologia. Poisava no mar (o avião).
- Artigo definido. Respeitar.
- Nascera.
- Clairidade. Arara. Cálcio (s.q).
- Rente. Caminho. Utensílios domésticos.
- Abreviatura que se usa em música. Uma das Espórades. Apelido.
- Ovários dos peixes. Pronome pessoal.
- Falar. Apelido.
- Arrasaremos.



VERTICAIS:

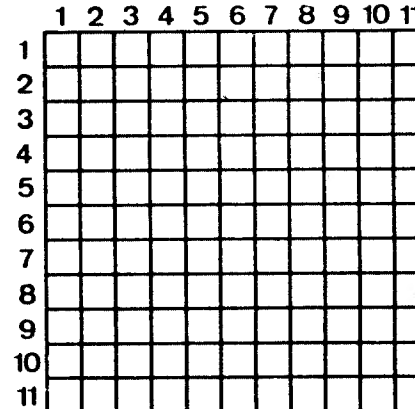
- Minerva quando considerada deusa da Guerra. Letra grega. Deus dos pastores.
- Cursos de água naturais e abundantes. Mais tarde.
- Passada. Aqui está. Fúteis.
- Miriare. Gosta muito de. Querido.
- Mau cheiro. Pronome pessoal.
- Magnetizais (um corpo). Centiare.
- Tornara a atar.
- Entontecera. Rebole.
- Nome de mulher. Vencem.
- Vascongado. Letra grega.
- Formam as abas a. Fesmoncas.

Resolva completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7431

HORIZONTAIS:

- Golfo do Mediterrâneo na costa de Trípoli. Ara.
- Nesse lugar. Remuneração.
- Pequeno poema medieval narrativo ou lírico. Prenderam.
- Rio de Itália. Animação. Apelido.
- Enrubescei. Familiar.
- Aqui. Idem. Afie.
- Esvaziara. Ilha inglesa no mar da Irlanda.
- Germens. Letra grega.
- Voz imitativa do ruído de coisa que se parte especialmente de vidros. Governo.
- Passada. Escolha.
- Parvos. Gorgulho tropical.



VERTICAIS:

- Pingo de lama. Sinal ortográfico.
- Preposição e artigo. Desperto.
- Oferecei. Despachar.
- Medida itinerária do Japão. Pele espessa e dura de alguns animais (pl).
- Roupagens. Autores.
- Descasca. Post Scriptum.
- Rústicas. Miriare.
- Apertar molhos. Um dos Estados do Brasil.
- Pátria. Esfomeado.
- Guarnecera de asas. Oferecer.
- Equipamento de navio.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11270

HORIZONTAIS:

- Com. FÃO. Pr.
- COÇAR. Que.
- Os. Cás. Au.
- Nuca. Erres.
- Aar. Airão.
- Recorta. Op.
- Romão. E.
- Os. Mas. Ar.
- Mine. Caneca.
- Acuai. Mor.
- Riso. Somara.

VERTICAIS:

- Bona. COMER.
- Suar. Si.
- Oc. Crér. Nas.
- Moca. COMEÇO.
- Ca. Goma.
- Fase. Rascas.
- Ar. Rato. Aio.
- Ária. Rn.
- QUER. Ema.
- Pu. São. Açor.
- Rei. Operara.

Provérbio: COÇAR E COMER COMEÇO QUER.

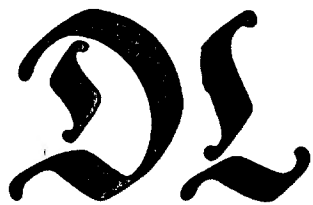
SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7430

HORIZONTAIS:

- Amanariam.
- Rate. Viamos.
- Enuncia. As.
- AAA. As. Ar.
- Gretarias.
- Mu. Mara. Rol.
- la. Ari. Cate.
- Alías. Mas.
- So. Aam. la.
- Arais. Ba. Ni.
- Lais. Sósias.

VERTICAIS:

- Área. Missal.
- Manágua. Ora.
- Atuar. Ai.
- Ien. Emalais.
- Avisariam.
- Ria. Rá. Bo.
- la. Ai. Gas.
- Amararam.
- Mós. Sotaina.
- Lesais.



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 105, 1.º, 2.º
TELEF. 64931/224
REDAÇÃO: SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEF. 12363
LISBOA-PORTUGAL

MELO ANTUNES EM PRAGA

Reconstruir o que Salazar desfez

O ministro dos Negócios Estrangeiros português, major Melo Antunes, e o seu colega checoslovaco, Bohuslav Chnupek, assinaram ontem à noite em Praga um acordo aéreo que possibilitará o estabelecimento de uma ligação directa entre Lisboa e Praga.

O acordo foi assinado no final do primeiro dia de conversações do ministro Melo Antunes com os dirigentes checos, assinalando o recomeço de relações que, na prática, estavam interrompidas desde 1937, altura em que o Governo de Salazar cortou contactos com a Checoslováquia em consequência de factos relacionados com a guerra civil espanhola.

Ontem o ministro dos Negócios Estrangeiros checoslovaco ofereceu um almoço ao seu colega português. Num breve discurso então proferido, Melo Antunes afirmou que o

«regime de democracia pluralista em transição para o socialismo, proposto à Nação portuguesa pelo Movimento das Forças Armadas e ratificado pelo povo português em eleições livres, não poderia deixar de ter como consequência a abertura de Portugal a um intercâmbio intenso e a relações cooperantes e estreitas com as nações do campo socialista».

Hoje de manhã a delegação portuguesa foi recebida pelo primeiro-ministro Lubomir Strugal e fez depois uma curta visita à cidade, a que se seguiu um encontro com Andrei Barcak, ministro do Comércio Exterior.

À tarde, depois do almoço oferecido pelo major Melo Antunes ao seu colega checoslovaco, a delegação portuguesa será recebida, cerca das 15 e 30, pelo presidente da República, Gustav Husak.

Costa Martins não está na Embaixada de Cuba (nem desviou dinheiro)

Ao contrário do que tem sido afirmado por alguns meios de Comunicação Social, o major Costa Martins, ex-ministro do Trabalho, não se encontra refugiado na Embaixada de Cuba. O desmentido, que já havia sido feito através de uma nota daquela embaixada, chegou-nos agora também por uma fonte digna de absoluto crédito.

Entretanto, no princípio da próxima semana o dr. Levy Baptista, advogado do major Costa Martins, vai apresentar uma queixa para instauração de um processo-crime ao director do matutino «O Dia», que ontem publicou com grande destaque uma notícia em que o major Costa Martins era acusado de ter depositado, numa conta em seu nome, cerca de 80 mil contos, produto da oferta, por trabalhadores portugueses, de um dia de salário ao Ministério do Trabalho.

O mesmo informador classifica tal notícia como totalmente destituída de fundamento e visando não apenas um ataque

ao major Costa Martins mas a toda a equipa que esteve no Ministério do Trabalho e, de um modo geral, a toda a esquadra.

Por outro lado, através do dr. Levy Baptista soubemos que o dinheiro a que a notícia se refere encontra-se depositado na Caixa Geral dos Depósitos numa conta especial do Ministério do Trabalho com o número de código M-1330. Costa Martins recusava-se mesmo a ter em seu poder o livro de cheques respectivo, e as importâncias movimentadas, de cujo destino há documentos, utilizava-se para, ao que parece, em empréstimos a empresas em dificuldades e auxílio a trabalhadores, o que, de resto, está de acordo com o espírito que presidiu à oferta daquele dinheiro.

«O Dia» terá, portanto, que provar em tribunal as acusações dirigidas ao major Costa Martins, que também, no entender do seu advogado, são inteiramente destituídas de fundamento.

Detenções militares vão ser investigadas

As prisões no âmbito da responsabilidade militar realizadas entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Abril do ano passado vão ser objecto de investigação por parte de uma comissão especialmente criada para o efeito.

A notícia de que esta comissão tinha sido criada e iria entrar brevemente em funções correu já há algum tempo. Todavia, e ao contrário do que então se chegou a noticiar, ela não vai funcionar ligada ao Estado-Maior do Exército, mas integrada num órgão superior: precisamente o Conselho de Revolução, que irá ocupar-se

do assunto numa próxima reunião.

Desconhecem-se os nomes que virão a integrar a referida comissão, mas pode presumir-se que dela farão parte militares e civis, e, entre estes, juristas, que não certamente os advogados dos que estiveram ou se encontram ainda detidos.

Uma dúvida que entretanto se levanta é sobre se a actividade da comissão vai centrar-se apenas sobre as detenções feitas entre o «25 de Abril» e o «25 de Novembro» ou poderá alargar-se também às detenções efectuadas após esta data.

Colocação de professores

Sindicato defende-se e acusa

A Comissão Directiva Provisória do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, face à «campanha mistificatória e demagógica do M. E. I. C. e do autodesignado Secretariado das Comissões de Luta», toma posição. Está em causa o processo das colocações de professores para o Ensino Preparatório e para o Secundário.

A C.D.P. estigmatiza o M. E. I. C. e os numerosos atropelos cometidos pela Comissão Central de Colocações que levariam, «caso não houvesse controlo por parte do Sindicato, a situações consumadas de não colocação ou a situações em que os interessados se viam condenados à aceitação de atropelos que naturalmente lesavam os seus interesses».

Com efeito, a C. D. P. que assumiu durante o processo de colocações «exclusivamente um papel de controlo e fiscalização», acusa o M. E. I. C. de ter tentado dar à opinião pública e aos professores «a imagem tranquilizadora de um

rápido encerramento do já histórico processo de colocações, em moldes que satisfaziam plenamente todos os interessados. Garantia-se assim que em 5 de Janeiro as escolas estariam a funcionar em pleno; garantia-se a todos os professores o trabalho na docência; e abriam-se inclusivamente perspectivas optimistas de colocação para a grande maioria dos candidatos que se tinham apresentado a concurso em Agosto através da Comissão Central de Colocações».

Tem a C. D. P. reiterado ao M. E. I. C. a exigência de que a primeira fase de colocações «não fosse encerrada enquanto houvessem situações a corrigir ou candidatos do concursos de Maio por colocar».

Face a esta exigência o M. E. I. C. responde que a primeira fase (concurso de Maio) ainda não está encerrada e a fase intercalar suspensa por tempo ainda não determinado.

A Comissão Directiva Provisória recorda «os sucessivos

apelos feitos ao M. E. I. C. para que não voltasse a marcar prazos que iriam frustrar certamente, mais uma vez, as expectativas de todos os interessados num normal funcionamento das escolas», e lembra depois «o alerta feito à classe e ao M.E.I.C. de que os dados existentes não permitiam garantir o trabalho na docência para todos os professores»; recorda também a denúncia que fez do «gravíssimo atentado perpetrado pelo M. E. I. C. ao estatuto de independência das organizações sindicais face ao Estado, ao definir, em documentos emanados da Secretaria de Estado da Administração Escolar, como representativos da classe aqueles que, actuando à margem das estruturas sindicais, se servem dos interesses dos professores para autopromoção, enquanto marginalizava e ignorava conscientemente as posições das direcções e executivos eleitos pela classe e por ela especificamente mandatados para tal questão».

Porto

Petardos sobre barco soviético

PORTO, 16 — Esta madrugada, cerca das 4 horas, a deflagração de um petardo atirado da ponte móvel de Leixões danificou um escritório da Administração dos portos do Douro e Leixões existente no cais do Porto, em Matosinhos. O objectivo, porém, terá sido o navio de carga russo «Nade Ribakonaite» atracado naquele porto desde anteontem, na doca 1, sul. Segundo declarou à P.S.P. o vigia do cargueiro, Beketoy Vladimir, foram arremessadas de um automóvel vindo do lado de Leça, petardos na direcção do navio um deles caiu à água não tendo as menores consequências. O outro rebentou junto ao escritório da APDL situado próximo do local onde estava atracado o cargueiro soviético.

O «Nade Ribakonaite» carregou ontem 200 toneladas de cortiça, tendo largado esta manhã com destino a Riga, URSS.

RAJADAS DE METRALHADORA

O terrorismo mais uma vez atingiu a vila de Fafe. Ao princípio da madrugada de hoje foi disparada sobre a casa

de Fernando Meireles, taxista da praça de Fafe e militante do PCP, residente na freguesia de Revelhe, uma rajada de metralhadora que deixou marcas na porta, despedaçando os vidros da janela e ainda a frontaria das casas vizinhas.

Meia hora depois rebentou uma bomba à porta da casa do sr. José de Castro, militante do MDP/CDE. A deflagração do engenho destruiu a soleira da porta, estilhaçou vidros, danificou o forro da casa bem como telhado, sem contudo ferir os moradores que estavam a dormir. Os prejuízos são calculados em algumas dezenas de contos. No decorrer das declarações que prestou à P.S.P. O sr. José de Castro afirmou desconfiar de quem seria o autor do atentado.

BOMBAS DESPOLETADAS

Mas nem só no Porto e em Fafe os bombistas estiveram em acção: também a Sul do Tejo, onde os petardos não ex-

plodiram, dois engenhos provocaram a ira dos populares.

Do mesmo fabrico e accionadas pelo mesmo dispositivo, foram colocadas, durante a noite de ontem junto da sede do Partido Socialista, em Évora, e, em Montemor-o-Novo, na porta do Centro de Trabalho do Partido Comunista Português.

A potência dos dois petardos está patente na sua constituição e peso, este respectivamente de 400 e 300 gramas. Alertadas as autoridades, as secções de minas e armadilhas das respectivas corporações puderam despoletar os engenhos, que se encontravam em sacos de plástico.

Entretanto, na Marinha Grande, a gente do concelho está convencida que o petardo de grande potência que ontem deflagrou à entrada da residência de Eugénio Noronha, elemento local afecto ao regime depositado, constitui uma provocação reacção, visando o recrutamento da repressão sobre os marinhenses.

Nevoeiro condiciona tráfego em Lisboa

O denso nevoeiro que cobria esta manhã a capital do País reduziu substancialmente as condições do tráfego em geral, condicionando, em particular, o movimento aéreo e marítimo. Ainda assim, e até às 9 e 30 da manhã, a G. N. R. não tinha registado qualquer acidente na estrada. O porta-voz da Corporação exultava:

«É extraordinário!»
Pela sua parte o Serviço Meteorológico Nacional esclarecia que as condições de visibilidade não eram, esta manhã, nem melhores nem piores que ontem. Isto, em relação a Lisboa, Porto e Beja, às seis da manhã.

Para o tráfego aéreo, as dificuldades começaram a surgir às 2 e 35, obrigando os aviões que deveriam aterrar na Portela a divergir para outros aeroportos. Até às nove horas, já tinham divergido cinco aparelhos: dois da TAP, procedentes de Nova Iorque e Boston, aca-

bariam por aterrar no aeroporto de Faro; um «Aeroflot», de Havana, tomou o caminho de Tânger e um avião da Pan America, vindo de Miami, optou pelo aeroporto de Madrid. Finalmente, outro voo TAP, procedente de Luanda, seguiu para Faro.

No que respeita ao tráfego fluvial, os problemas maiores verificaram-se no movimento de barcos para o Barreiro, muito reduzido por força das circunstâncias. Há já três dias que a fraca visibilidade impede o tráfego de embarcações sem radar.

Quanto ao movimento de comboios, tanto na linha de Sintra como na de Cascais, as composições paravam de cinco em cinco minutos. Nalguns casos, os passageiros viram-se na contingência de abandonar o comboio, fora do local de paragem (nas estações e apeadeiros) arriscando-se a saltar.



APETITE

Num destes dias, no restaurante chinês «Dragão de Ouro», foram vistos em amena confraternização gastronómica o dr. Almeida Santos, o tenente-coronel Ferreira da Cunha e o prof. Veiga Simão. Adiantar que para este último se prepara qualquer coisa como o lugar de primeiro embaixador em Pequim seria pura imaginação.

Deve ser unicamente o apetite que determinou o encontro dos velhos amigos de Lourenço Marques num restaurante chinês.

DESEMPREGO

Lê-se na revista americana «US News and World Report»: «Não devemos esperar para os tempos mais próximos a redução do desemprego que atinge gravemente os países capitalistas desenvolvidos. Nos dois últimos anos, o desemprego nestes países quase duplicou atingindo o nível mais elevado desde o fim da última guerra mundial. Neste momento estão desempregados 15 milhões de trabalhadores nos E. U. A., no Japão, na Europa Ocidental, no Canadá e na Austrália. A este número teremos ainda que juntar 5 ou 6 milhões de pessoas que trabalham em sistema de «part-time».

«Em 1976, na melhor das hipóteses, o desemprego manter-se-á ao nível actual, havendo fortes possibilidades de se tornar ainda mais grave.»

REGRESSO

Apeado logo após o 25 de Abril, o retrato de Augusto de Castro, director do «Diário de Notícias» durante longos anos de fascismo, voltou à parede de outrora. Ao justificar a sua recolocação o redactor que teve a ideia considerou que «a falta do retrato ali tornava a sala inestética». Entretanto o mesmo elemento procedeu à limpeza metódica de todos os cartazes de teor progressista existentes nas paredes. Para tanto, o mesmo argumentou: com eles a sala «estava inestética». Registe-se ainda que pelos diversos sectores do jornal idênticos cartazes vão discretamente, desaparecendo. Sinal dos tempos? Ou ventos do pluralismo?

“Antiprémio”

Continuação da pág. 1

gentino e a C.I.A. norte-americana, por um lado, e a organização terrorista de extrema-direita Aliança Anticomunista Argentina (AAA), pelo outro.

Na sua intervenção, um advogado argentino especializado na defesa dos presos políticos, que pediu para guardar o anonimato, declarou que «a realidade quotidiana na Argentina era feita de massacres e da utilização sistemática da tortura com vista à eliminação física da parte da população que se opõe ao Governo». Denunciou igualmente «a presença superabundante de agentes da C.I.A. e de veteranos do Vietname na Embaixada norte-americana».